

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO

**O ESTUDO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-
BRASILEIRA: uma investigação na Escola Municipal Machado de Assis -
Ituiutaba-MG (2017)**

Uberlândia

2019

CAMILLA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS

O ESTUDO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: uma investigação na Escola Municipal Machado de Assis-Ituiutaba-MG (2017)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED na Linha de Pesquisa: Saberes e Práticas Educativas da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior

Uberlândia

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237e Santos, Camilla Aparecida Nogueira dos, 1991-
2019 O estudo de história da África e da cultura afro-brasileira [recurso eletrônico] : uma investigação na Escola Municipal Machado de Assis-Ituiutaba-MG (2017) / Camilla Aparecida Nogueira dos Santos. - 2019.

Orientador: Astrogildo Fernandes da, Silva Júnior.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.987>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1.Educação. 2. África - História. 3. Cultura afro-brasileira. 4. Professores - Formação. 5. História - Estudo e ensino. I. Silva Júnior, Astrogildo Fernandes da., 1966-, (Orient.) II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU:37

Glória Aparecida – CRB-6/2047

CAMILLA APARECIDA NOGUEIRA DOS SANTOS

O ESTUDO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: uma investigação na Escola Municipal Machado de Assis-Ituiutaba-MG (2017)

Uberlândia, 21 de março de 2019

Banca examinadora

Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior (Orientador)

Profa. Dra. Selva Guimarães (PPGED/UFU)

Profa. Regma Maria Santos (UFG)

A reflexão fundamental a ser feita é perceber
que, quando pessoas negras estão
reivindicando o direito a ter voz, elas estão
reivindicando o direito à própria vida

(Djamila Ribeiro)

Dedico esta dissertação à mulher que me gestou e me criou, mãe Vera Lúcia. Obrigada por ser o meu exemplo de mulher negra, guerreira e humanitária. Meu amor por você é incondicional!

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa de mestrado exige tempo e dedicação, a caminhada foi longa e árdua. Porém, quero agradecer a todos que me fizeram acreditar que era possível alcançar os meus objetivos.

Quero agradecer em especial ao meu orientador Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior, que me apoiou e me compreendeu nas minhas dores e angústias. Obrigada por sua orientação segura que me levou ao fim desta dissertação. Você foi o meu bálsamo, nos meus momentos mais difíceis. Serei eternamente grata, por você me escolher como sua orientanda.

À minha família, meus pais e minha irmã, que são minha fonte de força e inspiração que sempre contribuiu para que eu pudesse alcançar meus objetivos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação, suas aulas contribuíram para o meu conhecimento e crescimento intelectual.

À Carolina Gonçalves minha amiga e companheira da vida, obrigada pelo seu apoio e carinho incondicional em todas minhas loucuras.

À Bianca Ferolla, que foi minha companheira de caminhada, que dividiu seus aprendizados e sofrimentos e que ao mesmo tempo me deu forças para não desistir, seguiremos juntas até o fim.

À Franciele Amaral, uma pessoa de luz, que eu tive a sorte de conhecer nesta jornada, obrigada por ter dividido comigo um pouco da sua experiência e da sua vida.

Aos professores da Banca de Qualificação que sugeriram caminhos para nossa investigação: Profa. Dra. Selva Guimarães e Profa. Dra. Iara Vieira Guimarães, o nosso muito obrigado.

Ao secretário da PPGED, James. Obrigada pela paciência e a disposição em me atender com bom humor e atenção.

À Escola Municipal Machado de Assis e aos colaboradores da pesquisa, sem vocês essa investigação não aconteceria.

A todos os participantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Docente e Práticas de Ensino de História e Geografia (GEPEGH).

À Capes, que colaborou para me dedicar exclusivamente à minha pesquisa.

Ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que será lembrando na minha dissertação e ficará gravado na memória do povo brasileiro. #lulalivre

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da Localização da Cidade de Ituiutaba-MG.....	36
Figura 2: Mapa da área urbana do município de Ituiutaba-MG, Brasil.....	44
Figura 3: Imagem da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP), localizada na cidade de Ituiutaba/MG.	46
Figura 4: Imagem da Construção da capela de São Benedito-1971	49
Figura 5: Imagem da Festa do Congado realizado em 20 de maio de 2018. Concentração do Terno Congo Real, na praça 13 de maio localizada na cidade de Ituiutaba-MG.	50
Figura 6: Imagem da Festa do Congado realizado em 20 de maio de 2018. Caminhada do Terno Congo Real, pelas ruas da cidade de Ituiutaba.....	51
Figura 7: Mapa da representação do trajeto dos ternos na Praça 13 de Maio no dia da Festa de São Benedito	52
Figura 8: Imagem da Roda de Capoeira da Associação Herança Cultural Capoeira, localizado na Creche Maria de Nazaré na cidade de Ituiutaba-MG.	55
Figura 9: Imagem da Escola Municipal Machado de Assis, localizada na cidade de Ituiutaba-MG.	56
Figura 10: Imagem da Entrada do portão principal da Escola Municipal Machado de Assis.	61
Figura 11: Imagem do Primeiro prédio o “Refeitório Municipal”, localizado na Escola Municipal Machado de Assis na cidade de Ituiutaba-MG.	62
Figura 12: Apresentação da Congada.....	81
Figura 13: Apresentação da Roda de Capoeira	81
Figura 14: Entrada do grupo no auditório do Conservatório Estadual de Música Dr. José Zóccoli de Andrade	83
Figura 15: Apresentação de dança africana ao som da Camerata	84

Figura 16: Trabalhos desenvolvidos pelos alunos dos 9 ^{os} anos “A” “B” e “C” relacionados à cultura africana e afro-brasileira.....	85
Figura 17: Capital de Angola: Luanda	89
Figura 18: Zumbi dos Palmares.....	92
Figura 19: Data da abolição da escravidão no Brasil	93
Figura 20: Data que se comemora o dia da Consciência Negra.	94
Figura 21: Frase de Paulo Freire.	96
Figura 22: “ Racismo não existe, tira essa parada da cabeça”.....	99
Figura 23: Reportagem do Jornal Folha de São Paulo, racismo no esporte.	101

LISTA DE SIGLAS

ASCAU	Associação de Capoeira de Uberlândia
AHCC	Associação Herança Cultural Capoeira
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEMAP	Centro Municipal de Assistência Pedagógica e Aperfeiçoamento
CENEC	Centro Nacional de Cidadania Negra
CBC	Conteúdo Básico Comum
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação – Câmara Plena
CONSUN	Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EMMA	Escola Municipal Machado de Assis
FACIP	Faculdade de Ciências Integradas do Pontal
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FUMZUP	Fundação Zumbi dos Palmares
FNB	Frente Negra Brasileira
FTM	Faculdade do Triângulo Mineiro
GEPEGH	Grupo de Estudos e Pesquisas em ensino de Geografia e História
HCC	Herança Cultural Capoeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB	Leis de Diretrizes Básicas
MISSA	Matadouro Industrial de Ituiutaba S/A
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de desenvolvimento da Escola
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPP	Projeto Político Pedagógico
PREVESTI	Pré-Vestibular Universitário para Alunos Negros e Carentes
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
REDE	Rede Sustentabilidade
RCNEI	Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil
SEMESP	Excelência a Serviço do Ensino Superior
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SMEEL	Processo Seletivo Simplificado
STJD	Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD)
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

UnB

Universidade de Brasília

UNOPAR

Universidade Norte do Paraná

Lista de Quadros

Quadro 1: Participantes do Grupo Focal	33
Quadro 2: Locais de atuação do Grupo de Capoeira Herança Cultural.....	54
Quadro 3: O IDEB de 2015 da Escola Municipal Machado de Assis.....	63

Lista de Gráficos

Gráfico 1 População residente por cor ou raça em Ituiutaba, 2010.....	40
---	----

RESUMO

O presente texto apresenta uma dissertação que foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU). A pesquisa parte dos seguintes questionamentos: como os conteúdos relacionados à História da África e da cultura afro-brasileira vêm sendo trabalhados na escola? Como os professores de História abordam tais conteúdos no cotidiano das aulas? Como o ensino desses conteúdos marcam a formação dos estudantes? Dessa forma, o objetivo geral consistiu em identificar e refletir sobre como os conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira vêm sendo trabalhados na Escola Municipal Machado de Assis, localizada no município de Ituiutaba-MG, Brasil. De forma específica procurou-se: i: apresentar e analisar o cenário da trama: a cidade de Ituiutaba-MG, Brasil, evidenciando a E. M. Machado de Assis; ii: analisar, por meio das vozes de professores e professoras de História, a formação, os saberes e as práticas ao ensinar conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira; iii: refletir sobre o que dizem os estudantes do 9º ano do ensino fundamental da escola investigada, em relação a questões referentes à História da África e cultura afro-brasileira. Como referencial teórico, autores que abordam os estudos descoloniais, ensino de História e juventude. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que recorreu a diferentes instrumentos: a observação das aulas de História e confecção de notas de campo, a técnica do grupo focal e entrevista com os professores de História. Acredita-se que essa investigação possa colaborar para a formação dos professores de História e suas práticas em sala de aula, sobretudo o que tem sido produzido no campo epistemológico da lei 10.639/03.

Palavras-chave: Ensino de História; História da África e cultura afro brasileira; Formação de Professores; Saberes e Práticas.

ABSTRACT

This work was developed in the Program of Post-graduation in Education by the Federal University of Uberlândia (PPGED / UFU). The research is based on the following questions: How have the contents related to the History of Africa and Afro-Brazilian culture been worked in school? How do the History teachers approach such content in the daily life of classes? How does the teaching of these contents mark the training of students? This way, the general objective was to identify and reflect on the forms that contents related to the History of Africa and Afro-Brazilian culture have been worked in the Municipal School Machado de Assis, located in Ituiutaba-MG, Brazil. Specifically, we sought to: i) present and analyze the plot scenario: the city of Ituiutaba-MG, Brazil, evidencing E. M. Machado de Assis; ii: analyze, through the voices of the History teachers the formation, knowledge and practices in teaching contents related to the History of Africa and Afro-Brazilian culture; iii: reflect on what the students of the 9th grade of elementary school in the school investigated say about issues related to the History of Africa and Afro-Brazilian culture. As referential theorists the ones who approach the decolonial studies, teaching of History and youth. This is a qualitative research that used different instruments: the observation of history classes and the making of field notes, the technique of the focus group and an interview with the History teachers. It is believed that this research can contribute to the formation of History teachers and their practices in the classroom, especially what has been produced in the epistemological field of Law 10.639/03.

Keywords: Teaching History; History of Africa and Afro-Brazilian culture; Teacher training; Knowledge and Practice.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 A aproximação com a temática	18
2. A DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	21
2.1 A Perspectiva Metodológica	24
2.2 Sujeitos da Investigação	32
2.3 A Estrutura e Organização da Dissertação	34
3 O CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO: cidade e escola	35
3.1 A cidade: o cenário da investigação	36
3.2 Cidades na Cidade	43
3.3. Revisitando a história da Escola Municipal Machado de Assis	56
4 FORMAÇÃO, SABERES E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA: o lugar do ensino de História da África e cultura afro-brasileira	65
4.1 O ensino de História e a formação de identidades: contribuições da Lei 10.639/03	65
4.2 A formação inicial e contínua dos(as) professores(as): a história da África e cultura afro-brasileira	69
4.3. Saberes e práticas docentes	76
5 PERCEPÇÕES DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO- BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DOS(AS) ESTUDANTES	88
5.1 A História da África nas vozes dos estudantes	88
5.2 O fim da escravização no Brasil: o que dizem os estudantes?	91
5.3 Racismo e Preconceito	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	116

1 INTRODUÇÃO

1.1 A aproximação com a temática

Ao iniciar a escrita da dissertação, considerei relevante buscar em minha memória aspectos da minha vida acadêmica e profissional que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a escolha da temática abordada¹. Destaco que houve quatro momentos fundamentais nesse processo: minha experiência nos Estágios Supervisionados no Curso de Licenciatura em História – Campus do Pontal/UFU; a participação como bolsista no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID); o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e o início da minha vida profissional.

Nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V que foram realizadas ao longo da minha graduação, me aproximei significativamente do ensino de História. Tive contato com procedimentos de investigação escolar, para diagnóstico e compreensão de ideias, conceitos históricos e representações sociais e culturais dos estudantes e professores do ensino fundamental e médio. O objetivo das disciplinas consistia em promover a relação teoria e prática na formação dos professores de História, sensibilizando de que o saber histórico escolar se diferencia significativamente, em sua natureza e organização, daquilo que constitui os princípios observados na ciência de referência. As disciplinas de Estágio contribuíram para minha formação docente, na perspectiva de professora/pesquisadora.

O Estágio Supervisionado II, foi o meu primeiro contato com o espaço investigado: a Escola Municipal Machado de Assis (EMMA) de Ituiutaba-MG. Foi um momento em que pude conhecer, além dos espaços da escola, das salas de aula, estabelecer uma relação com a gestão, supervisores, diretor, professores e alunos. Tive a oportunidade de conhecer a história da escola, os objetivos e como são construídas as dinâmicas de ensino e de aprendizagem. Ao conhecer os estudantes da turma do 9º ano G do Ensino Fundamental, onde desenvolvi minha primeira regência, me sensibilizei ao observá-los nas suas dúvidas, angústias, prazeres, necessidades e dificuldades. Lembrei-

¹Foi utilizada somente nessa seção a primeira pessoa do singular para narrar a trajetória profissional e acadêmica de apenas um dos pesquisadores. O restante do texto foi redigido na primeira pessoa do plural, por se tratar de ambos pesquisadores.

me de quando possuía a idade deles e passei por experiências semelhantes. Essa vivência no Estágio Supervisionado II me mobilizou para o desenvolvimento de minha monografia.

As disciplinas Estágio Curricular Supervisionado III, IV e V aprofundaram meu interesse em atuar como professora de História. Fui compreendendo que a escola não se limita a ser um espaço de reprodução, mas é também um lugar de produção. Espaço multicultural, onde o professor deve ser mediador, intérprete e crítico da cultura. Aprendi que a reflexão do professor deve atravessar as paredes da instituição para analisar todo tipo de interesses subjacentes à educação, à realidade social, com o objetivo concreto de obter a emancipação das pessoas. Assim, defendo a afirmação de que a sala de aula é um espaço formador para o professor.

Outra experiência, e não menos importante, foi a minha participação no PIBID da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que aconteceu no ano de 2013 por meio do subprojeto “Diversidade Cultural”, com a proposta de trabalhar a temática diversidade cultural. Era formado por 16 bolsistas de distintas licenciaturas, duas professoras supervisoras e uma coordenadora. O subprojeto foi dividido em duas equipes. Uma delas atuava na Escola Municipal Aurelino Joaquim da Silva (CAIC), escola na qual fui bolsista do programa. No subprojeto “Diversidade Cultural” estudei a Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o estudo de História e da Cultura Africana e Afro-brasileira em sala de aula. O subprojeto possibilitou desenvolver atividades e plano de aulas sobre essa temática para serem trabalhados nas aulas de História. Também me levou a reconhecer a importância de estudar a História e a Cultura Africana e Afro-brasileira e discutir caminhos que vão além da perspectiva eurocêntrica.

A partir do sétimo período do Curso de História iniciei a produção do TCC. Foram sujeitos da minha pesquisa, os estudantes do 9º ano do ensino fundamental da Escola Municipal Aurelino Joaquim da Silva na cidade de Ituiutaba-MG. Naquele espaço, construí o meu objetivo que era compreender como o ensino de história tem contribuído na formação cidadã dos jovens estudantes do 9º ano.

Entendo que de forma similar à pesquisa história, a investigação no ensino de História tem como referência um conjunto de técnicas de análises; recorre à construção de um texto com aspectos formais e linguísticos particulares, e considera as condições políticas, socioeconômicas e culturais em que se desenvolve a investigação. Quanto às especificidades da pesquisa no ensino de história, destacamos que este privilegia estudar

o tempo presente e, em primeira instância, a fonte é sempre o sujeito (professor ou estudante).

Compreendi que investir na pesquisa sobre o ensino de História requer categorias analíticas e ferramentas metodológicas variadas que se aproximam e se distanciam da historiografia profissional. Isso se deve porque o ensino de história nunca perde o vínculo com a produção de conhecimento histórico dos historiadores, porém toma de fontes teóricas e metodológicas que a desdobram. Podemos destacar: a observação de cunho etnográfico; a história oral; o uso de questionários e o grupo focal. Tais instrumentos metodológicos foram fundamentais para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Terminada minha graduação, iniciei minha vida profissional como professora de História nas turmas do 9º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal Machado de Assis, no ano de 2014. Os contatos com professores mais experientes e estudantes foram fundamentais. Vivenciar os desafios de ensinar História abordando, de forma crítica, temáticas relacionadas à História da África e cultura afro-brasileira me mobilizaram para a pesquisa. No segundo semestre de 2016, tentei o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGED/UFU) e fui aprovada; passei a fazer parte da turma de 2017. Ao iniciar no Mestrado, no processo de reescrita do projeto, tive contato com diferentes produções acadêmicas relacionadas ao meu interesse de pesquisa, e que foram fundamentais para a delimitação da temática.

Na próxima seção destacamos as pesquisas que serviram para delimitação a nossa investigação, a percepção metodológica, os sujeitos colaboradores da pesquisa e como a dissertação está organizada.

2. A DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Ao iniciar o processo de pesquisa, como registrado no final da seção anterior, consideramos importante identificar trabalhos acadêmicos que abordam essa temática. Para isso, recorreremos a uma investigação desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em ensino de Geografia e História (GEPEGH) intitulado: OBSERVATÓRIO DO ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA EM MINAS GERAIS: políticas públicas, formação docente e produção de conhecimentos (2009 -2017). O recorte temporal (2009-2017) se justifica pelo fato de o Grupo ter realizado estudos sobre a produção acadêmica do Estado até o ano de 2008 e, também, estudos (dissertações e teses) que abordam a formação de professores em Minas Gerais no final do século XX e na primeira década do século XXI. O objetivo do projeto foi identificar, mapear e analisar os temas estudados, os referenciais teóricos, as metodologias, as concepções – explícitas ou implícitas – de educação, história e ensino e aprendizagem das disciplinas, nas dissertações de mestrado e nas teses de doutorado que focalizam o ensino de História, no conjunto da produção científica das IES públicas. Foram identificadas 16 teses e 44 dissertações totalizando 60 produções. Destas, 7 produções se referiam à Lei 10.639/03 no ensino de História.

Lembramos que a Lei 10.639/03 foi publicada em 9 de janeiro de 2003, e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Tornou obrigatório o estudo de História e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar em todo o país. Essa nova legislação veio ao encontro das antigas reivindicações e preocupações do movimento negro em relação à educação e como uma Ação Afirmativa. A Lei propõe novas diretrizes curriculares, para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira.

A primeira tese “Entre sons e silêncios: apropriações da música no livro didático no ensino de história afro-brasileira”, do autor Luciano Magela Roza, aborda a Lei 10.639/03 e como a mesma é compreendida nos Livros Didáticos de História, no uso da música como forma de ensino aprendizagem dessa temática. Destacando a importância da música como recurso didático e fonte histórica no livro didático, o objetivo da pesquisa consistiu em pensar as formas de apropriação da música popular nos Livros Didáticos de História e as formas interpretativas da canção como recurso didático, centralizando nos capítulos da cultura afro-brasileira.

A segunda produção identificada por “Implementação da Lei nº 10.639/03 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, de Laura Fernanda Rodrigues da Rocha teve o objetivo de analisar a institucionalização da Lei 10.639/03 na Rede Federal de Educação Pesquisa Científica e Tecnológica, tendo como foco os ofícios da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPP/PR). Por meio das análises de documentos a autora verificou a precariedade da implementação da Lei 10.639/03 na Rede Federal de Educação Pesquisa Científica e Tecnológica em seu sentido mais amplo, o que acarretou na necessidade de fazer um recorte de 41 instituições para levantamentos de dados. Segundo Rocha (2015) apesar de todas as verificações, tendo como base as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (CNE/CP), os resultados encontrados sinalizaram baixa institucionalização da Lei 10.639/03 na Rede Federal de Educação Pesquisa Científica e Tecnológica.

A tese intitulada “O Estudo da História e cultura Afro-brasileira no ensino fundamental; currículo, formação e prática docente” da autora Gizelda Costa da Silva, teve como proposta um estudo sobre a História e Cultura Afro-Brasileira no ensino de História a partir da implementação da Lei.10.639/03 e as suas implicações nos currículos, na formação e na prática docente. A autora buscou compreender as implicações, analisando a legislação federal da temática, discutindo o papel da disciplina História no currículo escolar, fazendo uma análise nas produções acadêmicas sobre a temática nos cursos de pós-graduação, buscando na formação dos professores e em outros espaços a relação do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino de História e identificando as mudanças e permanências na atuação dos professores de História. A obra tem como fundamento uma pesquisa qualitativa e ressalta a necessidade de formação continuada dos professores de História, tendo em vistas as lacunas da formação inicial, naquele período.

A quarta investigação é “A Diversidade Étnico-Racial e a Lei 10.639/03: práticas, discursos e desafios – um estudo de caso na Escola Municipal de Lavras Novas-MG”, de Sandra Carvalho do Nascimento. O trabalho científico tem como proposta conhecer o posicionamento dos docentes, diante da implementação da Lei 10.639/03 e verificar suas contribuições para elaboração de subsídios que possibilitaram uma ação educativa de valorização da diversidade étnico-racial. A metodologia foi um estudo de caso. Foram realizadas 20 entrevistas, com 17 docentes desde o Ensino Infantil até o Ensino

Fundamental II, 2 funcionárias da área administrativa e um coordenador pedagógico todas da mesma escola. De acordo com a autora, as entrevistas possibilitaram perceber as lacunas na implementação dos estudos acerca da diversidade étnico-racial e a Lei 10.639/03 nas práticas pedagógicas.

No que se refere ainda à Lei 10.639/03, Benjamim Xavier de Paula em sua tese “A Educação para as Relações Étnico-Raciais e o Estudo de História e Cultura da África e Afro-Brasileira: formação, saberes e práticas educativas” buscou compreender os impactos da Lei, na formação continuada, na significação/ressignificação dos saberes e das práticas pedagógicas dos professores na cidade de Uberlândia-MG/Brasil entre os anos de 2003 e 2008. Utilizou o “multiculturalismo” como conceito e prática estruturante na pesquisa científica e a pluralidade paradigmática como eixo teórico e metodológico. Além disso, usou da elaboração e análise de questionários e a história oral temática. A pesquisa buscou trazer o reconhecimento da existência do racismo enquanto desafio para os saberes e práticas pedagógicas dos professores e a tentativa de avançar rumo ao diagnóstico dos fatores que edificam essas práticas no espaço escolar bem como os desafios para sua superação.

A sexta tese é a de Osvaldo Marioto Cerezer “Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: Implementação e Impactos na formação, saberes e práticas de professores de História Iniciais (Mato Grosso, Brasil)”. O objetivo da pesquisa foi analisar a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, como também as Diretrizes curriculares nos cursos de Licenciatura em História das Universidades públicas do estado de Mato Grosso/Brasil. Além disso, os impactos na formação inicial de professores de História e no ensino dessas temáticas em escolas públicas e privadas de Mato Grosso/Brasil. A tese tem como referencial teórico-metodológico o multiculturalismo crítico e a abordagem qualitativa. Cerezer (2015) realizou entrevistas com professores de História egressos e formados, com o objetivo de contribuir para o debate sobre a formação de professores de História. Também abordou as relações com os saberes e as práticas pedagógicas no ensino da História e cultura africana, afro-brasileira e indígena no contexto atual da educação brasileira.

A sétima e última tese é da autora Carmem Regina Teixeira Gonçalves, intitulada “A Diversidade Étnico-Racial em escolas privadas confessionais: a proposta da Lei nº 10.639/03”. A proposta da pesquisa foi analisar como a Lei 10.639/03 está sendo incorporada nas práticas educacionais dessas instituições e como estão sendo trabalhados

os temas da diversidade e a pluralidade cultural na educação nacional. Também, como são construídos subsídios pedagógicos e teóricos para formação de professores. Recorreu à análise de estudos teóricos sobre a pluralidade cultural, multiculturalismo e relações étnico-raciais. Usou como metodologia, entrevistas semiestruturadas com os profissionais selecionados nas escolas investigadas. De acordo com a autora, foi possível identificar possíveis práticas pedagógicas em relação à temática diversidade étnico-racial e, além disso, compreender os desafios e os avanços na implementação da Lei 10.639/03 nos espaços de escolas privadas confessionais.

Os estudos dos trabalhos supracitados nos instigaram a questionar: Como os conteúdos relacionados à História da África e da cultura afro-brasileira vêm sendo trabalhados na escola? Como os professores de História abordam tais conteúdos no cotidiano das aulas? Como o ensino desses conteúdos marcam a formação dos estudantes? Dessa forma, nosso objetivo geral consistiu em identificar e refletir sobre as formas que conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira vêm sendo trabalhados na Escola Municipal Machado de Assis, localizada no município de Ituiutaba-MG, Brasil. De forma específica procuramos: i) apresentar e analisar o cenário da trama: a cidade de Ituiutaba, evidenciando a E. M. Machado de Assis; ii) analisar, por meio das vozes de professores e professoras de História, a formação, os saberes e as práticas ao ensinar conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira; iii) refletir sobre o que dizem os estudantes do 9º ano do ensino fundamental da escola investigada, em relação a questões referentes à História da África e cultura afro-brasileira.

Na continuação deste texto apresentamos a perspectiva metodológica.

2.1 A Perspectiva Metodológica

A perspectiva metodológica é fundamental no processo de busca de respostas para as questões propostas. Demarcamos nosso posicionamento ao lado de uma perspectiva contra-hegemônica inspirada na ecologia de saberes e nos estudos descoloniais².

² Em 1998, iniciou o diálogo entre o Grupo Sul asiático de Estudos Sulbateros e o Grupo Latino-americano de Estudos Sulbateros que resultou na publicação de vários artigos na revista científica *Nepantla*. Depois desse primeiro encontro o Grupo Latino-americano começou a desagregar. Segundo Grofóguel o motivo da desagregação se deu pelo fato de que a maioria dos acadêmicos latino-americanistas viviam nos EUA e que apesar de produzirem um conhecimento alternativo e radical, eles reproduziram o esquema epistêmico dos Estudos Regionais nos Estados Unidos. À semelhança da imperial epistemologia dos Estudos Regionais a teoria permaneceu sediada no Norte, enquanto os sujeitos a estudar se encontram no Sul. A proposta dos

Segundo Santos (2001), a natureza teórica do conhecimento científico decorreu de pressupostos epistemológicos e regras metodológicas aspirando a formulação de leis à luz das regularidades. É a ideia do mundo-máquina. Nesse processo a ciência moderna é tida como única forma de conhecimento. O autor vai de encontro a essa afirmação e defende que toda a experiência social produz e reproduz conhecimentos e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Define epistemologia como toda a noção ou ideia, refletida ou não, sobre as condições do que conta como conhecimento válido. É por via do conhecimento válido que uma dada experiência social se torna intencional e inteligível. Não há, pois, conhecimento sem práticas e atores sociais. Diferentes tipos de relações sociais podem dar origem a diferentes epistemologias. O autor afirma que as experiências sociais são constituídas por vários conhecimentos, cada um com os seus critérios de validade, ou seja, são constitutivas por conhecimentos rivais.

Nesse sentido, Santos (2009) defende uma epistemologia do sul que parte de três orientações: aprender o que existe no Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul. Fundamenta seus argumentos nas seguintes ideias: i) a epistemologia dominante é, de fato, uma epistemologia contextual que assenta numa dupla diferença: a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo; ii) a epistemologia dominante foi de tal maneira profunda que descredibilizou e, sempre que necessário, suprimiu todas as práticas sociais de conhecimento que contrariassem os interesses que ela servia. Nisso consistiu o epistemicídio, ou seja, a supressão dos conhecimentos locais. Desperdiçaram-se muitas experiências sociais; iii) a terceira ideia é que a ciência moderna não foi, nos dois últimos séculos, nem um mal incondicional, nem um bem incondicional; iv) a crítica desse regime epistemológico é hoje possível devido a um conjunto de circunstâncias que, paradoxalmente, permitem identificar melhor que nunca, a possibilidade e até a urgência de alternativas epistemológicas, ao mesmo tempo em que revelam a gigantesca dimensão dos obstáculos políticos e culturais que impedem a sua concretização; v) a quinta ideia é que as alternativas à epistemologia dominantes partem, em geral, do princípio que o mundo é epistemologicamente diverso e que essa diversidade, longe de ser algo negativo,

que optaram pelos estudos descoloniais tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais.

representa um enorme enriquecimento das capacidades humanas para conferir inteligibilidade e intencionalidade às experiências sociais.

Os argumentos defendidos pelo autor dão suporte à sua proposta da “ecologia de saberes” que tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento, além do conhecimento científico moderno. Segundo Santos (2009), a ecologia dos saberes, ao buscar credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que têm se tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e não científicos.

Em perspectiva semelhante o porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2008), afirma que uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno da diferença colonial trará grandes contribuições. Partindo de lugares étnicos-raciais subalternos pode contribuir em muito para uma teoria crítica descolonial radical. Para o autor é necessário descolonizar a epistemologia, levando a sério o lado subalterno da diferença colonial: o lado da periferia, dos trabalhadores, das mulheres, dos indivíduos racializados/colonizados, dos homossexuais/lésbicas e dos movimentos anti-sistêmicos que participam do processo de produção de conhecimento. Faz um apelo a um universal que seja um pluriversal. Destaca o pensamento dos zapatistas: “lutar por um mundo onde outros mundos sejam possíveis”.

É nessa perspectiva que enveredamos nesta pesquisa buscando identificar e refletir sobre como os estudos da história da África e da cultura afro-brasileira vêm sendo desenvolvidos em uma escola pública da cidade de Ituiutaba-MG. Acreditamos que tais conteúdos, ao serem inseridos no cotidiano das aulas de História, podem contribuir para um “deslocamento epistêmico”, ou seja, ao evidenciar “outras histórias”, “outros sujeitos”, é possível efetivar um ensino menos eurocêntrico.

O referencial metodológico desta pesquisa se baseia na abordagem da pesquisa qualitativa, que ressalta a participação do pesquisador. Escolhemos a abordagem da pesquisa qualitativa por acreditar que proporciona significados e representações que fazem parte do contexto escolar:

A Epistemologia Qualitativa defende o caráter construtivo interpretativo do conhecimento, o que de fato implica compreender o conhecimento como

produção e não como apropriação linear de uma realidade que se nos apresenta. (GONZALEZ REY, 2005, p.24).

Para o autor, a pesquisa qualitativa é fundamental na investigação científica, seja ela de caráter objetivo ou subjetivo, dessa forma mesmo que seja pautada pela objetividade não tem como desviar-se da subjetividade.

Gonzalez Rey (2005), enfatiza, nesta abordagem, como diálogo a subjetividade:

A subjetividade está constituída tanto no sujeito individual, como nos diferentes espaços sociais em que este vive, sendo ambos constituintes da subjetividade. O caráter relacional e institucional da vida humana implica a configuração subjetiva não apenas do sujeito e de seus diversos momentos interativos, mas também dos espaços de uma sociedade concreta que estão estreitamente relacionados entre si em suas implicações subjetivas. (GONZALEZ REY, 2005, p. 24).

A subjetividade acaba por ser uma característica da pesquisa qualitativa, pois reconhece o olhar do sujeito colaborador, a compreensão de diferentes vozes e cria aspectos relevantes à pesquisa. A análise qualitativa permite capturar percepções e significações na busca de conhecer os sujeitos investigados, proporcionando interpretações diversas dos fatos sociais e das problemáticas na pesquisa. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa,

(...) responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

Na busca de possíveis respostas aos questionamentos levantados nesta investigação e com o intuito de cumprir os objetivos propostos, recorreremos a diferentes procedimentos metodológicos, tais como: estudo de documentos, a revisão bibliográfica, Grupo Focal e a História Oral Temática.

Em relação aos documentos, recorreremos à Lei nº10.639/03, que como anunciamos anteriormente foi criada em 9 de janeiro de 2003, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394, de 20 de dezembro de 1996, tornando obrigatório o estudo da temática História da África e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, em instituições de ensino público e privado. Uma análise nos documentos com as “Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-

brasileira e Africana” (CNE/CP) n° 03 de março de 2004 e a “Resolução do Conselho Nacional de Educação” (CNE/CP) n° 01 de 17 de junho de 2004. Efetivamos ainda um estudo sobre o projeto político-pedagógico da escola investigada. Por fim, realizamos a análise de dados referentes à cidade de Ituiutaba e à Escola Municipal Machado de Assis *locus* da nossa investigação.

Em relação à revisão bibliográfica, consideramos de grande relevância, pois, como afirma Barros (2011), ninguém inicia uma pesquisa do “marco zero”, de fato buscamos compreender o que dizem outros autores sobre a temática investigada. Detivemo-nos aos estudos bibliográficos sobre: ensino de História, a Lei 10.639/03 e multiculturalismo. Utilizamos autores como Guimarães (2012); Cerezer (2015) Bittencourt (2004); Santos (2013); Marques e Calderoni (2016); Gomes (2011); Silva (2011); Paula (2013); Santos (2010); McLaren (1997) dentre outros estudos que abrangem as temáticas.

A investigação foi realizada na Escola Municipal Machado de Assis³, situada na região central da cidade de Ituiutaba. A opção pela escola se deu em decorrência de seu próprio contexto histórico, pois foi criada na década de 1930, resultado da luta do movimento negro, com o principal objetivo de atender a população negra da cidade.

Optamos por desenvolver a pesquisa com estudantes e professores(as) de História que atuavam nas turmas dos 9^{os} anos do ensino fundamental no ano de 2017. A escolha se deu por ser um período em que se encerra o ciclo do ensino fundamental, última etapa da educação básica oferecida pela Escola Estadual Machado de Assis. Dessa forma, limitamos em realizar a observação do espaço escolar, bem como dos projetos desenvolvidos na escola com a participação da comunidade escolar. Esse processo foi registrado no caderno de campo. Concordamos com Viana (2007) ao defender que a observação é uma importante fonte em pesquisas qualitativas. Sem acurada observação não há ciência. O autor afirma que não basta olhar, é preciso saber ver, identificar e descrever os diversos tipos de interação e processos humanos.

Outro instrumento metodológico utilizado foi a técnica do grupo focal realizada com os(as) estudantes dos 9^{os} anos na tentativa de compreender como a temática ensino

³ Até o ano de 2017 a Escola oferecia toda educação básica, ou seja, desde a educação infantil, os anos iniciais e finais do ensino fundamental até o ensino médio. A partir de 2018 a Escola não oferece o ensino médio. No Brasil, os municípios são responsáveis por fornecer a educação de base, ou seja: creches (até 3 anos), pré-escolas (educação infantil; 4 e 5 anos) e o ensino fundamental (7 a 14 anos). Não têm obrigatoriedade de oferecer o ensino médio.

de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira marcaram a formação desses sujeitos. De acordo com Gatti (2005), um grupo focal “é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal” (p.7). A autora acrescenta que essa metodologia difere das entrevistas individuais em dois aspectos: demanda um menor período de tempo, além de dar ênfase ao caráter coletivo e de interatividade, possibilitando entre outros fatores a observação das múltiplas reações dos participantes, tais como: debates, gestos, emoções e os porquês de certos posicionamentos.

A técnica é muito útil quando se está interessado em compreender as diferenças existentes em perspectivas, ideias, sentimentos, representações, valores e comportamentos de grupos diferenciados de pessoas, bem como compreender os fatores que influenciam, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos. (p.14).

A supervisora dos 9^{os} anos conseguiu um espaço em um horário para a realização do grupo focal, que aconteceu no dia 30 de outubro de 2017, com duração de mais ou menos uma hora e meia. Começamos às oito horas e cinco minutos e seu término ocorreu às nove horas e trinta e sete minutos. O horário concedido pela escola foi de apenas uma hora, mas os(as) estudantes que estavam participando, abriram mão do horário do recreio para que pudéssemos terminar. O grupo focal começou no horário previsto, com a presença de doze alunos, com dois de cada turma dos 9^{os} anos. A professora de História dos 9^{os} anos do segundo semestre foi quem escolheu os alunos que iriam participar. Desses 6 eram meninos e 6 meninas. 7 negros, 2 pardos e 3 brancos. Pedimos autorização da escola e dos mesmos para a gravação do vídeo e preservamos a suas identidades.

Com o intuito de desenvolver a discussão com os estudantes, realizamos no primeiro momento um diálogo voltado ao estudo de História da África e Cultura afro-brasileira. No primeiro momento apresentamos imagens de representação dos países do continente africano, reconhecimento de figuras heroicas como Zumbi dos Palmares, datas históricas de representação da cultura africana e afro-brasileira, e para uma maior reflexão apresentamos frases, reportagem e vídeo que abordam a questão do racismo e o preconceito em nossa sociedade. No início das discussões percebemos que os estudantes estavam à vontade para falar do assunto e, na medida em que íamos discutindo as culturas africana e afro-brasileira os estudantes ficavam ainda mais participativos. Mantivemos

essa mesma discussão até finalizar o grupo focal. Por fim, para o encerramento oferecemos um lanche para os estudantes.

As turmas dos 9^{os} anos durante todo o ano letivo, tiveram duas professoras de História uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre em 2017. A proposta com as professoras de história dessas turmas consistiu em realizar uma entrevista oral, buscando compreender como são trabalhados os conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira nas aulas de História. Para essas duas entrevistadas, elaboramos um roteiro com o intuito de traçar um perfil social, profissional e de formação, a relação que elas estabelecem com o ensino de História e de forma mais específica com conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira.

Ao longo das observações no espaço escolar tivemos a oportunidade de conhecer dois outros professores que trabalhavam na escola. Um deles estava desenvolvendo um projeto com os estudantes que abordava elementos da História da África e cultura afro-brasileira e o outro coordenava um curso de formação continuada que tinha como foco a questão da Lei 10.639/03. O roteiro de entrevista elaborado para esses professores teve uma abordagem diferente do que das outras duas entrevistas com as professoras de história dos 9os anos. Com os professores de história a entrevista oral foi realizada com o intuito de conhecer o projeto e o curso que os professores coordenavam, e como de certa forma contribuíram para o desenvolvimento do estudo de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na escola.

Fundamentamos as entrevistas na metodologia da História Oral temática. Para Portelli (2007) a História Oral tem seu próprio significado e sua importância dentro da pesquisa acadêmica:

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los, em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada um. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele. (PORTELLI, 2007, p. 15).

Segundo Portelli (2007), a história oral, além de expressar a historicidade da experiência pessoal e o papel do indivíduo na história da sociedade, propicia ampliar os conhecimentos e as informações sobre um passado recente, por meio da versão de pessoas que o viveram.

Para Meihy e Holanda (2007) a história oral

(...) mesmo abrigando índices de subjetividade, a história oral temática é mais possível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações. Quase sempre, a história oral temática equivale à formulação de documentos que se opõem às situações estabelecidas. A contundência faz parte da história oral temática que se explica no confronto de opiniões firmadas. (MEIHY, HOLANDA, 2007, p. 38).

De acordo com Meihy e Holanda (2007), a escolha dos colaboradores na História Oral Temática é fundamental, pois o caráter testemunhal exige a qualificação de quem se entrevista. Para os autores, a presença do colaborador que entrevista deve ser atuante no sentido de favorecer a apresentação de argumentos do colaborador que responde a estímulos dados.

De acordo com Cerezer (2015) em educação, as narrativas registradas pela história oral, contribuem para o processo de compreensão da realidade educacional e formação dos docentes e pesquisadores. De acordo com Delgado (2006):

A História Oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fonte e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões. Para o campo de investigações sobre o ensino de História, a história oral se apresenta como uma estratégia importante para alcançar as experiências, memórias e significados dos professores, possibilitando com isso, a oportunidade de compreensão, análise e intervenção no espaço educacional. (DELGADO, 2006, p. 15).

Nesse contexto, recorreremos a essa metodologia por acreditar que para o campo de investigações sobre o ensino de História, a história oral temática permite apresentar estratégias para um maior acesso às memórias e experiências vivenciadas pelos docentes. As narrativas tornaram possível uma reflexão acerca da formação dos sujeitos em torno das relações étnico-raciais e dos saberes e práticas desenvolvidos no interior da escola.

As narrativas foram analisadas de acordo com o diálogo com as referências bibliográficas acerca da temática investigada e a partir de documentos de políticas públicas, como: a Lei 10.639/03; as diretrizes curriculares sobre a temática relações étnico-raciais; livros e materiais didáticos utilizados pelos (as) professores (as) da escola.

As entrevistas orais foram semiestruturadas, por meio de um roteiro que contemplava os objetivos centrais da investigação. As entrevistas tiveram duração de 20 a 30 minutos cada e aconteceram dentro do espaço de investigação, exceto uma que aconteceu no Centro Municipal de Assistência Pedagógica e Aperfeiçoamento (CEMAP).

As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e posteriormente textualizadas e analisadas.

Segundo Szymanski (2004), a transcrição é a primeira versão escrita do texto, da voz do entrevistado e deve ser registrada da forma original. A textualização consiste na limpeza dos vícios de linguagem, ou seja, na passagem do oral para o escrito. Dessa forma, todas as narrativas foram adequadas à norma culta da língua portuguesa.

Para Meihy e Holanda (2007) o processo de transcrição é como uma recriação do texto oral para o escrito sem perder seu real sentido e suas informações, “a transição nos aproxima do sentido e da intenção original que o colaborador quer comunicar”. (IDEM, 2007, p. 135). Dessa forma, entendemos que a transcrição produz um novo documento de produção de conhecimentos históricos.

As cópias das transcrições e textualizações das entrevistas foram entregues aos colaboradores para a sua conferência. Todos os colaboradores leram e concordaram com a textualização das entrevistas, assinaram termos de consentimentos e todos os professores e professoras não se importaram em ser identificados. Porém, optamos por não identificar todos os colaboradores e colaboradoras das entrevistas orais, e usamos nomes fictícios.

Em síntese, a metodológica envolveu os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica, análise de documentos, realização do grupo focal realizado com estudantes dos 9^{os} anos do ensino fundamental e entrevistas orais com professores e professoras colaboradores(as) da pesquisa.

2.2 Sujeitos da Investigação

O grupo de colaboradores(as) foi composto por 4 professores(as) de História, 2 professoras das turmas dos 9^{os} anos do ensino fundamental, 1 professor coordenador do Curso de Formação de Professores e 1 professor coordenador do projeto desenvolvido na escola, sendo 3 deles formandos pela Universidade Estadual de Minas Gerais-*Campus* de Ituiutaba, e 1 formado pela Universidade Federal de Uberlândia-*Campus* do Pontal, além dos estudantes dos 9^{os} anos do ensino fundamental. No quadro abaixo, apresentamos nomes “fictícios” dos estudantes e suas respectivas turmas, idade e raça/etnia. Como citado anteriormente a professora de História dos 9^{os} anos do segundo semestre foi quem escolheu os alunos que iriam participar. O critério estabelecido foi que 2 estudantes de

cada turma participassem, o que correspondeu um total de 12 estudantes, sendo 7 negros, 3 brancos e 2 pardos que participaram da roda de conversa.

Quadro 1: Participantes do Grupo Focal

Nome	Turma	Idade	Etnia
Amanda	9° B	15 anos	Parda
Ana Carolina	9° D	15 anos	Negra
Aline	9° A	16 anos	Negra
Artur	9° A	15 anos	Negra
Gabriel	9° F	14 anos	Branca
Gustavo	9° B	15 anos	Branca
Isabelle	9° F	14 anos	Negra
João	9° D	15 anos	Branca
Lucas	9° E	15 anos	Negra
Marcos	9° C	14 anos	Negra
Maria Eduarda	9° C	14 anos	Negra
Maria Fernanda	9° F	14 anos	Parda

Fonte: Santos, C.A. N. (2017).

Os colaboradores das entrevistas orais foram: Manuela 46 anos, professora de História lecionou nas turmas de 9°, 8° e 6° ano de agosto a dezembro de 2017. Possui licenciatura em História, formada pela UEMG em 2004. Luiz 55 anos, professor das turmas dos 6^{os} anos na escola, além de docente foi coordenador do “Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais/2017⁴”. Possui Licenciatura em História, formado em 1983 pela UEMG. Fernando 52 anos, professor de História dos 2° e 3° ano do ensino médio e foi professor coordenador do projeto intitulado “Escola Municipal Machado de Assis uma Luz para Liberdade ⁵”. Possui graduação em

⁴ Promovido pela Prefeitura de Ituiutaba juntamente com o Centro Municipal de Assistência Pedagógica e Aperfeiçoamento (CEMAP) e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que tinha como objetivo trabalhar um curso voltado para a Lei 10.639/03, que foi oferecida a todos os professores da cidade de Ituiutaba e região, inclusive para os professores da Escola Municipal Machado de Assis (EMMA).

⁵ O projeto aconteceu durante todo ano letivo e teve como objetivo promover a história da escola e valorização da Cultura Africana e Afro-Brasileira.

História e Geografia, pós-graduação em Geografia, formado em 1990 pela UEMG. Dilma 64 anos, professora das turmas dos 9º, 8º e 6º ano nos períodos de fevereiro a julho de 2017. Possui licenciatura em História, e é formada pela UFU em 2013.

2.3 A Estrutura e Organização da Dissertação

A pesquisa está dividida em seis seções, sendo a primeira introdução e a segunda delimitação da pesquisa. Conta também com as referências, os apêndices e anexos.

Na terceira seção, intitulada “**O CENÁRIO DA PESQUISA: cidade e escola**”, apresentamos e analisamos o cenário da investigação, ou seja, a cidade de Ituiutaba, procurando destacar lugares de representação da cultura afro-brasileira na sociedade ituiutabana e em particular, a Escola Municipal Machado de Assis-EMMA. Nesse capítulo, buscamos identificar o lugar onde os sujeitos da nossa investigação vivem, os espaços e a relação que os mesmos têm com a temática da pesquisa.

A quarta seção, “**FORMAÇÃO, SABERES E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA**”: o lugar do ensino de História da África e cultura afro-brasileira” teve como objetivo analisar, por meio das vozes de professores e professoras de História, a formação, os saberes e as práticas ao ensinar conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira.

A quinta seção, “**MARCAS DO ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DOS(AS) ESTUDANTES**” teve como objetivo refletir sobre o que dizem os estudantes do 9º ano do ensino fundamental da escola investigada, em relação a esses conteúdos, ou seja, identificar as marcas do trabalho com essa temática na formação dos estudantes. Para isso, recorremos aos resultados apresentados no grupo focal.

Por fim, na sexta seção, “**CONSIDERAÇÕES FINAIS**”, retomamos os passos da pesquisa e registramos algumas possíveis respostas e outros tantos questionamentos.

3 O CENÁRIO DA INVESTIGAÇÃO: cidade e escola

“Lugar do negro na sociedade brasileira é em todo e qualquer lugar”.

(Nilma Lino Gomes)

Iniciamos esta sessão com a epígrafe de Nilma Lino Gomes por concordar que o lugar do negro na sociedade brasileira é em todo e qualquer lugar. Nesse sentido, considerarmos fundamental compreender o lugar onde os colaboradores desta investigação vivem. De acordo com Carlos (2007),

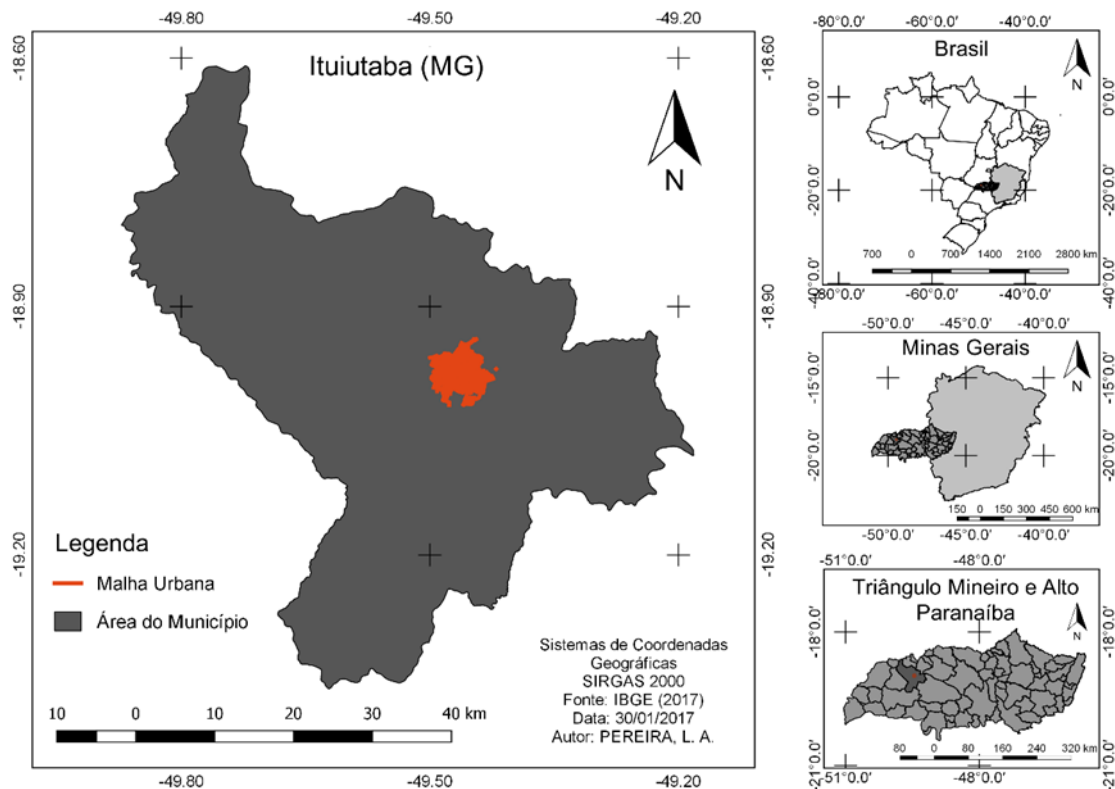
O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida do indivíduo. Esse plano é aquele do lugar. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (2007, p. 17).

Nesta sessão, o objetivo consistiu em apresentar e analisar alguns aspectos da história da cidade de Ituiutaba, procurando destacar lugares de representação da cultura afro-brasileira na sociedade ituiutabana e da Escola Municipal Machado de Assis, *locus* da nossa investigação.

O cenário é o lugar onde as ações ocorrem, os sujeitos se formam, vivem suas histórias. O contexto social e cultural tem o papel de construir, permitir ou negar. O lugar tem as marcas do homem, formas, tamanhos e limites. Ao entendermos o espaço e o lugar, temos a oportunidade de conhecer os sujeitos que nele residem. Nesse sentido, consideramos relevante apresentar alguns aspectos da cidade de Ituiutaba, sua história, economia, educação e como ela se apresenta dentro do cenário investigado, buscando conhecer outros lugares de representação da cultura afro-brasileira que, de forma direta ou indireta, contribuiu para a construção da escola investigada.

3.1 A cidade: o cenário da investigação

Figura 1: Mapa da Localização da Cidade de Ituiutaba-MG



Fonte: IBGE, 2017. Org.: PEREIRA, L. A., 2017.

A figura 1 destaca o mapa do município de Ituiutaba que se localiza na mesoregião geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais, Brasil. A partir de fontes historiográficas sistematizadas conhecemos alguns aspectos históricos da cidade que se emancipou do então município de Prata no dia 16 de setembro de 1901 conhecida ainda como Vila Platina, e só a partir de 1915 seria então nomeada Ituiutaba (i-rio, tuiu-tijuco, taba-povoação) “povoação do rio de Tijuco”. Antes de ser conhecida Ituiutaba, região cortada pelos rios Prata e Tijuco.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade no ano de 2017 era estimada em 104.526 habitantes. Possui uma densidade demográfica de 37,40 hab/km²; seu bioma é tipicamente Cerrado e Mata Atlântica. O clima é tropical e sua hidrografia é formada pelos Rios Tijuco e o ribeirão São José. A pessoa que nasce em Ituiutaba é conhecida por ituiutabano.

Com o intuito de aprofundar a apresentação da cidade, destacamos alguns elementos que nos permitem refletir sobre os sujeitos que nela vivem. O município tem passado por uma fase de transformações e reestruturação urbana, consolidando cada vez mais seu *status* de cidade média⁶. Essas transformações são evidenciadas a partir dos anos de 1950 e 1960, momento em que a cidade recebeu uma grande variação de agroindústrias como Matadouro Industrial de Ituiutaba S/A - MISSA, Grupo João Lira com a usina de álcool-Tri álcool e Nestlé. Nos anos de 2010 foi possível verificar diversas redes do setor agroindustrial como Syngenta Seeds, BP América, Canto de Minas entre outras, atendendo vários setores agroindustriais nas regiões do Triângulo Mineiro.

Quanto aos investimentos no agronegócio, de acordo com Fonseca e Santos (2011), os mais expressivos estão relacionados à implantação de agroindústrias canavieiras, fato que tem se generalizado em todo o Triângulo Mineiro. Em Ituiutaba, a expansão da cana-de-açúcar no campo se intensificou a partir do final dos anos 1990, reflexo de um cenário mundial, que passou a privilegiar formas alternativas de produção de energia, com o intuito de minimizar a dependência da economia ao petróleo.

Essas transformações se manifestam de diversas formas, como por exemplo: realização de obras de infraestrutura urbana, construção de conjuntos habitacionais, implantação de novas empresas comerciais e de prestação de serviços. A cidade conta com 66 bairros; destaca-se no cenário regional como uma das cidades que mais conseguiram investimentos na habitação nos últimos anos, sobretudo no programa do governo federal “Minha Casa, Minha Vida”⁷. Foram 1.600 casas e apartamentos construídos (Residenciais: Carlos Dias Leite, Canaã I, Canaã II, Buritis (Edifícios Adobe I e II) Nova Ituiutaba I já entregues, e ainda está assegurada a construção de mais 2.800 casas (Nova Ituiutaba, II, III e VI, Nadime Derze I, Nadime Derze II, dentre outros) pelo

⁶ De acordo com Souza (2009), não há um consenso definitivo sobre essa categoria de cidade. Ela muda de acordo com o tempo e com o espaço. No Brasil, nos anos de 1970, eram consideradas cidades médias aquelas com a população entre 50.000 a 250.000 habitantes. Em 2010, para o IBGE, cidades médias são aquelas em que a população está entre 100.000 e 5.000.000 de pessoas.

⁷ Programa Minha Casa Minha Vida, teve início em 2009, durante o governo Lula, com o objetivo de facilitar a aquisição de imóveis para a população de baixa renda e também para incentivar a produção de novas unidades habitacionais no país. Em 2011, já no governo Dilma, iniciou-se a segunda fase do Minha Casa Minha Vida 2, como uma parte do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC2). Existem duas formas para poder usufruir dos benefícios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): Na primeira a família precisa possuir uma renda mensal bruta de até R\$ 1.800, através de um cadastro na Prefeitura da cidade para participar do sorteio ou então entrar em contato com uma Entidade Organizadora. Outra forma é a família possuir uma renda mensal bruta entre R\$ 1.800,01 e R\$ 6.500, entrando em contato com a Caixa Econômica ou com o Banco do Brasil e fazer uma simulação de financiamento. Caso prefira, também pode contatar um Correspondente Caixa.

mesmo programa. Além disso, outros milhares de casas em conjuntos habitacionais privados foram lançados, como: Residencial Camilo Chaves (500 casas), Jardim Europa (500 casas), Portal dos Ipês (540 casas), etc. Loteamentos: Residencial Drummond I, Residencial Drummond II (Aproximadamente 700 unidades), Spacio Colina (400 unidades), Cidade Jardim (500 unidades), condomínio fechado Portal do Lago (85 unidades). Há vários edifícios de 4 a 10 andares e outros vários projetos de apartamentos, residenciais e condomínios a serem lançados ainda em 2017 e início de 2018. Além disso, a cidade possui um *shopping* de pequeno porte, o Pátio Cidade Ituiutaba, que conta com 30 lojas e 2 salas de cinema sendo as duas em 3D.

Um importante indicador para avaliar a qualidade de vida de uma cidade refere-se à questão da saúde. Buscamos conhecer os números referentes aos estabelecimentos de saúde no município de Ituiutaba. De acordo com o IBGE de 2010, a cidade conta com um estabelecimento de saúde estadual, 35 municipais e 41 privados. Os números revelam que o maior número pertence ao setor privado, o que nos leva a pensar que para os excluídos do capital, para os migrantes atraídos para a cidade, o direito à saúde não é assegurado no cotidiano.

No que se refere à educação básica, o ensino é oferecido pelas redes municipal, estadual, federal e privada. São 38 escolas de ensino fundamental, 10 de ensino médio e 32 de educação infantil. Quanto ao ensino superior, a cidade conta com 2 instituições de ensino privado: Faculdade do Triângulo Mineiro (FTM), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) (ensino Semi-Presencial-Conectado)⁸, 01 instituição de ensino estadual: a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), e 02 de ensino federal: a Universidade Federal de Uberlândia (UFU)⁹ e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM)¹⁰, que oferece cursos vinculados aos ensinos médio e superior com cursos como:

⁸ O Sistema de Ensino Presencial Conectado é um modelo Bimodal, semipresencial e multimidiático. O aluno tem atividades presenciais que são desenvolvidas na unidade de ensino do município escolhido por ele, que acontecem conforme cronograma e calendário fornecido pela Universidade. O aluno tem atividades não presenciais desenvolvidas via *Web* para as quais pode organizar seu horário de estudo de acordo com sua disponibilidade e atender aos prazos definidos para a entrega das atividades propostas no curso.

⁹ Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP/UFU) foi criada no ano de 2006, pela resolução 02/2006 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia (CONSUN), recebendo seus primeiros alunos no início de 2007. O curso é parte do projeto do MEC para a expansão da universidade pública e para a melhoria na formação de professores, ofertando a Ituiutaba e região um ensino público de qualidade, além de um incremento na qualidade de vida para o município e seus arredores.

¹⁰ O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro-IFTM, criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei n. 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

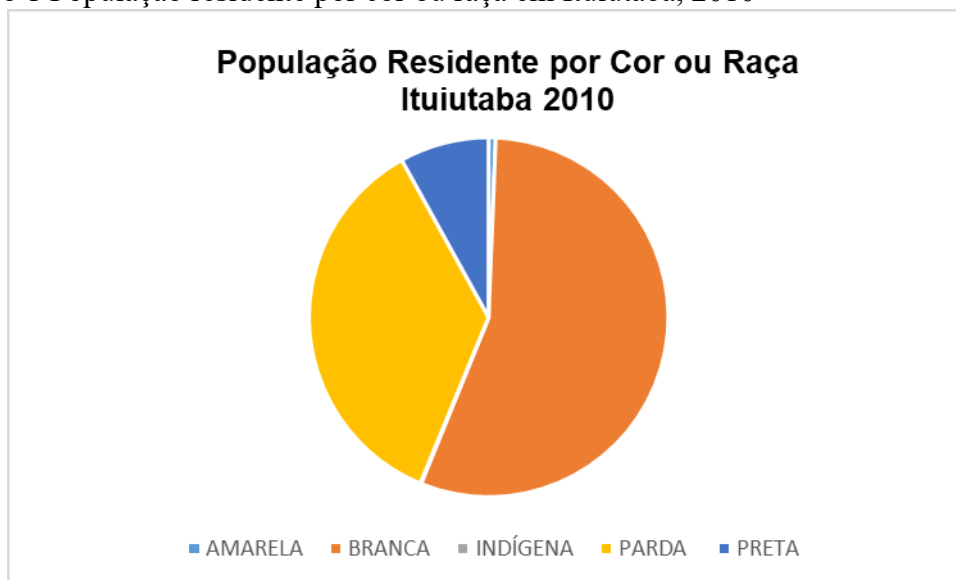
Análise e Desenvolvimento de Sistemas (ensino presencial) e Licenciatura em Computação (ensino à distância), dentre outros. No ensino tecnológico profissionalizante conta com duas instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC).

Outra característica que marca o cenário ituiutabano é a vinda expressiva de migração de outras regiões do país para a cidade. Segundo o Censo de 2010, a população residente por lugar de nascimento registrava os seguintes números: da Região Sudeste, corresponde a 82.779 pessoas; Região Norte era de 233 pessoas; Região Nordeste, 9.843 pessoas, Região Sul, 244 pessoas; Região Centro-Oeste, 3.699 pessoas. Imigrantes de outros países correspondem a 109 pessoas.

De acordo com a “População Residente, no quesito cor e raça”,¹¹ publicado pelo IBGE em 2010, destacam-se os dados do quesito “cor” ou “raça” da população de Ituiutaba-MG da seguinte forma: amarelo 619 pessoas; branca 53.937 pessoas; indígenas 75 pessoas; parda 34.724 pessoas; preta 7.817, dados representados no gráfico 1. Esses números mostram que apesar da maioria da população se declarar branca, a cidade de Ituiutaba tem como característica uma população afrodescendente representativa.

¹¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ituiutaba/pesquisa/23/22107?detalhes=true> Acesso em: 08 abr. 2018.

Gráfico 1 População residente por cor ou raça em Ituiutaba, 2010



Fonte: IBGE, 2010. Org.: SANTOS C. A.N., 2018.

Conforme Santos (2008) é importante pensar globalmente para agir no local. Nesse sentido, consideramos relevante empreender reflexões acerca do expressivo movimento negro da cidade de Ituiutaba. Em âmbito nacional é importante ressaltar que a resistência do negro se inicia ainda no período da escravização, mas foi no período pós-abolição que o movimento ganhou força e ressignificados. O movimento negro tem se unido cada vez mais e a representação da cultura afro-brasileira tem trazido significados e se afirmado como cultura e comunidade negra. Definimos movimento negro, como a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural.

No final do século XIX e durante uma grande parte do século XX, circularam jornais e revistas voltados aos negros. Uma delas, a Imprensa Negra Paulista, criada em 1915. Segundo Carvalho (2009), a Imprensa Negra viveu seu momento mais intenso no período de 1923. O jornal tinha como objetivo denunciar atos praticados contra os negros, trazer para o discurso as dificuldades da população negra no período pós-escravidão, falar sobre a desigualdade social entre negros e brancos e das restrições sofridas em decorrência do preconceito racial.

Influenciado pelos movimentos, pelo fim da segregação racial¹² que aconteceu na década de 1960 nos Estados Unidos e na África, o movimento negro no Brasil criou forças que resultaram na criação de vários grupos de movimento negro em todo o país. Entre esses grupos foi criado o “Movimento Negro Unificado”, tendo em sua maioria atores teatrais, que lutavam para a valorização do jovem negro através de protestos e atos públicos de diferentes formas, na tentativa de chamar a atenção da população e do governo para o grave problema social: o preconceito racial.

A luta do movimento negro cresceu e tem ganhado força na legislação brasileira com a criação de políticas públicas como a Lei nº 7.716 de 1989¹³ e a Lei nº 12.711 de 2012, que foram criadas na tentativa de combater o preconceito racial, religioso. Também foram criadas cotas raciais nas universidades federais. Esse movimento histórico impactou a população negra do município de Ituiutaba que historicamente abrigou sujeitos negros.

Para Domingues (2016), a imprensa foi fundamental no processo de organização do movimento negro. Ao entrevistar uma de suas líderes, ela revelou que teve acesso a um jornal que destacava o 20 de novembro. Desde então foi criado um grupo na cidade para realizar estudos sobre a consciência negra. Ela revelou que ao longo da história da cidade, as conquistas culturais foram mais fáceis em relação às questões políticas. Ressaltou que desde 1930 já existia um grupo de negros em Ituiutaba se reunindo: era o grupo Legião Negra, que conseguiu a construção de um clube para os negros. Afirmou que a criação da escola 13 de maio, hoje conhecida como Escola Municipal Machado de Assis, foi uma conquista muito difícil.

De acordo com Domingues (2016) as conquistas da população negra foram, historicamente, resultado de muitas lutas. Nesse processo, a educação escolar sempre foi uma reivindicação dos negros. O movimento negro em Ituiutaba desempenhava um papel mais cultural do que político, porém, mesmo assim conseguiram algumas conquistas. A união da população negra para a manutenção de sua cultura pode contribuir para outros

¹² Segregação racial é uma política que objetiva separar e/ou isolar no seio de uma sociedade as minorias raciais ou um grupo étnico específico. Na segregação racial os indivíduos ficam restritos a uma região delimitada, ou são criadas barreiras de comunicação social.

¹³ “Lei Caó” que combate injúria racial (Art. 150, CP), utilizada nos casos de ofensa à honra pessoal, valendo-se de elementos ligados à cor, raça, etnia, religião ou origem. Além disso, esse crime é imprescritível e inafiançável no país.

debates e pautas. Na década de 1960, as apresentações e comemorações da congada seriam então realizadas no dia 13 de maio e nos anos de 1970 foi inaugurado, na Praça 13 de Maio, um busto de Zumbi dos Palmares.

Segundo Domingues (2016) em Ituiutaba, no ano de 1982, assim como acontecia no Brasil, a população negra buscava cada vez mais se organizar e lutar pela preservação de suas raízes e de sua identidade. Dessa forma, foi então criado o Grupo de Estudos e Consciência Negra de Ituiutaba. A criação do grupo reforçaria a importância da cultura negra na cidade.

Na década de 1990 o movimento negro ituiutabano e os agentes públicos se esforçaram por implementar no campo educacional e nos espaços escolares práticas antirracistas. De acordo com Oliveira (2018) foi criado o projeto intitulado “Projeto sobre Racismo na Câmara”, de autoria do ex-vereador Carlos Modesto do Santos. Segundo o jornal¹⁴ “O projeto de autoria do vereador Carlos Modesto (PMDB), pretendia implantar como conteúdo curricular, estudos contra a discriminação racial, religiosa e étnica, nas escolas municipais de 1º e 2º graus.” O projeto foi votado em novembro de 1995, porém o prefeito Darcy Jerônimo o vetou, alegando que o projeto tinha uma ideologia política de “direita” e não queria que fosse discutida a discriminação racial nas escolas municipais.

Segundo Oliveira (2018) nos anos de 1990 houve uma maior participação popular e a população Ituiutabana preocupou-se com a questão do racismo e da discriminação racial. Em 20 de novembro de 1995 houve celebrações à memória de Zumbi dos Palmares em todo o Brasil. Para além das esferas formais e tradicionais do poder político, o que o projeto demonstrou foi a concepção de que a escola representaria o centro de um processo de transformação social.

A luta do movimento negro seguiu e teve como objetivo ressaltar os esforços das comunidades negras para a superação do racismo, com a implementação de políticas públicas centradas na questão educacional, que destacam a importância da identidade negra e luta por sua cultura e seu espaço. As políticas públicas vieram posteriormente como os inúmeros projetos de implementação das políticas de ações afirmativas para a população negra e afrodescendentes. Dentre eles: a Lei 10.639/03, as cotas nas instituições de ensino superior e nos concursos públicos; políticas de inserção do negro

¹⁴ DIÁRIO REGIONAL. Ituiutaba, n. 5629, 23 set. 1995. p. 01

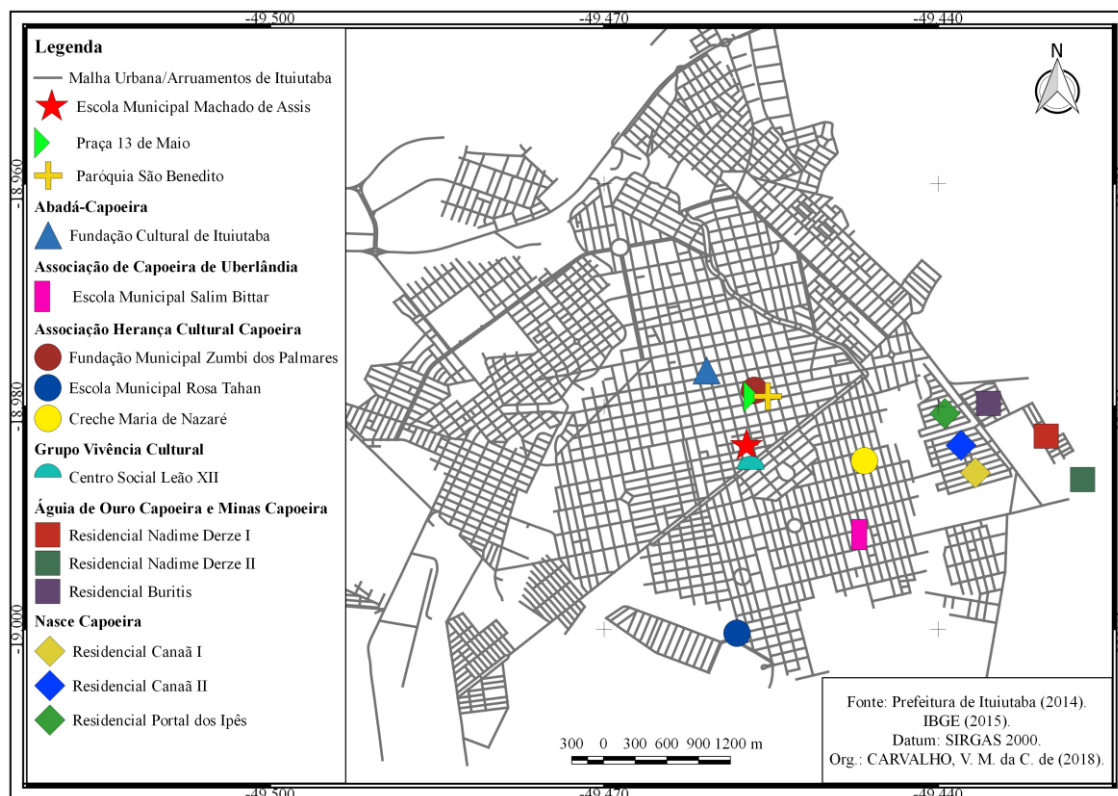
no mercado de trabalho; programas voltados à saúde da população negra; programas e ações específicas na área da cultura e educação, entre outros. Tudo isso legitimou o movimento negro, não apenas na cidade de Ituiutaba, mas em todo o território brasileiro.

Na continuação desta seção, enfatizamos alguns locais de representação da cultura africana e afro-brasileira na cidade de Ituiutaba e o espaço de investigação, a saber, a Escola Municipal Machado de Assis (EMMA), locais conquistados pela força do movimento negro ituiutabano.

3.2 Cidades na Cidade

Na cidade de Ituiutaba existem diversos espaços em defesa dos direitos e reafirmação cultural da população negra brasileira. Esses locais constituem em avanços significativos em relação à minimização do preconceito racial e à exclusão dos negros. O local de representação da cultura africana e afro-brasileira fortalece ainda mais o movimento negro no município. A figura 2 representa o mapa da área urbana do município destacando alguns espaços que marcam a cultura afro-brasileira na cidade.

Figura 2: Mapa da área urbana do município de Ituiutaba-MG, Brasil.



Fonte: Mapa elaborado pelo geógrafo Victor Matheus da Cruz de Carvalho, 2017.

A figura 2 ressalta os pontos de representação da cultura africana e afro-brasileira na cidade de Ituiutaba. Destacamos como ponto de referência a Escola Municipal Machado de Assis (representada pela estrela vermelha) buscando no seu entorno esses espaços de reafirmação e ressignificação cultural do movimento negro.

A mesma figura destaca a localização da Praça 13 de maio (seta verde) que se constitui espaço de sociabilidade, abrigando atividades díspares e comuns à comunidade negra de Ituiutaba. Ainda no mesmo espaço está a Igreja São Benedito que é representada como estrutura física da Irmandade de São Benedito e a Fundação Zumbi dos Palmares (FUMZUP), que recebe o nome de um dos maiores líderes heroicos da resistência negra.

As outras localizações representam espaços dos diferentes grupos de capoeira da cidade. O mapa ressalta a aproximação territorial que a escola tem com diferentes espaços de representação e afirmação da cultura africana e afro-brasileira.

A Fundação Zumbi dos Palmares (FUMZUP) é uma fundação pública vinculada à Secretaria Municipal de Governo, instituída nos termos do artigo 143, da lei Orgânica do Município de Ituiutaba, criada em 21 de abril de 1990, com sede na cidade de Ituiutaba-

MG, localizada Av. 25 c/ 30 e 32, nº 992, região central da cidade. A fundação tem aparato legal, regida pela lei nº 2.768, de 06/03/1991, o objetivo da Fundação consiste em atuar nas áreas de atendimento sociocultural, educacional, esportivo, lazer, habitacional, saúde, preservação ambiental, patrimonial e profissional, com foco especialmente na população negra e na população carente em geral. Tem como função articular as ações da comunidade negra com o poder público, representado pelo executivo, legislativo e judiciário.

É esse órgão que capta e encaminha as verbas destinadas a projetos realizados na cidade para as entidades negras viabilizarem suas ações. Além disso, realiza vários projetos com cunho de ação afirmativa. A Fundação ainda tem como responsabilidade zelar e atuar em parcerias públicas e com organizações não governamentais para o cumprimento da captação jurídica-normativa que visa à construção da cidadania, tais como a Lei 12.288/2011 (Estatuto da Igualdade Racial), a Lei 10.639/03 (Ensino obrigatório da História da África e dos Negros), a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente, Políticas de Proteção da Terceira Idade) e a Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso e a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã).

A figura 3 apresenta a faixa de entrada da FUNZUP. Na entrada está registrada a frase: “Vidas negras importam”. Está presente a imagem de Zumbi dos Palmares e a foto da vereadora pelo PSOL da cidade do Rio de Janeiro Mariele Franco, assassinada com quatro tiros na cabeça, após seu carro ser alvejado na região central da cidade na noite do dia 14 de março de 2018. O assassinato de Marielle revelou uma face destemida da criminalidade que domina o Brasil. A vereadora defendia as causas das mulheres, negros e LGBTs.

Figura 3: Imagem da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares (FUMZUP), localizada na cidade de Ituiutaba/MG.



Fonte: Santos, C.A.N., (2018).

Um dos projetos da Fundação em 2016 foi o Centro Nacional de Cidadania Negra (CENEC), que acontecia dentro do espaço da fundação, e tinha como objetivo promover a capacitação profissional e eventos na área de lazer e da cultura através de cursos como: informática, dança afro-brasileira, dança de salão, dança terapêutica, dança de rua, balé, futebol, capoeira e aulas de Direitos Humanos e cidadania.

Por meio da Direção, a Fundação oferece cursos de danças a toda comunidade ituiutabana independentemente de etnia ou questão econômica. Os cursos são de Axé, Balé Infantil, Capoeira, Dança Terapêutica, Zumba, com valores que vão de 15,00 a 30,00 reais mensais. A gestão busca ainda fortalecer os laços com as entidades negras buscando colaboração das instituições de ensino, como o IFTM Campus Ituiutaba, UEMG e FACIP/UFU. Segundo a gestão, com essas colaborações é possível promover oficinas culturais, cursos, seminários, bem como estimular a autoestima, promover atividades culturais, exposições e toda e qualquer iniciativa que vise o enriquecimento cultural da população negra.

A Fundação também mantém o Curso Pré-Vestibular Universitário para Alunos Negros e de Baixa Renda (PREVESTI). O curso surgiu da sensibilidade das entidades da

comunidade negra da cidade de Ituiutaba, ao perceber que o número de alunos negros matriculados para o exame de ingresso no Ensino Superior, e conseqüentemente, ingressantes, era reduzido. Diante disso, a comunidade se mobilizou para minimizar esse déficit por meio de estratégias para possibilitar o acesso de estudantes negros no Ensino Superior.

A criação do curso PREVESTI a partir de março de 1998, consolidou-se como avanço para a comunidade negra ituiutabana, com atendimento para 45 alunos, com uma turma no turno noturno, em sala cedida pela Escola Municipal Machado de Assis (EMMA).

Para apoiar essa iniciativa a Prefeitura Municipal de Ituiutaba concedeu a alunos negros, carentes do curso Pré-vestibular PREVESTI no ano de 1998, dez bolsas de estudo na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) no valor de 75%, com objetivo de aumentar o acesso ao ensino superior. A partir disso, os alunos que frequentassem o PREVESTI poderiam disputar, entre si, uma bolsa de estudos, com os seguintes critérios de seleção: assiduidade no PREVESTI, ordem de classificação do candidato no exame e mediante aferição socioeconômica, pessoal e familiar feita por assistentes sociais do serviço público municipal, conforme os critérios do PREVESTI.

Em 2017 o PREVESTI tinha sede na Escola Estadual João Pinheiro, onde as aulas eram ministradas. O objetivo principal de ampliar o acesso da população negra ao Ensino Superior continua sendo a proposta do curso e recebem alunos brancos e carentes. Além disso, o curso busca promover Ações afirmativas para a população excluída, principalmente para a população negra ituiutabana. O curso visa, ainda, a superação de uma formação voltada apenas para a preparação para o exame do Ensino Superior, especificamente, por isso, as atividades que compõem esse projeto ultrapassam a perspectiva disciplinar e o conteúdo dos currículos escolares convencionais para se tornarem uma história de referência cultural voltada para a humanização da comunidade negra e carente da cidade de Ituiutaba.

A organização curricular do PREVESTI compreende as disciplinas: Português, Matemática, Inglês, Geografia, Biologia, Física, Filosofia, História, Sociologia e Química. As aulas são ministradas por professores formados, que têm vínculo contratual com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba. No ano de 2018, o PREVESTI completou 20 anos de serviços prestados aos jovens e adultos negros que buscam o ingresso no Ensino Superior.

Outro espaço de representatividade negra no município é a Irmandade de São Benedito que tem sua atuação na congregação de vários ternos de Congada e Moçambique e realizam grandes eventos culturais, contribuindo para a manutenção da tradição cultural e religiosa dos reinados na cidade.

Segundo Rafael (2018) desde do século XVI as festas brasileiras em devoção aos santos continuam atraindo pessoas que se deslocam de diversas partes do Brasil. Motivados por render graças através dos rituais de pagamento de promessas, pedidos de graças e participação na procissão, os indivíduos em trânsito fazem com que essas comemorações, sejam, ao longo do ano, promotoras do fluxo de pessoas das cinco regiões do país.

A congada representa na história brasileira, uma festa que se configura como uma prática capaz de revelar uma aproximação com o continente africano em seus diferentes aspectos, por meio da memória dos descendentes, dos aspectos significativos da resistência e da luta dos negros escravizados e dos afrodescendentes. Dessa forma, redimensiona nosso olhar do presente, na busca de reviver o passado para a construção de re(significação) de identidade.

A congada faz parte da cultura afro-brasileira na cidade de Ituiutaba e está diretamente ligada às religiões de matriz africana. No entanto, a festa está vinculada tanto à Irmandade de São Benedito quanto à igreja São Benedito.

Segundo Rafael (2018), a Irmandade de São Benedito é responsável por várias atividades junto à comunidade. Dentre elas estão projetos de leituras, atividades na praça, palestras e reuniões. Após a criação da Irmandade em 1957, os praticantes da congada intensificaram os esforços para a construção da Capela de São Benedito (imagem abaixo). A foto pertence ao arquivo da Irmandade de São Benedito e mostra a pequena capela criada em 1971. O primeiro presidente da Irmandade foi Geraldo Clarimundo da Costa, que exerceu essa função de 1957 a 1988. Os processos que possibilitaram a criação da Irmandade em Ituiutaba receberam distintas interpretações internas. Ora a suposta identidade católica, ora os aspectos da cultura afro-brasileira.

Figura 4: Imagem da Construção da capela de São Benedito-1971



Fonte: Irmandade de São Benedito Ano-1971. (Acervo Pessoal)

A figura 4 apresenta a capela de São Benedito, destacando alguns membros da congada e da irmandade no ano de 1971.

De acordo com Rafael (2018) o “Terno” é responsável por categorizar e identificar os grupos que fazem parte da congada na cidade de Ituiutaba e todos os ternos estão vinculados à Irmandade de São Benedito. São eles: Congo (Camisa Verde, Real e Libertação) e Três de Moçambique (Camisa Rosa, Lua Branca e Águia Branca), além do Congo Filhos da Luz, que é produto de um projeto que acontece na Escola Municipal Aureliano Joaquim da Silva que fica no Bairro Novo Tempo II, localizado na região periférica da cidade e o Terno Marinheiro de Santa Luzia, criado no ano de 2015.

Cada terno se reúne em um determinado local, além da irmandade chamado Quartel, que geralmente é a residência do criador do terno. O Quartel é o local de saída e chegada do terno no dia da festa, assim como é responsável pela realização de leilões para arrecadar verba, além da relação da festa com a igreja católica. Vale ressaltar que o “rosário” é realizado pelos membros mais velhos.

A proposta da Irmandade de São Benedito, está principalmente ligada quando da organização dos festejos de São Benedito, sendo que um deles é a Festa da Congada que acontece geralmente no terceiro domingo do mês de março. Acreditamos que sem os

Ternos e a Irmandade na cidade de Ituiutaba não seria possível a realização da festa de Congada. Os ternos têm sua autonomia, no entanto, no que se refere às atividades públicas, esses devem se reportar à mesma, que é a instituição representativa e organizadora dos ternos.

Figura 5: Imagem da Festa do Congado realizado em 20 de maio de 2018. Concentração do Terno Congo Real, na praça 13 de maio localizada na cidade de Ituiutaba-MG.



Fonte: Santos, C. A. N., (2018).

A figura 5 destaca uma apresentação do Congo Real. Nesse momento todas as alas do terno fazem a sua apresentação. No canto direito da imagem a ala das madrinhas caracterizadas com seus chapéus brancos, as bandeiristas segurando o estandarte (com a bandeira ao centro). Ao fundo os capitães que estão de coroa e os caixeiros com seus instrumentos e, na frente, a ala das baianas.

A Congada representa uma rede de significados, relacionados aos sentidos profanos e religiosos, que se misturam a ritos de fé e diversão, que vivenciam momentos de efusão mística e mitos fundados na prática cultural. Que rezam e louvam e agradecem à Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, buscando na história sua própria identidade ancestral.

Figura 6: Imagem da Festa do Congado realizado em 20 de maio de 2018. Caminhada do Terno Congo Real, pelas ruas da cidade de Ituiutaba.



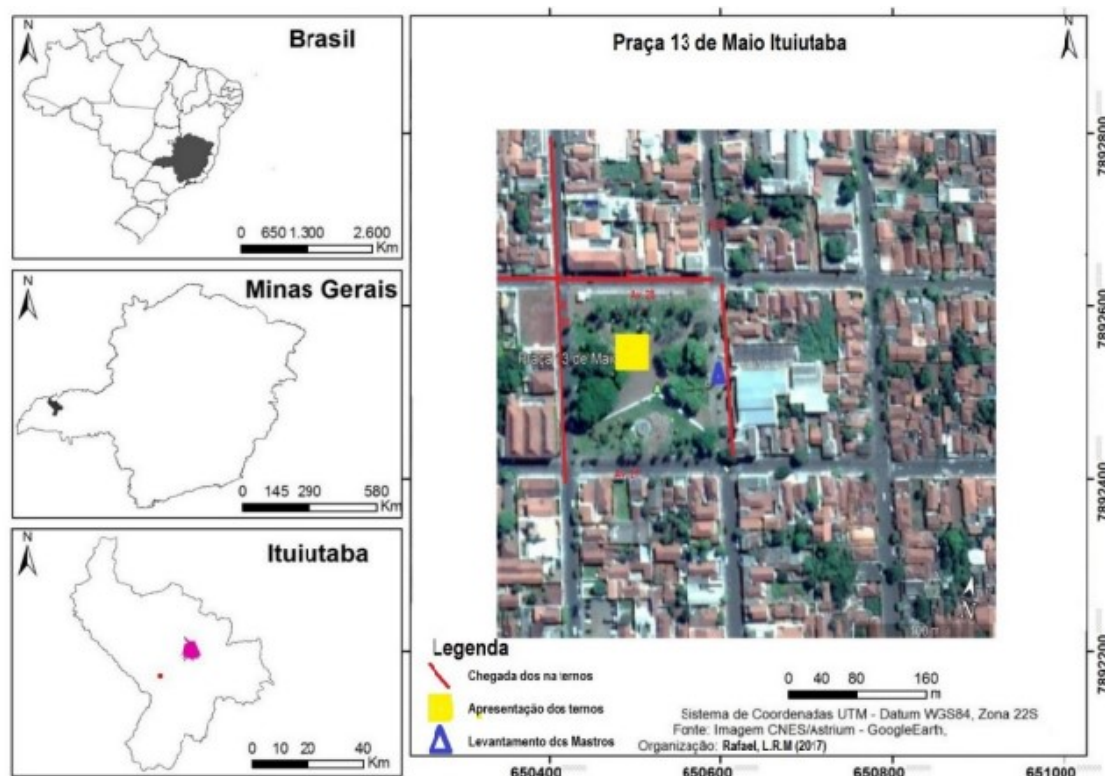
Fonte: Santos, C. A. N. (2018).

A figura 6 representa o desfile pelas ruas da cidade. É o momento em que caminham, dançam e cantam. Suas músicas e cores são carregadas de significados de resistência negra. A importância desse trajeto é o momento de reconhecimento e valorização da cultura e de afirmação da identidade negra.

Outra relação que se estabelece com a festa de congada está diretamente relacionada ao espaço, considerando que esses serão responsáveis por mediar as relações que se estabelecem e que acabam por proporcionar diversas experiências para os festeiros. As comemorações em louvor a São Benedito em Ituiutaba acontecem na Praça 13 de Maio, local em que se encontra a Igreja em homenagem ao Santo, assim como a sede da Irmandade de São Benedito e a Fundação Cultural Zumbi dos Palmares, todas localizadas na região central da cidade.

A figura 7 mostra a organização da festa da congada e como acontece apresentação dos ternos na Praça 13 de maio, sendo que essa organização é uma das funções da Irmandade de São Benedito.

Figura 7: Mapa da representação do trajeto dos ternos na Praça 13 de Maio no dia da Festa de São Benedito



Fonte: CNES/Astrium - Google-Earth Organização: Rafael, L.R.M., 2017.

De acordo com Rafael (2018), a congada em Ituiutaba está ligada tanto às representações da cultura afro-brasileira quanto da religião católica, sendo que a maioria dos membros frequenta as missas e são parte da comunidade religiosa de São Benedito.

Podemos destacar que a Congada na cidade de Ituiutaba vai além de um ritual religioso, pois mistura elementos da cultura africana e europeia, que demonstra união entre as pessoas, e a renovação de votos com as ancestralidades, o fortalecimento dos laços da história, memória dos sujeitos do passado, os vínculos, o pertencimento cultural e o contar das histórias esquecidas e silenciadas. Além da Congada, outra representação da cultura afro-brasileira no município é a Capoeira.

Segundo Carneiro (1995) a capoeira está presente no Brasil desde a transferência da capital do país de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, tratando-se de uma luta pela liberdade. Nesse período, acabou por se transformar em uma dança, pois era praticada sob os olhares dos Senhores de Engenho. Para disfarçarem a luta utilizavam a ginga, a base de qualquer “capoeirista”. Era dela que se originavam, então, todos os

golpes. Esse disfarce foi fundamental para a sobrevivência dos negros, pois a Capoeira, principalmente na sua origem, era uma luta de resistência.

De acordo com Falcão (2004) a capoeira é uma manifestação da cultura popular brasileira que reúne características bem peculiares: misto de luta, jogo, dança, praticada ao som de instrumentos musicais, palmas e cânticos. É um sistema de autodefesa e treinamento físico, destacando-se entre as modalidades desportivas. Não sabemos ao certo a origem da Capoeira; alguns pesquisadores acreditam ter vindo da África, outros afirmam ter sido criada no Brasil pelos escravos na sua luta pela liberdade.

Em Ituiutaba, atualmente existem sete grupos de capoeira: o Abadá Capoeira, a Associação de Capoeira de Uberlândia (ASCAU), a Associação Herança Cultural Capoeira (AHCC), Águia de Ouro Capoeira, Minas Capoeira, Núcleo de Atividade Social da Cultura Escrava-Nasce Capoeira e Vivência Cultural.

O Abadá-Capoeira – Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte Capoeira – foi criada em 1986, pelo Mestre Camisa. De acordo com Domingues (2016) seu objetivo era criar mais do que um grupo, mas uma escola de capoeira que possibilitasse uma ascensão social a sociedades carentes e que apoiasse a formação de capoeiristas profissionais.

Na cidade de Ituiutaba, o Abadá-Capoeira realiza suas atividades na Fundação Cultural de Ituiutaba¹⁵, localizada na Rua Vinte e quatro, n° 1342, região central. O Abadá-Capoeira é uma das maiores divulgadoras da cultura capoeirista dentro e fora do Brasil. Atualmente, conta com cerca de mais de 500 professores, está presente na maioria dos estados brasileiros, representa efetivamente em 35 países, e conta com aproximadamente 30 mil associados.

A ASCAU, que atua também na cidade de Ituiutaba, tem suas ações concentradas na Escola Municipal Salim Bittar na rua Uruguai n° 1380, bairro Brasil. Segundo Domingues (2016), o grupo foi fundado na década de 1970 na cidade de Uberlândia pelo Grão-Mestre Corisco. O grupo era conhecido inicialmente como Cordão de Ouro. Grão-Mestre Corisco foi um dos grandes responsáveis pela introdução da capoeira no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Fundou e dirigiu o grupo ASCAU formando por 40 mestres que atualmente se apresentam em vários municípios como de Araxá, Araporã, Cachoeira

¹⁵ A Fundação Cultural de Ituiutaba foi criada através da Lei Municipal n° 2.298 de 22 de agosto de 1.985, com personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos. O compromisso é de preservar, expandir e desenvolver o patrimônio cultural do Município.

Dourada, Coromandel, Santa Juliana, Caldas novas, Canápolis, Catalão, Monte Alegre, Monte Carmelo, Nova ponte, Corumbaíba, Sacramento, Itumbiara, Paranaiguara, Perdizes, Quirinópolis, Romaria, São Simão, Tupaciguara, Uberlândia e Ituiutaba. O grupo conseguiu também ter visibilidade no exterior com representantes na França, Espanha e Japão.

A Associação Herança Cultural Capoeira, foi fundada em Guarulhos região norte de São Paulo, em 04 de abril de 1991 com o nome de Guerreiros de Zumbi, tendo como fundador e presidente o Mestre Catitu. O grupo Herança Cultural Capoeira cresceu muito ao longo dos anos e expandiu como representante da cultura capoeirista, tanto na região do estado de São Paulo, como em Minas Gerais na cidade Ituiutaba. O grupo é o que mais tem locais de representação da arte da capoeira. O quadro a seguir destaca a localidade das atividades capoeiristas da Herança Cultural Capoeira.

Quadro 2: Locais de atuação do Grupo de Capoeira Herança Cultural

Local	Endereço
Fundação Cultural Zumbi dos Palmares-FUMZUP	Av. 25 c/ 30 e 32, n° 992 – Centro
Escola Municipal Rosa Tahan	Rua Dezoito n° 146 - Bairro Tupã.
Creche Maria de Nazaré	Rua Paraná n° 820 - Bairro Jardim do Rosário

Fonte: Organização Santos, C. A. N., (2018).

Evidenciamos por meio do Quadro 2 que a “Herança Cultural Capoeira” atua em diferentes localidades e regiões tanto central quanto periférica. A convite do Instrutor do grupo Herança Cultural Capoeira Lucian que tem o cordão cinza de graduado – assim o mesmo pode ministrar capoeira – realizamos uma visita no dia 01 de junho de 2018 ao grupo de capoeira localizado na Creche Maria de Nazaré. Suas atividades acontecem nas segundas e quartas-feiras das 19:00 às 21:00 horas. A figura 8 apresenta uma roda de capoeira com alguns capoeiristas do grupo Herança Cultural.

Figura 8: Imagem da Roda de Capoeira da Associação Herança Cultural Capoeira, localizado na Creche Maria de Nazaré na cidade de Ituiutaba-MG.



Fonte: Santos, C.A. N., (2018).

Na cidade ainda existem outros grupos de capoeira como: Minas Capoeira, Núcleo de Atividade Social da Cultura Escrava-Nasce Capoeira e Vivência Cultural, grupos novos que foram fundados na região do Triângulo Mineiro.

O Grupo de capoeira Águia de Ouro Capoeira foi criado em 1995 na cidade de Canápolis e no ano de 1996 veio para Ituiutaba. Em 2001 fundou a Associação Cultural e Esportiva de Ituiutaba Águia de Ouro. Em 2017 contava com vários instrutores, professores e um mestre que desenvolvia atividades de capoeira na região de Goiás e Minas Gerais sobre a supervisão do Mestre Taboca fundador do grupo.

Tanto o Grupo Águia de Ouro Capoeira e Minas Capoeira atuam em dois bairros novos da cidade, o Residências Nadime Derze I e II e Buritis. O Grupo Nasce Capoeira promove suas atividades realizadas nos bairros Canãa I e II e no Residência Portal dos Ipês. O Grupo Vivência Cultural, atua no Centro Social Leão XII, na Av. Minas Gerais nº 1431, Bairro Jerônimo Mendonça.

Na continuação desta seção nos detemos na Escola Municipal Machado de Assis, lugar onde atuam os sujeitos desta pesquisa.

3.3. Revisitando a história da Escola Municipal Machado de Assis

Com o intuito de conhecer melhor os docentes e estudantes colaboradores de nossa pesquisa, consideramos relevante focarmos nosso olhar sobre a Escola Municipal Machado de Assis, lugar onde os professores e professoras atuam. A escola oferece a educação infantil e o ensino fundamental completo do 1º ao 9º ano. Está localizada em área central, situada na Rua: Vinte e seis, 2047, Setor sul.

Figura 9: Imagem da Escola Municipal Machado de Assis, localizada na cidade de Ituiutaba-MG.



Fonte: Santos, C.A. N., (2017).

A figura 9 registra a fachada da Escola. É possível perceber que o prédio necessita de reformas, como a pintura que destaca o nome da escola e ainda podemos perceber que em algumas janelas faltam vidraças.

Para entender o contexto histórico da escola precisamos, primeiramente, compreender a participação dos movimentos negros na sua construção. Segundo Ribeiro e Silva (2010) na década de 1930 o movimento negro começou a crescer com a chamada Frente Negra Brasileira (FNB) ¹⁶criada nesse mesmo período. O movimento concebia a

¹⁶ A Frente Negra Brasileira (FNB) nasceu na capital paulista em 1931 e foi um diferencial para os negros brasileiros. Além de ser uma associação recreativa e beneficente, tinha boa parte de suas atividades focadas na esfera política, transformando-se em partido político no ano de 1936.

educação como um princípio poderoso de ascensão social e conscientização racial e saia em defesa de uma escola coletiva para a população negra, porque o ensino, então difundido nas escolas, privilegiava em sua maioria a população branca.

De acordo com Ribeiro e Silva (2010) o idealismo da FNB começou a se espalhar, primeiramente no interior de São Paulo, e paulatinamente introduziu suas ideias em outros estados, como Minas Gerais. Na região do Triângulo Mineiro a FNB foi, então, representada pela Legião Negra. A primeira reivindicação da Legião Negra foi a criação de uma escola noturna para que todos aqueles que tinham que promover seu sustento e não podiam frequentar as escolas diurnas, tivessem oportunidade de aprender a ler e escrever. O grupo então procurou o Prefeito solicitando a criação da escola. Conseqüentemente, em 1937 na cidade de Ituiutaba, durante o mandato do prefeito Adelino de Oliveira Carvalho, a Legião Negra criou a Escola Municipal Noturna “13 de maio”.

Segundo Vilela (2010) a escola começou seu funcionamento na sala 03 do Grupo Escolar “João Pinheiro”, tendo como primeiro professor o Sr. Ítalo Terêncio José Gentil, professor escolhido pelos membros da Legião Negra. A escola atendia a todos sem distinção de cor ou questão econômica. Apenas em 25 de novembro de 1941, pelo Decreto-lei 73 o nome da escola foi mudado de “13 de maio” para “Escola Municipal Machado de Assis”.

(...) o fato de essa escola ter a expressão 13 de maio em seu nome e ter sido criada por uma ala do movimento negro indica um esforço pró-inserção e pró-emancipação social pela educação. A mudança de nome para Machado de Assis não era menos indicativa disso. Afinal, além de referência axial na literatura brasileira — quiçá mundial —, Machado fora um mulato que se projetou, socialmente, à custa do uso artístico da palavra escrita, isto é, de um domínio exemplar de instrumentos sociais que, à escola, supostamente cabe proporcionar às pessoas: a leitura e a escrita. (RIBEIRO; SILVA, 2010, p. 368).

Concordamos com Vilela (2011) ao ressaltar que a mudança do nome da escola “13 de maio”, marco legal do fim da escravidão no Brasil, para o nome “Machado de Assis”, um representante ilustre da literatura brasileira, está atrelada ao contexto histórico político. O movimento popular negro que demandou a escola aconteceu no período do

Estado Novo (1937-1945)¹⁷. Destaca-se, ainda, que era uma estratégia do poder público municipal para acompanhar a política antidemocrática desse período.

A escola tinha como objetivo inicial a ascensão e inserção social, através das quais buscava melhores condições para a população negra da cidade. Nesse cenário político antidemocrático é interessante indagar se a escola ainda teria mantido seu real propósito, por meio do ensino noturno. De acordo com Vilela (2010):

Criada por um movimento étnico-social para suprir demandas específicas, num momento de centralização política ela atendeu precipuamente adultos trabalhadores. Se havia uma tendência nacional ao ensino técnico-profissionalizante no ensino noturno para formação de mão de obra, não cabe dizer que tal escola seguiu essa tendência; se havia os horizontes traçados pelos grupos escolares (destino do ensino primário em certo período), ainda que funcionasse num prédio escolar que convergia diurnamente para esses propósitos, não se alinhou a tais horizontes, tampouco que se caracterizou como supletivo – mesmo após a expansão da modalidade. Como é provável que tais peculiaridades resultem, também, da ação do município de Ituiutaba sobre essa escola, convém verificar como a municipalidade foi determinante para a criação e legitimação da escola noturna. (2010, p. 59).

A Escola Municipal Machado de Assis demandava políticas municipais. Funcionava no prédio do Grupo Escolar “João Pinheiro” atendendo nesse período quatro turmas de 1º ao 4º ano primário, que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 equivale ao 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Com o aumento do número de classes através do Decreto – Lei nº 193 de 10 de dezembro de 1947, o prefeito Omar Oliveira Diniz criou o cargo de Diretora da Escola Municipal Noturna “Machado de Assis” e a Prof.^a Maria de Freitas Barros passou a exercê-lo.

De acordo com Vilela (2010), na gestão do Prefeito Samir Tannus, foi elaborado o projeto de criação do Colégio Normal Municipal e Ginásio Municipal, mas só mais tarde, quando o Prefeito Samir já havia se afastado, em 1968 do executivo Ituiutabano para exercer a Legislatura Mineira, o projeto foi executado através da Lei 1.254 de 29 de outubro de 1968. O Prefeito Hildo Alves Gouveia criou o colégio Normal Municipal, tendo como diretor José dos Santos Vilela Júnior, funcionando na “Escola Anjo da Guarda”, e em 27 de outubro de 1970, por meio da Lei 1.324 foi criado o Ginásio Municipal. Em 1975, através do Decreto – Lei 1514 de 31 de dezembro, o Prefeito Fued

¹⁷ O Estado Novo ou Era Vargas foi um período da história da República brasileira que durou de 1937 a 1945. Essa fase ficou conhecida pelo fato de ter sido propriamente ditatorial.

José Dib unificou as unidades de ensino municipal: Escola Normal e Ginásio que passaram a formar a Escola Municipal de I e II Graus “Machado de Assis”.

Segundo a Portaria 1257/2009 de 10 de outubro de 2009 a escola passou a ser identificada como Escola Municipal Machado de Assis, de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Em 2017 a Educação Infantil era oferecida pela escola em nível pré-escolar – 2^{os} períodos (5 anos), para crianças que completassem cinco anos até 30 de junho do ano em que ocorresse a matrícula, funcionando no turno vespertino. O Ensino Fundamental, oferecido pela escola tinha duração de nove anos, estruturado em cinco anos iniciais e quatro anos finais de escolaridade. Funcionava tanto no turno matutino quanto no vespertino e o Ensino Médio, etapa final da educação básica com duração de três anos, era oferecido no turno matutino e foi extinto no ano de 2018.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2016, a organização curricular da educação infantil segue as orientações do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI). No caso dos currículos do Ensino Fundamental e Médio estão organizados conforme os princípios legais, Parâmetro Curriculares Nacionais (PCN) e o Conteúdo Básico Comum (CBC). Dessa forma, as duas modalidades acabam por ter uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁸.

A Carga horária anual prevista no PPP e a BNCC de 2017 é de 800 horas, distribuídas em 200 dias letivos. O atendimento a alunos em situação especial acontece no contraturno do horário escolar, para que o apoio seja efetivo e não prejudique sua aprendizagem.

Sobre o perfil dos alunos e professores do EMMA, de acordo com o PPP e um diagnóstico levando pela gestão da escola no ano de 2016, A escola atendia 2.170 alunos,

¹⁸ Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 13 set. 2017.

em sua maioria provenientes de classe média/baixa, sendo que 300 fazem parte do programa do governo federal, o Bolsa Família¹⁹.

Os professores da escola são funcionários efetivos e designados e 90% deles com formação no curso superior, com licenciatura plena. No ano de 2016 o quadro de docentes era composto por 140 pessoas, sendo 05 professores e professoras em desvio de função, 78 professores e professoras efetivos e 57 professores e professoras contratados, o que gera um grave problema pedagógico na escola, pois, a cada dois anos os professores e professoras contratados são substituídos por outros e o trabalho perde a continuidade.

¹⁹ Criado em abril de 2001, é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia> Acesso em: 3 jul. 2018.

Figura 10: Imagem da Entrada do portão principal da Escola Municipal Machado de Assis.



Fonte: Santos, C.A. N., (2017).

A figura 10 mostra a entrada principal feita pelo portão de acesso da Avenida 26. A escola dispõe de mais dois portões, um que fica na lateral esquerda na avenida 33 e outro que fica nos fundos, na avenida 28. Estes servem de acesso exclusivamente aos alunos.

A escola possui uma secretaria que fica na entrada principal, e na mesma ala fica sala da gestão, sala dos supervisores e sala dos professores. Tem um espaço livre dos corredores para uso no horário do recreio e não possui área verde.

Quanto à estrutura física, todas as instalações da escola se encontram em condições razoáveis de funcionamento. Existem, porém, algumas necessidades de reforma, como pintura, algumas salas estão sem portas, janelas estragadas ou emperradas, tomadas e ventiladores que não funcionam.

A instituição possui duas quadras, uma que não está coberta e outra coberta que servem para a realização das atividades esportivas, de lazer, dentre outras. Possui uma Biblioteca Escolar e Laboratório de Informática, que necessita de computadores, pois apenas 3 funcionam à época da pesquisa.

Além disso, possui um amplo auditório para palestras, apresentações, usado muitas vezes, para exibições cinematográficas, e sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de vídeo, uma sala de brinquedoteca e uma sala de leitura.

Figura 11: Imagem do Primeiro prédio o “Refeitório Municipal”, localizado na Escola Municipal Machado de Assis na cidade de Ituiutaba-MG.



Fonte: Santos, C. A. N., (2017).

De acordo com o PPP a escola apresenta um desempenho escolar acima do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) municipal. É considerada pela sociedade ituiutabana a melhor escola pública municipal de Ituiutaba. O último IDEB (2015) está mostrado no quadro, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Quadro 3: O IDEB de 2015 da Escola Municipal Machado de Assis.

ITUIUTABA	ESCOLA GERAL	5º ANO	9º ANO
6,1	6,7	6,7	5,4

Fonte: Quadro elaborado de acordo com site <http://ideb.inep.gov.br/> e o PPP da escola (2017).

Segundo a supervisão pedagógica, apesar do razoável desempenho da instituição em relação ao IDEB, ainda é elevado o número de alunos e alunas que ficam de dependência e de progressão parcial.

No ano de 2017 a Escola contava com o projeto Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na área de Biologia. Esse programa consistia na concessão de bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores responsáveis, institucionalmente, pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e demais despesas a ele vinculadas. O Programa visava também propiciar aos futuros professores participação e experiências metodológicas, tecnológicas, práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar e que buscassem a superação de problemas identificados no processo de ensino e de aprendizagem. Além de incentivar as escolas públicas de educação básica a tornar-se protagonistas nos processos formativos dos estudantes das licenciaturas, mobilizavam seus professores como co-formadores dos futuros professores.²⁰

Além desses projetos, a escola ofereceu outros projetos como o “Projeto *Bullying*”²¹, para combater o *bullying* na escola, o “Projeto Escola Municipal Machado de Assis uma Luz para Liberdade”²², o “Projeto Feira de Ciências”²³ e o “Projeto Cultura Africana”²⁴. A escola ainda proporcionou ao longo do ano de 2017 várias atividades para

²⁰ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid> Acesso em: 11 abr. 2018.

²¹ *Bullying* é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa indefesa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas. O termo surgiu a partir do inglês *bully*, palavra que significa tirano, brigão ou valentão, na tradução para o português.

²² O projeto aconteceu durante todo o ano letivo e teve como objetivo promover a história da escola e valorização da Cultura Africana e Afro Brasileira.

²³ Esse projeto teve a participação de todos os alunos e professores de ciências da escola, com o objetivo de fortalecer o interesse dos mesmos pelas matérias de Biologia, Química e Física. Teve sua culminância no dia 23 de novembro de 2018.

²⁴ Esse projeto teve a participação de todos os alunos e professores de História e Geografia da escola, com o objetivo de valorizar a cultura afro-brasileira. Teve sua culminância no dia 23 de novembro de 2018.

os alunos e a comunidade em geral como parte cultural (dança, artes plásticas e teatro), como também no esporte. No decorrer desta dissertação nos deteremos nos projetos desenvolvidos no ano de 2017 que tiveram como objetivo refletir sobre a História da África e a Cultura Afro-Brasileira.

A Escola Municipal Machado de Assis no ano de 2017 se encontrava sob a direção do professor Mário Calil Sobrinho. Passou por várias reformas físicas, de ampliação e pedagógica, mas sempre acompanhado as políticas municipais, pois, para a comunidade ituiutabana, a escola é considerada referência de ensino no município.

Ao longo desta seção empreendemos um olhar sobre a cidade de Ituiutaba enfatizando os lugares que reafirmam elementos da cultura afro-brasileira. Identificamos a importância do papel do movimento negro na conquista desses espaços, em particular a criação da Escola Municipal Machado de Assis. Na próxima seção a formação, os saberes e as práticas dos professores e professoras de História que atuavam na Escola no ano de 2017. Nos interessa também perceber se os professores e professoras de História estabeleciam diálogos com os lugares de representação da população negra, ao ensinar História.

4 FORMAÇÃO, SABERES E PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA: o lugar do ensino de História da África e cultura afro-brasileira

Concordamos com Guimarães (2012) ao afirmar que a história é uma disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora. A história tem um papel central na formação da consciência histórica dos homens e das mulheres possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva. Nesse sentido, ao incorporar elementos da história da África e da cultura afro brasileira no cotidiano das aulas de História é possível a construção de identidades afirmativas, além de contribuir para uma educação antirracista e multicultural.

A partir dessas considerações questionamos: como se deu o processo de formação inicial e continuada dos(as) professores(as) de História que atuavam na Escola Municipal Machado de Assis? Como os elementos da história da África e cultura afro-brasileira eram trabalhados na escola e nas aulas de História? Dessa forma, esta seção tem como objetivo analisar, por meio das vozes dos(as) professores(as) de História, a formação, os saberes e as práticas ao ensinar conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira.

A seção está organizada em três partes. Na primeira empreendemos um olhar sobre o ensino de História contextualizando a Lei 10.639/03. Na segunda, recorreremos às vozes dos colaboradores para conhecer e refletir sobre a formação inicial e continuada. Por fim, refletimos sobre os saberes e as práticas dos professores e das professoras relacionados ao estudo da história da África e cultura afro-brasileira.

4.1 O ensino de História e a formação de identidades: contribuições da Lei 10.639/03

Ao iniciar esta seção voltamos o nosso olhar sobre a literatura acerca do ensino de História e a formação de identidades, contextualizando a Lei 10.639/03. Acreditamos que esse exercício pode contribuir para refletirmos sobre a formação dos professores, seus saberes e suas práticas. Bittencourt (2007) ressalta que o ensino de História está diretamente atrelado à formação de identidade. Sobre o conceito de identidade nos inspiramos em Hall (2004) para quem as velhas identidades, que por tanto tempo

estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado.

De acordo com Bittencourt (2007), a história, no processo de sua constituição como disciplina escolar no século XIX, tinha como finalidade a construção de uma identidade nacional, justificando sua permanência e obrigatoriedade nos diversos currículos no Brasil. A autora registra:

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras variando, no entanto, de importância no período que vai do século XIX ao atual. Inicialmente foi objeto de poucos estudos nas escolas encarregadas de alfabetizar, mas, à medida que se organizava e se ampliava esse nível de escolarização, a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma “história nacional” e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade nacional”. (BITTENCOURT, 2004, p. 60).

O conceito de “identidade nacional” se modificou ao longo do tempo. Para Bittencourt (2007), a identidade nacional forjada no século XIX não corresponde àquela das fases ditatoriais republicanas do século XX ou às dos períodos democráticos. Ao se referir à identidade nacional presente, seja em textos oficiais, ou textos produzidos por intelectuais de diferentes instituições, é possível verificar que não se trata de uma concepção semelhante e pertencente a um projeto homogêneo sobre a nação e sobre a educação.

Ao estudar a história da disciplina nos currículos das escolas brasileiras, Bittencourt (2007) destaca que a finalidade do ensino de História tem se constituído de maneira diversa, com momentos complexos, por vezes, aparentemente contraditórios. Na trajetória da disciplina analisada sob a perspectiva de estabelecerem-se as relações entre finalidades e conteúdos históricos em suas concepções de povo brasileiro, a autora identifica quatro momentos com características diferenciadas e específicas de cada contexto político e educacional: i) A identidade nacional sob o regime monárquico; ii) República e identidade nacional patriótica; iii) identidade nacional e teoria da dependência; iv) de uma identidade nacional a múltiplas identidades.

No período em que a autora identifica como “a identidade nacional sob o regime monárquico”, a opção das elites no poder, elites provenientes do setor agrário e escravagista, foi a constituição de um nacionalismo identificado com o mundo cristão e branco europeu, acrescido de um espectro conservador representado pelo regime monárquico. A escolarização seguia o modelo francês (história universal e profana e

história sagrada). A identidade nacional tinha em vista a concepção genealógica com o mundo europeu. Ser brasileiro era ser branco e pertencer à cultura europeia.

No contexto identificado como “República e identidade nacional patriótica”, Bittencourt (2007) afirma que em relação à identidade nacional, prevalece o fortalecimento de um nacionalismo patriótico e sedimentação de uma história nacional com passado homogêneo, sem conflitos e único para todos os brasileiros. Prevaleceu, nas propostas curriculares a identidade eurocêntrica. A história escolar tinha como finalidade primordial consolidar o papel do estado – nação na condução e na organização política, tendo como personagens fundamentais os chefes republicanos, os verdadeiros construtores da pátria, reforçando, assim, seu papel de disciplina na formação política do cidadão brasileiro. (BITTENCOURT, 2007, p. 42).

Na fase em que a autora denominou “identidade nacional e teoria da dependência”, a questão da identidade nacional se situou nos marcos da configuração de oposições de um pensamento “de direita” ao lado de um nacionalismo “de esquerda”. Com o golpe de 1964 foi interrompida a revisão da história nacional que se voltava para os estudos econômicos, prevalecendo duas práticas antagônicas: uma que se fundamentava em um nacionalismo de denúncia das elites e outra que divulgava um nacionalismo de ufanismo.

Por fim, Bittencourt (2007), ressalta a fase “de uma identidade nacional a múltiplas identidades”. Nesse contexto, foram fundamentais as diversas reformulações curriculares na década de 1980 que buscavam resolver questões metodológicas e rever finalidades da disciplina e seus conteúdos. Nos anos de 1990 houve a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com propostas de trabalhar com a História Temática bem como revisões na forma de ensinar História Regional e Local. Porém, o destaque que será dado nesta dissertação será sobre a introdução de conteúdos relacionados à História da África e da cultura afro-brasileira, confirmando que o ensino de História passa a ter como paradigma uma identidade nacional concebida não de forma homogênea, mas fundada na diversidade.

A obrigatoriedade de inserir tais conteúdos se deu por meio da Lei 10.639/03 que foi criada em 9 de janeiro de 2003, e alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Tornou obrigatório o ensino de História e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar em todo o país. Essa nova legislação veio ao encontro das antigas reivindicações e preocupações do movimento negro em relação à

educação e como uma Ação Afirmativa. A Lei propõe novas diretrizes curriculares, para garantir a ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira.

O artigo 26 A, da Lei n. 10.639/2003 salienta a importância do estudo da luta dos africanos e afro-brasileiros, da História e da Cultura desses povos, com prioridade, não somente nas disciplinas de educação Artística, Literatura e História, mas em todo o currículo escolar. Deve-se reconhecer a contribuição da Cultura da África e Afrodescendentes nos aspectos sociais, políticos e econômicos para a formação da identidade brasileira.

O artigo 79B insere o dia 20 de novembro no calendário oficial de todos os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, como o Dia da Consciência Negra, referência evidente à luta dos negros no Quilombo dos Palmares e à morte de um dos seus principais líderes, Zumbi dos Palmares, contra o regime de escravização e opressão impostas aos negros africanos pelo Estado colonial português aqui no Brasil.

Essa Lei é reforçada pela Resolução nº 01 de 17 de junho de 2004 que estabelece, de acordo com o Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira e Africana, consolidada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), principalmente no tocante à temática Diversidade e pluralidade Cultural. Diante disso, optamos por levar em consideração o que a Resolução nº. 01 institui que são:

Art. 1º - [...] Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

Art. 2º - As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (...) têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

Art. 3º - A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores [...].

A Lei 10.639/034 promulgada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representou anos de luta do movimento negro e consolida o reconhecimento da

importância de se conhecer nossa história, e assim combater o preconceito, o racismo e a desigualdade. A forma encontrada pelo movimento negro foi fazer valer e cumprir um conjunto de ações afirmativas capazes de desconstruir olhares e pontos de vistas que guiam, ainda, os processos educativos e a própria sociedade brasileira.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. Reconhecimento requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino.

Não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Nessa perspectiva, cabe às escolas incluir no contexto dos estudos e atividades que proporciona diariamente, também as contribuições histórico-culturais dos povos indígenas e dos descendentes de asiáticos, além das de raiz africana e europeia.

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica é decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Dessa forma, continuamos, nesta seção, buscando identificar como os professores e professoras de História que atuavam na Escola Estadual Machado de Assis trabalhavam conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileiras. Antes de conhecer seus saberes e suas práticas buscamos compreender aspectos de suas formações.

4.2 A formação inicial e contínua dos(as) professores(as): a história da África e cultura afro-brasileira

Entendemos que a formação de professores é um processo contínuo que não se inicia e nem se esgota na formação inicial. Aspectos da história de vida, as diferentes experiências marcam a formação de professores. A formação contínua é fundamental para o professor refletir, transformar o processo de ensino e de aprendizagem.

A professora Manuela formou-se pela Universidade Estadual de Minas Gerais-Campus Ituiutaba no final do ano de 2004. Desde que se formou atua como professora de História. O professor Luiz concluiu sua graduação em História em 1983. Tem 32 anos de

profissão. O professor Fernando terminou a graduação na Universidade Estadual de Minas Gerais, na cidade de Ituiutaba, em 1986. A professora Dilma graduou-se em História pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP/UFU) em 2013.

Inicialmente, buscamos identificar como os professores e as professoras colaboradores(as) avaliavam a formação inicial:

Sobre a minha formação inicial, eu considero que ela não me preparou, com dia-a-dia que você vai adquirindo experiência. Assim no ponto de vista da mesma (universidade) na parte teórica saímos preparados, mas na parte prática não saímos totalmente preparados. Até porque ninguém é detentor do saber, mas é só na sua vivência e experiência que saberemos lidar, mas acredito que falta ainda a parte prática, na preparação da carreira docente. (MANUELA, 2017).

Dentro da medida do possível a minha formação inicial me preparou para a carreira docente. (LUIZ, 2017).

Quando penso se minha formação inicial me preparou para ser professor acho que isso é muito relativo, eu tenho comigo que quando você exercer essa profissão você está aprendendo, você não sai pronto da universidade, eu posso dizer que ela nos dá uma direção um caminho que construímos ao longo do trabalho. Eu aprendo com meus alunos é a verdade que não saímos prontos. (FERNANDO, 2017).

Considero, que minha formação inicial me preparou para carreira docente. (DILMA, 2017).

Por meio das narrativas verificamos diferentes opiniões sobre a formação inicial, porém podemos identificar aproximações, relativizando o termo “preparou”. As narrativas revelam sinais de que os(as) docentes têm consciência de que somos seres inacabados e, nesse sentido, em nenhum momento estamos totalmente preparados. Nos permite relacionar com Freire (1996) ao afirmar que exige a consciência do inacabamento. Se somos inacabados, a formação contínua é uma exigência, pois como afirma o autor, formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho das destrezas. Para ensinar História, considerando os conteúdos que contemplem a História da África e cultura afro-brasileira, é imperativo investir na formação contínua. Haja vista que dos(as) quatro professores(as) colaboradores(as) apenas uma concluiu a Graduação pós Lei 10.639/03. Os demais não tiveram a Lei incluída na sua formação.

Segundo Imbernón (2010), a formação continuada pode ser entendida como toda intervenção que provoca mudanças no comportamento, na informação, no conhecimento dos professores e das professoras e assim traz marcas na instituição em que atuam. Ao longo da pesquisa tivemos conhecimento de um curso de formação contínua, o “Curso de Aperfeiçoamento em Educação para as Relações Étnico-Raciais/2007”, que teve como objetivo, a formação continuada e qualificação dos educadores incentivando-os a trabalhar a temática Diversidade Étnico-Racial, proporcionando a divulgação do conhecimento científico, empírico e de práticas pedagógicas. Foi realizada pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba, Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, Centro Municipal de Assistência Pedagógica e Aperfeiçoamento (CEMAP) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU), contando ainda com o apoio da Faculdade de Ciências do Pontal (FACIP/UFU), da Superintendência Regional de Ensino e da Fundação Zumbi dos Palmares (FUMZUP).

A formação foi dividida em módulos que aconteciam uma vez por mês e com dois palestrantes em cada apresentação. Começava em dois períodos que iam das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas. Teve início em 09 de julho de 2017 e término em 07 de novembro de 2017, com cinco meses de duração. O público-alvo do curso, foram professores das redes públicas municipais e estaduais e da rede privada, como também a sociedade civil. Os coordenadores do curso foram a professora Edmar Franco Borges Paranaíba da Secretária Municipal de Educação, professor e Mestre Marcelino Franco de Moura, o professor doutor Benjamim Xavier de Paula da Universidade Federal de Uberlândia e a professora doutora Luciane Dias Gonçalves da Faculdade de Ciências do Pontal (FACIP/UFU). Ainda, a professora Renata Costa Silva Oliveira, Especialista em Cultura Afro-brasileira, que foi coordenadora da Diversidade Étnico-Racial SMEEL/CEMAP dos 1º ao 5º do ensino fundamental, e o professor Luiz coordenador da pasta da Diversidade Étnico-Racial pelo CEMAP dos 6º ao 9º do ensino fundamental.

Ao questionarmos os professores e professoras, sujeitos da pesquisa, identificamos que a professora Manuela, mesmo afirmando a importância da formação contínua, ressaltou que nos últimos anos, não teve tempo para participar. A professora Dilma se revelou descontente com as propostas de formação contínua, afirmando que pouco agregaram para sua formação. O professor Fernando relatou sua participação em um projeto de pesquisa, narrando a importância para sua formação docente:

Particpei de um projeto financiado pela FAPEMIG, Capes e CNPq, entre os anos 2014 a 2016. O projeto consistia em avaliar o potencial das diferentes fontes e linguagens nas aulas de História. Fui bolsista no projeto que foi coordenado pelo professor Astrogildo. Com o projeto comecei a me reconhecer como professor pesquisador, eu aprendi muito! Vou trabalhar agora com o projeto no Estado no qual vou ser professor pesquisador e isso vai me ajudar muito, se não fosse essa experiência no projeto eu não saberia o que é professor pesquisador. (FERNANDO, 2017).

O professor Luiz ressaltou a importância de participação da formação continuada proposta pelo CEMAP:

Eu tive a felicidade de participar ativamente da formação continuada do CEMAP, ela deu um enfoque muito grande para a lei 10.639/03 e para mim isso foi muito importante. (LUIZ, 2017).

Segundo o professor Luiz a iniciativa do curso partiu da professora Luciane Dias e do professor Benjamin Xavier, docentes da Universidade Federal de Uberlândia, juntamente com a Prefeitura de Ituiutaba, Secretaria de Educação Esporte e Lazer de Ituiutaba, a FACIP/UFU e o CEMAP:

O mais importante que precisa salientar que não começou esse ano tem toda uma história dentro do CEMAP é uma semente que hoje eu acredito que está dando frutos. A formação visa preparar esses professores e dar possibilidades de executar um trabalho em sala de aula, porque hoje não é a implementação da lei, hoje precisa de execução da lei no ambiente escolar. (LUIZ, 2017).

Por meio dessa narrativa, podemos entender que o desenvolvimento dessa formação continuada foi um projeto antigo que só no ano de 2017 foi colocado em prática, com o objetivo de trabalhar a História da África e cultura afro-brasileira em sala de aula.

Ainda sobre a formação continuada, questionamos quais seriam as contribuições para os educadores e para o professor Luiz como educador:

Com certeza, contribuiu muito para formação do professor e principalmente do aluno porque não tem como você fazer esse tipo de trabalho e não mexer no senso crítico do aluno e formar um cidadão que é o papel da escola. Para minha formação contribuiu muito e a vida é um eterno aprender, cada palestrante me acrescentou alguma coisa, cada livro que lemos, filmes que debatemos, contribuíram muito para nossa formação. (LUIZ, 2017).

O professor destaca na entrevista a importância dessa formação principalmente para a formação do aluno, além de contribuir para sua formação como educador e com os demais professores que participaram do curso.

Na continuação do diálogo com o professor pedimos que ressaltasse quais foram os pontos positivos e negativos da formação contínua e se a mesma posteriormente teria continuidade:

O ponto positivo foi o grande número de trabalhos realizados nas escolas. Saíram da parte teórica e foram para a parte prática. O ponto negativo é que poderia ter um número maior de professores e um incentivo maior para o professor escrever, o professor ainda não está preparado e acostumando em escrever, ele sabe fazer, mas não sabe escrever, tem dificuldade na escrita. É preciso ter um maior incentivo ao professor na escrita de trabalhos e esse foi o ponto negativo. (LUIZ, 2017).

Segundo a narrativa, o professor destacou como ponto positivo as práticas realizadas nas escolas envolvendo a temática História da África e cultura afro-brasileira e o ponto negativo é que a formação poderia ter incentivado o docente a ser tornar um professor pesquisador, que ele produzisse material escrito sobre o que foi desenvolvido nas escolas.

Para o encerramento da formação contínua, foi organizado o “II Congresso Ético Racial na Universidade Federal de Uberlândia/FACIP Campus do Pontal”, que aconteceu nos dias 21 a 23 de novembro de 2017, e contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Ituiutaba e a Fundação Municipal Zumbi dos Palmares, para o qual os professores que participaram da formação foram convidados.

O evento aconteceu no dia 21 de novembro de 2017 às 19:30 horas no auditório 1, na Universidade Federal de Uberlândia FACIP/UFU Campus do Pontal com a presença dos docentes coordenadores da formação e alguns professores e professoras das redes públicas e privadas, dentre eles a professora Dilma, que foi professora na Escola Municipal Machado de Assis e alunos da graduação em sua maioria do curso de Pedagogia-Campus do Pontal e a diretora da Fundação Municipal Zumbi dos Palmares.

O evento iniciou com uma abertura cultural de uma dança afro, com alunas do EMMA de diferentes idades e foi coordenado pela professora de dança Dandara. A mesa de abertura foi composta pelos professores coordenadores e posteriormente realizou-se a palestra com o professor Bruno Sena Martins do Centro de Estudos Sociais da

Universidade de Coimbra, que tratou do tema “Descolonização em tempos de retrocessos”.

Esse evento teve como proposta apresentar os trabalhos e artigos que foram produzidos como atividade final da formação, na tentativa de incentivá-los a produzir materiais relacionados à Lei 10.639/03 e desenvolver seu papel de professor pesquisador.

Ao falarmos sobre a formação inicial e contínua, não podemos deixar de destacar a Lei 10.693/03, e os desafios da sua implementação relacionada à temática História da África e cultura afro-brasileira.

Quando perguntados se os mesmos conhecem a Lei Federal n. 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira, os colaboradores foram unânimes em afirmar que conheciam a Lei. O professor Fernando e a professora Dilma acrescentaram:

A Lei foi aprovada há mais de dez anos, mas não houve uma mudança significativa nas escolas. Na minha avaliação ainda não é levada tão a sério essa lei quanto deveria. Criar a lei é importante e de repente no dia a dia cobram da gente avaliações, estatísticas e do conteúdo que é importante. Propomos desenvolver um projeto interdisciplinar que possibilitasse reflexões acerca da História da África e cultura afro-brasileira, tivemos apoio da gestão do Mario, mas alguns estudantes mostraram-se resistentes. Ao dialogar com os estudantes resaltei que o racismo em relação ao negro está impregnado na nossa sociedade e que é papel da escola abordar essas questões. Quando ocorreu a abertura do projeto alguns alunos tiveram resistência, mas quando perceberam muitos já estavam lá cantando e muitos ficaram emocionados, acabou que o negro foi protagonista da escola e geralmente ele não é. (FERNANDO, 2017).

Conheço a lei, mas sinto que não discutimos essa lei e a viabilidade da aplicação dela, o grande desafio é encontrar caminhos para que ela tenha eficácia. Todas as leis, não basta só estarem na legislação é preciso ter consciência, essa lei específica que trata da diversidade se eu não conheço o assunto, com que eu vou trabalhar? Ainda é muito novo para universidade e eu acho que a universidade não nos prepara para isso ainda. Acho que ainda faltam profissionais, ainda falta conteúdo, material e bibliografia que dê conta dessa questão dentro da sala de aula. (DILMA 2017).

As narrativas do professor Fernando e da professora Dilma revelaram lacunas sobre a implementação da Lei e de como a escola ainda não está preparada para desenvolver a Lei. Além da falta de formação do professor sobre a temática, destaca a

falta de materiais didáticos para serem trabalhados em sala de aula. A crítica é que não basta apenas conhecer a Lei 10.639/03 é preciso criar mecanismos para seu desenvolvimento e discutir sobre a mesma pode ser um caminho promissor para que possa ser trabalhada nas escolas e em sala de aula.

Questionados se a Lei 10.693/03 que trabalha com a temática História da África e da cultura afro-brasileira em sala de aula contribui para sua formação profissional e quais seriam essas contribuições. Os docentes destacaram:

Considero de suma importância a criação dessa lei, não é só porque é lei, porque sabemos que às vezes ela não é trabalhada mesmo sendo obrigatório. Eu penso que no começo da implementação da lei houve resistência. O curso é muito bom especificamente para a cultura afro-brasileira. (MANUELA, 2017).

Essa lei não foi dada ela foi conquistada, através do movimento negro e tudo que é conquistado é valorizado. Eu já trabalhava história africana e com a implementação da lei me deu mais perspectiva e mais apoio, até na parte burocrática porque hoje abriu novos espaços. (FERNANDO, 2017).

Contribuiu muito. Eu escuto muito os meninos e falo muito também e erro muito também, é uma relação muito boa de muito crescimento. Quando eu discuto essas coisas eu tenho a certeza que aprendo muito mais do que eles, porque cada aula que eu ministro eu sinto que a próxima vai ser melhor, é uma troca. (DILMA, 2017).

Todos os docentes disseram que a Lei 10.639/03 contribui significativamente para suas formações profissionais. A professora Manoela destaca que apesar de muita resistência na aplicação da Lei, as coisas têm mudando ao longo desses anos após a sua criação e a ainda ressalta que a formação continuada é a resposta dessa mudança. O educador Fernando lembra da conquista que foi a sua implementação e que muito antes da Lei 10.639/03 ser criada já trabalhava a História africana e como a mesma abriu espaços ainda não conhecidos. A docente Dilma se coloca em defesa do conhecimento que adquiriu com os alunos, como isso contribuiu para sua formação e como essa troca de aprendizagem muda a sua prática docente.

Continuamos nossas reflexões empreendendo estudos sobre os saberes e as práticas dos docentes, colaboradores da nossa pesquisa.

4.3. Saberes e práticas docentes

Sabemos que o saber é uma representação formada por significados, que precede a um mundo constituído sob uma forma social e humana, ou seja, um conjugado de emoções, ideias, percepções. Segundo Tardif (2007) o saber não é algo fechado em si mesmo, ele se manifesta através das relações complexas entre o professor e os alunos. Ao mesmo tempo que o saber evolui com o tempo e as mudanças sociais, o saber docente é um saber social.

(...) esse saber também é social porque seus próprios *objetos* são objetos sociais, isto é, práticas sociais. Contrariamente ao operário de uma indústria, o professor não trabalha apenas um “objeto”, ele trabalha com sujeitos e em função de um projeto: transformar os alunos, educá-los e instruí-los. Ensinar é agir com outros seres humanos; é saber agir com outros seres humanos que sabem que lhes ensino; é saber que ensino a outros seres humanos que sabem que sou um professor, etc. (TARDIF, p.13, 2007).

De acordo com Tardif (2007) os saberes são elementos característicos da prática docente, é preciso entender o saber como plural, são vários saberes e de diferentes fontes. Existem os saberes da formação profissional (o conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores relacionados às ciências da educação e a ideologia pedagógica), os saberes disciplinares (saberes que correspondem ao diverso campo do conhecimento e emergem da tradição cultural), curriculares (programas e métodos das instituições escolares) e experienciais (do trabalho cotidiano). Isso exige do professor capacidade de dominar, integrar e mobilizar tais saberes enquanto condição para a sua prática.

Os saberes docentes não se reduzem à função de transmissão do conhecimento. Devemos entender a prática docente não apenas como um objeto de saber da formação profissional, ela é atividade que direciona os diversos saberes, no caso os saberes pedagógicos, que articulam com os saberes científicos. Os saberes disciplinares interagem com a prática docente na formação e nas disciplinas oferecidas pela universidade. Os saberes curriculares através dos programas escolares fazem com que os professores aprendam e desenvolvam novos saberes. Os saberes experienciais, vêm das suas experiências anteriores sejam da formação ou de cursos, ou até mesmo de práticas de outras instituições escolares, e o seu trabalho no cotidiano escolar. O saber dos

professores está relacionado com o seu trabalho em sala de aula, pois está a serviço do trabalho. As relações dos professores com os saberes nunca são relações estritamente cognitivas, mas mediadas pelo trabalho que lhes fornecem princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas. Ao mesmo tempo o saber é diversidade por ser plural e heterogêneo, porque se relaciona no próprio exercício do trabalho com conhecimentos e com um saber-fazer bastante diverso, proveniente de fontes variadas e de naturezas diferentes.

Além do saber ser diverso e ser trabalho é temporal pois é adquirido no contexto de uma história de vida e de uma carreira profissional. Para Tardif (2007), ensinar significa aprender a ensinar, a dominar progressivamente os saberes docentes ao longo do tempo. Existe uma importância das experiências familiares e escolares anteriores à formação inicial do docente. Essas experiências são muito significativas, pois o professor foi aluno por muito tempo e nesse período adquiriu crenças, representações e certezas sobre o que é ser professor.

Tardif (2007) destaca que é preciso reconhecer “os professores enquanto sujeitos do conhecimento”. Sujeitos que assumem sua prática a partir dos significados que eles mesmos lhes dão, que possuem conhecimentos e um saber-fazer originários de sua própria atividade.

A partir das reflexões acerca dos saberes e práticas docentes, empreendemos um diálogo com os(as) professore(as) colaboradores(as), com o intuito de refletir sobre os saberes e práticas que mobilizam ao ensinar História da África e cultura afro-brasileira na Escola Municipal Machado de Assis. Lembramos que o estudo da Lei 10.639/03 tem como objetivo garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira.

Questionamos sobre a necessidade da temática História da África e cultura afro-brasileira no currículo escolar. Ressaltamos as narrativas da professora Manuela e Dilma:

De suma importância. Os professores precisam trabalhar a questão do racismo e do preconceito. Além de termos que problematizar a inserção do negro na sociedade. Todos independentemente de cor somos todos iguais, então isso aí é de suma importância e temos que explicar isso e passar para os nossos alunos que nós todos somos iguais. É que não tem que ter esse preconceito e esse racismo. Devemos pensar o negro como sujeito histórico como sujeito ativo como cidadão e compreender que o negro é de suma importância na formação da sociedade brasileira. (MANUELA, 2017).

Sim, não só como militante, mas como educadora, precisamos trabalhar muito com o professor para que ele consiga desfazer essa resistência que dura 500 anos. O professor entra na sala de aula fazendo apologia à princesa Isabel, por ter libertado os escravos. Isso coloca todo o trabalho a perder, desmonta todo esse aparato legal que a gente conseguiu. Então só a lei não basta, é preciso que a academia faça uma reflexão, é preciso que abra espaço para os movimentos culturais e sociais. Para que possamos entender como vamos trabalhar isso, porque eu percebo é que a academia não nos autoriza como militantes ou agentes culturais que participemos desse movimento de implementação da lei, porque a gente não quer bater o tambor para que o acadêmico tenha o conhecimento disso. Queremos que o tocador de tambor esteja dentro da escola, não como espetáculo ou parte de um projeto de educação, mas como agente educador porque só assim essa lei vai ter eficácia para a qual pensada. (DILMA, 2017).

As narrativas, por caminhos distintos, reconhecem a necessidade dos conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira. A professora Manuela destaca a importância da temática no currículo, de forma que o negro se identifique como sujeito histórico e reconheça o seu papel na sociedade. Porém, revela uma prática, ainda comum, de confundir diferença com desigualdade. Candau (2012) analisa diferentes concepções de diferença presentes nas práticas pedagógicas. Para a autora, igualdade e diferenças são vistas como contrapostas e não como dimensões que mutuamente se reclamam. Nesse sentido, trabalhar com dimensão cultural nos processos pedagógicos pode potencializar os processos de aprendizagem mais significativos e produtivos, na medida em que reconhece e valoriza cada um dos sujeitos neles implicados, e combate todas as formas de silenciamento, invisibilização e/ou inferiorização.

A professora Dilma, ressalta que como professora e militante das causas do movimento negro a História da África e cultura afro-brasileira é ainda mais importante para que a cultura afro-brasileira seja destacada e representada pelo aluno negro e sem apologia às figuras históricas, que não têm nenhuma representação ou participação na luta e na resistência negra na história brasileira, e reforça que o aluno precisa ser protagonista da construção da História e da cultura afro-brasileira.

Perguntamos os(as) colaboradores(as) como são desenvolvidos os temas da História da África e da Cultura Afro-brasileira nas turmas em que leciona:

Trabalho nos sextos anos. Recorro ao livro didático que aborda a lei. Os livros didáticos estão sendo melhorados, vêm especificando as leis da cultura afro-

brasileira. Antigamente não falava praticamente nada do negro. Atualmente, a partir do sexto ano já está enfocando bem a temática. (MANUELA, 2017).

[...] Esses conteúdos podem ser a chave para quebrar a corrente da opressão. A educação tem esse poder. Não estudamos a história da Ásia nem da África devidamente, agora já temos na universidade a história da África. Eu fico pensando até a história da América como diz Boaventura, estudamos a América com a visão do Norte e quando estudamos a Ásia e África é assim, a visão do branqueamento do europeu, não cria a identidade de outros povos como ameríndios do africano e do asiático. (FERNANDO, 2017).

Não tem uma aula minha que eu não fale sobre a questão étnico-racial. Não consigo dar uma aula sem envolver a Lei da Cultura Afro-Brasileira. Essa questão faz parte da minha rotina, eu tenho mais de 240 alunos no visual 200 alunos não são negros e 20 alunos com a pigmentação mais forte e os outros não, mas eles não têm a maior identidade e eles referem ao outro, não têm essa consciência, não sabem onde estão no universo, não sabem o seu lugar e fico impressionada de um professor não perceber isso, como isso muda a relação de você com eles e deles com outro, é questão de austeridade. Raríssimas vezes eu termino uma aula discutindo essa questão, em um país que tem 56% da população negra e que você olha para os seus dirigentes e não tem 1%, dessa forma as coisas não avançam e a educação não avança. (DILMA, 2017).

Por meio das narrativas, podemos perceber que todos(as) docentes trabalham com a temática História da África e Cultura Afro-brasileira, mas continua sendo um desafio diário. A professora Manuela limita-se a trabalhar com a temática nas turmas de sextos anos e tem como fundamentação o livro didático. O professor Fernando ressalta que mesmo que a sua formação não o tenha preparado para trabalhar a Lei em sala de aula esses conteúdos são importantes para serem trabalhados, pois os mesmos desmistificam a visão europeia que temos dos povos africanos. Nesse sentido, a incorporação da Lei 10.639/03 pode contribuir para deslocar o conhecimento e problematizar o velho dualismo cartesiano (QUIJANO, 2005) que supõe um conhecimento produzido sem as “nefastas” manifestações do corpo. É importante problematizar a produção “do conhecimento” e o silenciamento de outras formas de conhecimento. Faz-se necessário, no espaço escolar, construir outros olhares sobre a História, produzir “outras histórias”. A professora Dilma ressalta que em todas as suas aulas aborda a temática relacionada às questões étnico-raciais, reconhecendo que em um país em que a maioria da população é afrodescendente isso é necessário, pois é um contexto em que os negros não estão representados nos poderes políticos.

Sobre as práticas e trabalhos relacionados à História da África e da Cultura Afro-brasileira na Escola Municipal Machado de Assis, devemos destacar o projeto coordenado

pelo professor Fernando, intitulado “Escola Municipal Machado de Assis uma Luz para a liberdade”, que teve como objetivo trabalhar a história da escola em comemoração aos seus 80 anos, relacionando com a Cultura Africana e Afro-Brasileira.

O projeto foi pensado logo no começo do ano letivo, após ser levada a proposta para a gestão da escola que a aprovou. O convite foi estendido a todos os professores e alunos da escola do período matutino, quando o professor Fernando lecionava. Houve em média de 20 a 30 alunos envolvidos diretamente. A abertura do projeto começou no dia 7 de julho de 2017, às 10 horas da manhã, na quadra esportiva da escola com a presença de todos os alunos do matutino, professores e funcionários, com apresentações diversas.

No primeiro momento o professor Fernando apresentou o objetivo do projeto e destacou sua importância para a escola que foi criada para atender o negro. Apresentou o diretor da escola, os supervisores, os professores convidados e alunos da FACIP do Curso de História, o professor Astrogildo da FACIP/UFU do Curso de História, a professora Luciene Dias do FACIP/UFU do Curso de Pedagogia, a professora Dilma e o professor Fernando, docentes da disciplina de História da escola que colaboraram no primeiro momento para que o projeto fosse implementado. Relatamos essa abertura destacando alguns pontos:

Logo após a fala do professor Fernando, alunas do terceiro ano entraram na quadra e se agruparam para cantar a música “Andar com fé eu vou”, do cantor Gilberto Gil. Posteriormente, houve a apresentação da representação da congada, com alunos de diferentes turmas que tocaram os instrumentos que são tocados na Congada. Os estudantes que estavam na quadra ficaram bastante animados. Logo depois aconteceu a roda de capoeira, alguns com pinturas nos corpos. Por fim, apresentaram uma dança afro, com todos que participaram do projeto. A música não tinha letra, mas era bastante animada e lembrava ritmos africanos. Nem todos os alunos eram negros, apesar da sua maioria. Vimos alunos brancos que abraçaram o projeto e conseguimos ver nesse momento a diversidade destacada. No fim da apresentação conseguimos perceber a animação dos alunos que participaram das apresentações. (RELATO DE OBSERVAÇÃO, 2017).

Figura 12: Apresentação da Congada



Fonte: Santos, C. A. N., (2017).

Figura 13: Apresentação da Roda de Capoeira



Fonte: Santos, C. A. N., (2017).

As figuras 12 e 13 mostram cenas da abertura do projeto. Na imagem 12 os estudantes apresentam cantos e instrumentos usados na congada. A imagem 13 registra os alunos participando de uma roda de capoeira. Pudemos perceber que o projeto

desenvolvido na escola dialogava com tradições da cultura afro-brasileira presentes na cidade de Ituiutaba, conforme apresentamos na seção 2.

Em diálogo com o professor Fernando, coordenador do projeto, o desejo de desenvolver o trabalho, a partir da mobilização dos docentes e discentes da escola, tinha relação com a história da escola. O professor ressalta que a escola foi criada a partir da luta do movimento negro, e que nesse ano (2017) completaria 80 anos. O que ele percebeu é que a história da escola, relacionada com o movimento negro, estava sendo esquecida. Assim, o projeto “Escola Municipal Machado de Assis, uma luz para a liberdade” tinha o propósito de ressaltar o protagonismo negro. A proposta buscava cumprir o que é determinado pelo Parecer CP/CNE n. 3 de 10/03/2004:

O ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira se fará por diferentes meios, inclusive, a realização de projetos de diferentes naturezas, no decorrer do ano letivo, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social (tais como: Zumbi, Luiza Nahim, Aleijadinho, Padre Maurício, Luiz Gama, Cruz e Souza, João Cândido, André Rebouças, Teodoro Sampaio, José Correia Leite, Solano Trindade, Antonieta de Barros, Edison Carneiro, Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Milton Santos, Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Henrique Antunes Cunha, Tereza Santos, Emmanuel Araújo, Cuti, Alzira Rufino, Inaicyrá Falcão dos Santos, entre outros).

O professor Fernando ressaltou que os estudantes negros se perceberam como sujeitos valorizados. O encerramento do projeto ocorreu no “Conservatório Estadual de Música Dr. José Zóccoli de Andrade”, no dia 23 de novembro de 2017, com uma apresentação teatral, música e poesia, feita pelos alunos da Escola Municipal Machado de Assis, e a Camerata do Conservatório de Música de Ituiutaba. Registramos, a seguir, a nota de campo, produzida no encerramento do projeto:

No conservatório havia a presença de estudantes de outras escolas. Alguns alunos do terceiro ano do EMMA marcaram presença, sendo a maioria de alunos negros. O auditório estava lotado. O professor Fernando iniciou com a apresentação dos diretores e sua equipe pedagógica, do maestro e da camerata. Falou do objetivo de estar fazendo aquele trabalho e como o mesmo era importante. A camerata começou sua apresentação ao som de violinos, violoncelos e flautas. Estávamos todos focados na apresentação, quando ouvimos o som alto do tambor, que tomou conta do auditório. Era o som da congada e grito de canta e resistência “Ecoou um canto forte na senzala, não existe sofrimento não existe mais chibata... Só existe esperança para num novo amanhecer”. (Música Ponto cantado de Pretos Velhos). Nesse momento ouvimos os pés descalços entrando com passos fortes dançando ao ritmo da

música, todos vestidos e caracterizados como povos da África. Os alunos gritavam e cantavam quase no mesmo som quando a camerata tocava junto e ao entrar iam ocupando o espaço do auditório. Quando o som cessou, apenas o aluno Matheus fez uma apresentação de teatro com mais dois alunos contando a história do EMMA e o porquê ela foi criada. Depois entraram as alunas, algumas com turbante, outras com o cabelo solto recitando o poema “Cabelo que negros” de Mário Barbosa. Declaravam-se emocionadas, como uma afirmação da sua identidade. Tivemos outro momento de apresentação de teatro falando da travessia no navio negreiro até chegar no Brasil. Os alunos se expressavam com vontade e alguns momentos gritavam com força e respeito. Aconteceram mais danças ao som do tambor e da camerata. A mistura de culturas em um único ritmo em um só lugar. Finalizaram a apresentação da mesma forma que começaram, e no final todos nós estávamos cantando “Ecoou um canto forte na senzala, não existe sofrimento não existe mais chibata... Só existe esperança para num novo amanhecer”. (RELATO DE OBSERVAÇÃO, 2017).

Figura 14: Entrada do grupo no auditório do Conservatório Estadual de Música Dr. José Zóccoli de Andrade



Fonte: Santos, C. A. N., (2017).

Figura 15: Apresentação de dança africana ao som da Camerata



Fonte: Santos, C. A. N., (2017).

As imagens 14 e 15, registram a noite da culminância do projeto “Escola Municipal Machado de Assis uma Luz para Liberdade”. A imagem 14 mostra a entrada dos alunos no auditório do conservatório e a imagem 15 os destaca dançando ao som dos violinos, violoncelo e flautas.

O projeto desenvolvido possibilitou a participação da comunidade escolar ao recorrer a diferentes fontes e linguagens (poemas, canções, teatro). Possibilita questionar as fronteiras disciplinares, religar saberes e reconhecer a estreita relação entre os saberes escolares e a vida social. Aborda outros olhares sobre a África, contribuindo para criar identidades afirmativas. O professor, ao avaliar os resultados do projeto afirmou:

Não vou mentir para você e falar que esse projeto atingiu 100 % dos alunos, pois não atingiu, mas aqueles que quiseram e abraçaram essa causa eu percebi uma valorização da sua identidade. Muitos tiveram orgulho por serem negros, eles se emocionaram cada momento do projeto e isso contribuiu muito para mim como professor e formador. (FERNANDO, 2017).

Na sua narrativa, o professor Fernando destaca que o projeto não atingiu todos os alunos da escola, mas aqueles que participaram fizeram um movimento de valorização da

identidade, o orgulho de ser afrodescendente e pertencer a um lugar, e como professor isso contribui para a sua formação.

Outra atividade realizada na escola foi a Feira de “Cultura Africana”, organizada por professores de História e Geografia, entre eles a professora Manuela, que trabalhou com os alunos dos 9º A, B e C, e com os 8ºs anos com máscaras africanas. No 8º o trabalho foi exposto no auditório da escola, no mesmo dia em que acontecia uma feira de Ciências promovida pelos professores da área. Nos 9ºs anos, os trabalhos ficaram expostos nas salas e tiveram apresentações.

Verificamos que poucos alunos foram visitar as salas da mostra da Feira “Cultura Africana”. Um dos fatores foi que as salas dos 9ºs anos ficavam no último prédio da escola bem distante do auditório onde acontecia a feira de Ciências. Concordamos com a extrema importância que tem a disciplina de Ciências, assim como a História da África e a cultura afro-brasileira nas escolas, mas não devemos deixar de trabalhar de forma interdisciplinar.

Figura 16: Trabalhos desenvolvidos pelos alunos dos 9ºs anos “A” “B” e “C” relacionados à cultura africana e afro-brasileira.



Fonte: Santos, C. A. N., (2017).

A figura 16 destaca os trabalhos apresentados na feira Cultura Africana elaborados pelos alunos dos 9^{os} anos “A”, “B” e “C”, supervisionados pela professora Manuela da disciplina História. A imagem do canto esquerdo superior trata da representação das religiões de matriz africana. Na parte esquerda inferior uma cerâmica de barro vermelha com símbolos de africanos. No canto superior direito a cocada representando a culinária afro-brasileira e no canto inferior direito, alunos usando máscaras africanas.

Consideramos que, além dos professores e professoras, a escola tem um grande papel na implementação da Lei 10.639/03. Sobre isso questionamos se consideram que a escola trata adequadamente as questões referentes à História da África e cultura afro-brasileira:

Trabalhamos com os alunos a cultura, a música, textos diversificados para explicar para eles a importância da inserção do negro na sociedade que ele é um sujeito ativo, sujeito histórico, que não tem que ver apenas com a visão os europeus. Considero que a escola está trabalhando em cima disso, ainda tem muito que melhorar, mas estamos caminhando. Trabalhando com projeto e com pesquisas, vamos ter agora em novembro uma amostra, isso não é só porque é o dia da consciência negra, é um projeto da escola como um todo. Então sempre tem projetos trabalhando com a inserção do negro na sociedade. (MANUELA, 2017).

Sim, e se não tivesse o apoio da parte gestora muitos trabalhos não seriam realizados. (LUIZ, 2017).

A escola não está preparada, quando você está em sala de aula você precisa se adequar e toda a mudança é necessária. A escola não tem estrutura nem material para isso e nem dinheiro. O professor não sabe o que tem na biblioteca, eu não sei o que tem aqui até porque é meu primeiro ano aqui na escola, mas me senti muito valorizado quando eu queria ir atrás da história da escola, a escola me passou material, no Estado não existe isso, aqui a gente tem o CEMAP que colabora muito com a escola e isso é legal. (FERNANDO, 2017).

Tem um apoio muito grande de levar a cultura para dentro da escola, mas não é levar cultura para dentro da escola ela já tem que estar lá e ela tem que partir do próprio aluno. Destaco a importância do trabalho que foi coordenado pelo professor Fernando, pois ressaltou o protagonismo dos estudantes. Então devemos pensar como está sendo implementada a lei, as escolas não têm que levar o professor de capoeira para a fazer apresentação, eu quero que aquele aluno que faz capoeira traga para a escola o seu saber seja para o professor de educação física ou outro professor, que façamos a roda de capoeira dentro da escola. (DILMA, 2017).

Segundo as narrativas, apenas a professora Manuela e o professor Luiz consideram que a escola trata adequadamente as questões referentes à História da África e cultura afro-brasileira, a Manuela cita a Feira “Cultura Africana” que aconteceu em novembro e o que o mesmo não é só porque é o mês da Consciência Negra, e que sempre tem apoio das escolas para trabalhar essa temática. O professor Luiz fala que se não fosse o apoio da escola muitos trabalhos não teriam sido realizados. O professor Fernando destaca a falta de material da escola, a falta de conhecimento do professor e isso tudo contribui para que a escola não trabalhe adequadamente a temática. Ele ressalta que a Escola Municipal Machado de Assis, é uma exceção, pois se sentiu à vontade para buscar sobre a história da escola e ajuda do CEMAP. A professora Dilma evidencia que o professor tem muita responsabilidade sobre isso, sobre como vai ser implementada a Lei 10.693/03 na escola. Que não é apenas trabalhar a cultura africana na escola, é preciso reconhecer que ela está lá e encontrar formas de trabalhar. Uma delas é o aluno como protagonista no desenvolvimento da cultura. A docente ainda destaca o projeto do professor Fernando e como ele mudou a forma de trabalhar a temática História da África e cultura afro-brasileira em sala de aula.

Na próxima sessão buscamos nas vozes dos alunos do 9º ano, compreender o ensino da História da África e cultura afro-brasileira na Escola Municipal Machado de Assis.

5 PERCEPÇÕES DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DOS(AS) ESTUDANTES

Consideramos a escola um espaço sociocultural e os professores e as professoras agentes socioculturais. Assim, concordamos com Candau (2014) ao afirmar que o papel da escola é fundamental na formação das crianças e jovens. É imperativo que no espaço escolar sejam trabalhadas questões do imaginário coletivo, das mentalidades, das representações, das identidades sociais e culturais presentes na nossa sociedade. Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, no momento histórico e no contexto em que se situa.

O espaço escolar investigado é marcado pela multiculturalidade. Os estudantes são diferentes (diferenças de gênero, físico-sensoriais, étnicas, religiosas, de contextos sociais, de referência, de orientação sexual, dentre outras. Nesse sentido, compreendemos a escola como um cruzamento de culturas. Romper o caráter monocultural que ainda marca as escolas é um desafio necessário e urgente.

Na seção anterior registramos algumas práticas desenvolvidas ao longo de 2017 pelos professores e professoras de História da Escola Municipal Machado de Assis. Identificamos iniciativas de trabalhar com os conteúdos da História da África e cultura afro-brasileira. Nesta seção, temos como objetivo refletir sobre o que dizem os estudantes do 9º ano do ensino fundamental da escola investigada, em relação a esses conteúdos, ou seja, identificar as marcas do trabalho com essa temática na formação dos estudantes. Para isso, recorreremos aos resultados apresentados no grupo focal.

A seção está organizada em três partes. Na primeira, nos detemos em refletir sobre aspectos da História da África. Na segunda, compreendemos o processo do fim da escravidão no Brasil e na terceira parte dialogamos sobre o racismo e o preconceito racial.

5.1 A História da África nas vozes dos estudantes

Como anunciamos na introdução deste trabalho, o grupo focal foi realizado no turno diurno com 12 estudantes dos 9^{os} anos do ensino fundamental. Um dos critérios para a composição do grupo foi a heterogeneidade. Fizeram parte meninos e meninas, brancos, negros e pardos. Apresentamos o objetivo do nosso encontro e para iniciar o diálogo projetamos inicialmente a primeira imagem:

Figura 17: Capital de Angola: Luanda



Disponível em: <https://amadeusafricablog.com/wp-content/uploads/2017/01/luanda-angola.jpg> Acesso em: 12 out 2017.

Projetamos as duas imagens que representavam a capital de Angola, país africano. A intenção foi problematizar os estereótipos que marcam as imagens de países africanos, ou seja, uma histórica única de miséria, doenças, etc. Não colocamos nenhuma legenda, pois buscamos captar os saberes dos estudantes. Todos os estudantes afirmaram que era a imagem da esquerda. Aline justificou sua resposta afirmando que é um país pobre. Gabriel destacou: “A maioria dos países africanos não é desenvolvida, não chegam ao nível da imagem da direita”. Quando afirmamos que as duas imagens representavam a cidade de Luanda, os estudantes ficaram surpresos. Aline ressaltou: “Porque a gente conhece o continente africano como lugar mais pobre. Sei que todo país tem lugares mais pobres e mais ricos, mas nunca pensei que lá fosse assim”. Lucas Eduardo ressaltou: “A mídia mostra mais essa parte pobre da África”.

As respostas dos estudantes nos levam a concordar com Gomes (2008) ao registrar as permanências de uma visão unilateral sobre o continente africano. Segundo a autora, ainda quando se fala em África na escola ou até mesmo em pesquisas acadêmicas reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão. Ressalta que na trajetória escolar aprendemos a ver a África e os africanos escravizados mediante as representações dos pintores Debret e Rugendas que destacavam crianças negras brincando aos pés dos senhores, africanos escravizados recebendo castigos, instrumentos de tortura, o navio

negreiro, algumas danças típicas. Essas representações dos artistas ajudaram a forjar o imaginário social sobre a nossa ancestralidade negra e africana.

De acordo com Gomes (2008), a África e negros brasileiros são vistos de forma cristalizada, estereotipada e, muitas vezes, animalizada. A África ainda é representada de forma dividida e reduzida a guerras “tribais”, selva, fome, calamidades naturais, doenças endêmicas, Aids, etc. Essas imagens vêm à mente de formas isoladas, desconexas, desarticuladas de uma discussão mais ampla do contexto histórico, político e cultural da época. Fizeram parte da vivência curricular na escola. Elas extrapolaram o aprendizado dos conteúdos propriamente ditos e formaram subjetividades, produziram discursos sobre o outro e sobre as diferenças. Nesse sentido, dificilmente essas imagens possibilitariam a construção de subjetividades mais abertas ao trato da diversidade.

Os projetos desenvolvidos na Escola em Geral não conseguiram romper o imaginário de uma África caracterizada pela fome e miséria. Assim, consideramos enfatizar a frase de Ki-Zerbo (2010): “A África tem uma história!”. Segundo o autor, a história da África deve ser reescrita. E isso porque, até o presente, ela foi mascarada, camuflada, desfigurada, mutilada. Pela “força das circunstâncias”, ou seja, pela ignorância e pelo interesse. Para o autor,

Não se trata aqui de construir uma história-revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso. (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII).

Nesse sentido, consideramos relevante a proposta de Grosfoguel (2009). O autor propõe: “Como seria o sistema-mundo se deslocássemos o *lócus* da enunciação, transferindo-o do homem europeu para as mulheres indígenas das Américas, como por exemplo, Rigoberta Menchu da Guatemala ou Domitilia da Bolívia?” No caso de nossa temática questionamos: Como seria o sistema-mundo se deslocássemos o *lócus* da enunciação, transferindo-o do homem europeu para homens e mulheres africanas? Certamente teríamos outras histórias.

5.2 O fim da escravização no Brasil: o que dizem os estudantes?

Ao longo da história do ensino de História, como registramos no primeiro tópico da seção 3 desta dissertação, verificamos em diferentes momentos que se buscou construir uma história homogênea. Nesse processo os livros didáticos representavam os negros no Brasil, apenas como mercadoria e, de certa forma, resignados com a condição de escravizados. Eram raros os materiais que permitiam construir uma identidade positiva. Nos conteúdos relacionados ao fim da escravização enfatizavam Leis, criadas por sujeitos brancos, tais como Lei Eusébio de Queiroz (1850)²⁵, Lei do Ventre Livre (1871)²⁶, Lei sexagenário (1885)²⁷, que induziam a acreditar que o negro, sujeito pacífico no processo, era beneficiado pela bondade dos homens brancos. Por fim, ressaltavam que em 1888, a Princesa Isabel libertou os negros da escravização no Brasil com a chamada Lei Áurea. Mais uma vez os negros beneficiados pela bondade do branco. Consideramos o nome da Lei um insulto aos sujeitos negros.

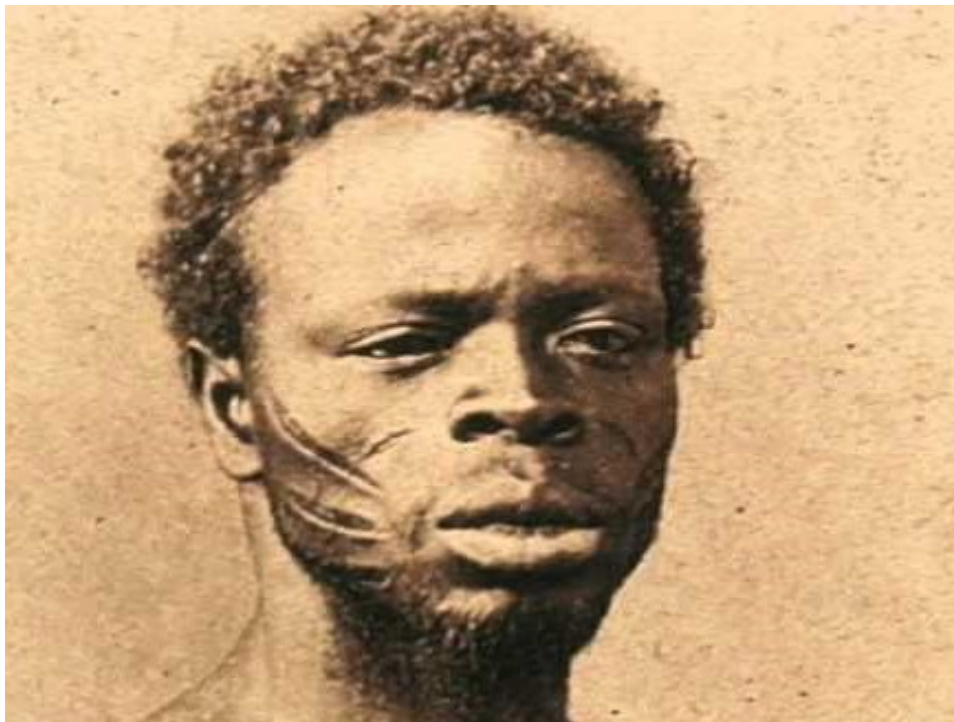
Essa historiografia começa a ser revista, de forma mais contundente, pós-Lei 10.639/03 e, nesse cenário, buscou-se construir uma outra história. Nesse contexto destacou-se a história de luta contra a escravização personificando a figura de um outro herói, agora Zumbi. Questionamos a necessidade da permanência da figura de heróis na história, mas, consideramos um passo importante para discutirmos, com os estudantes da educação básica, a questão da resistência. Para identificar as percepções dos jovens sobre o processo do fim da escravização no Brasil, apresentamos, no segundo *slide* a imagem de Zumbi, que é recorrente nos Livros Didáticos de História.

²⁵ A Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581), promulgada dia 4 de setembro de 1850, visava a proibição do tráfico de escravos. A lei foi elaborada pelo político brasileiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara (1812-1868), durante o Segundo Reinado. Foi a primeira das três leis que aboliriam gradualmente a escravidão no Brasil.

²⁶ A Lei do Ventre Livre (1871), a primeira assinada pela Princesa Isabel, conferiu liberdade às crianças nascidas de mães escravas a partir daquela data.

²⁷ A Lei dos Sexagenários, promulgada em 1885, garantiu a liberdade para os escravos com mais de 60 anos.

Figura 18: Zumbi dos Palmares



Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/jwOw9Szt39U/hqdefault.jpg> Acesso em: 12 out 2017.

Perguntamos aos estudantes quem está sendo representado na imagem. Aline não tinha muita certeza, mas foi a primeira a falar “eu acho que é o Zumbi!”. João Guilherme concorda com a mesma e ressalta “Zumbi dos Palmares”. Quando questionados quem foi Zumbi dos Palmares, Gabriel destaca: “Foi quem libertou os escravos, da escravização. Ele pegava escondido os escravos.” Maria Fernanda destaca “Zumbi pertencia ao Quilombo dos Palmares”. Percebemos que ficaram inseguros em relação a responder sobre a imagem, mas o detalhe pode estar relacionando com o fato que não sabiam o que dizer, mas os estudantes acreditam que Zumbi dos Palmares teve uma participação decisiva no fim da escravidão colonial no Brasil.

A historiografia brasileira aponta que Zumbi nasceu em 1655 em uma das aldeias do Quilombo dos Palmares, uma comunidade formada por escravos fugitivos, que se localizava na região da Serra da Barriga, na Capitania de Pernambuco, atual região de União dos Palmares, em Alagoas. É considerado o maior quilombo do período colonial brasileiro.

Segundo Fonseca (1988) Palmares foi capturado no quilombo, ainda criança, pelos soldados da expedição comandada por Brás da Rocha Cardoso, e entregue ao padre português Antônio Melo, do distrito de Porto Calvo, Alagoas. Foi batizado, aprendeu português e latim, e recebeu o nome de Francisco. Aos 15 anos fugiu e voltou para o

Quilombo dos Palmares. Posteriormente, tornou-se então líder da comunidade, substituindo seu tio, Ganga Zumba (c. 1630 - 1678). A capital de Palmares foi destruída em 1694 e Zumbi foi ferido. Traído por um dos seus principais comandantes, Antônio Soares, foi morto em 20 de novembro de 1695, na serra de Dois Irmãos, local de seu esconderijo. Foi esquartejado e sua cabeça foi cortada e exposta na praça do Carmo, em Recife.

O terceiro *slide* apresentado, conforme a figura 19, apresenta duas mãos negras amarradas e entre as mãos a palavra “Liberdade” e a data de 13/05/1888, fazendo referência à Lei Áurea. Questionamos aos estudantes sobre os possíveis significados.

Figura 19: Data da abolição da escravidão no Brasil



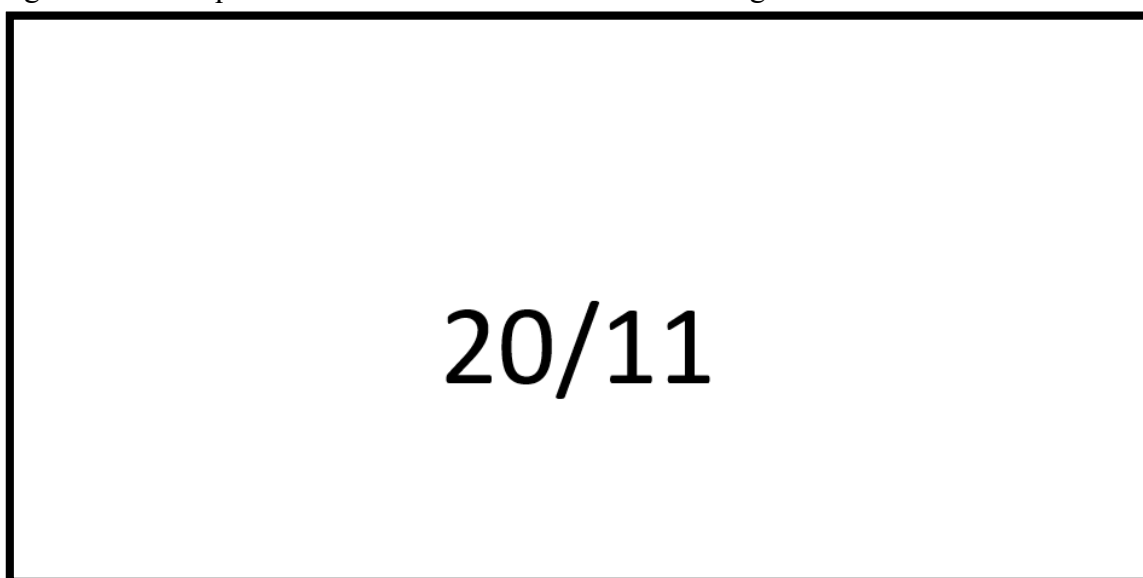
Fonte: <https://lh3.googleusercontent.com/-XtJfAzgu6Wo/TYvqbyYgpcI/AAAAAAAAAz4/5G8tVKgF8ac/s1600/liberdade.jpg> Acesso em: 12 out. 2017.

Gabriel questiona: “Rebelião dos escravos?” Aline afirma “Libertação dos Escravos”. Gabriel então ressalta “Foi quando a princesa Isabel libertou os escravos”. Ele afirma com maior precisão e nenhum dos demais estudantes parece discordar do colega. Dessa forma, lembramos da fala da professora Dilma ao dizer que muitos professores fazem apologia à princesa Isabel por libertar os negros da escravidão. Apesar de Gabriel anteriormente ter destacado que o Zumbi dos Palmares teria libertado os negros da

escravidão, o mesmo ressalta que foi a Princesa Isabel. As respostas dos estudantes revelam indícios da permanência de uma consciência histórica marcada ao longo do processo de escolarização, pois é recorrente, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, a comemoração de datas cívicas e o 13 de maio ainda permanece. Mesmo com os projetos trabalhados na escola ao longo de 2017, ainda não foi possível a desconstrução de uma história oficial que marcou o ensino de História.

No quarto *slide*, conforme figura 20, destacamos apenas a data: 20/11. Mais uma vez reforçamos aspectos da Lei 10.639/03, fazendo referência a Zumbi dos Palmares.

Figura 20: Data que se comemora o dia da Consciência Negra.



Fonte: Santos, C. A. N., (2017).

Ao projetar a data, no início todos ficam sem reação. A estudante Aline se arriscou a responder “Dia de todos mortos”. Gabriel questiona “Dia, dia da consciência negra?” Respondemos que sim e questionamos o que seria esse dia. Aline destaca: “Eu não sei, porque algo que não é comemorado é uma coisa que passa em branco”. João ainda ressalta “Fica esquecida essa data”, nesse momento quase todos do grupo se sentiram à vontade para falar. Lucas: “É tanto preconceito, que não tem comemoração”, Aline: “É racismo”, Gabriel: “O racismo leva a não comemorar”. Aline novamente ressalta: “Tem muitas pessoas racistas contra os negros”, Ana Carolina completa: “É tão pouco comemorado esse feriado, que acaba passando em branco”. Posteriormente questionamos o porquê de não comemorar essa data. Ana Carolina responde dizendo 20 de novembro é o dia da morte do Zumbi dos Palmares, e o mesmo influenciou o fim da escravidão. Aline destaca:

“Ninguém quer se lembrar dele, porque ele é negro”. Perguntamos o que podia ser feito para que lembrássemos de Zumbi dos Palmares:

Acho que nesse dia, todo mundo podia ser igual a todo mundo, todo mundo se pintar igual eu sou preta pintar de branco, e ele que branco pintar de negro, colocar umas músicas legal de resistência. Seria legal todo mundo ser igual a todo mundo nesse dia comemorativo; dançando e fazendo várias coisas sei lá. (ALINE, 2017).

Na narrativa da estudante Aline precisava haver igualdade e que só assim, o dia da Consciência Negra será um dia para ser comemorado e lembrando. Apesar de muitos educadores destacarem que trabalham sobre História da África e Cultura Afro-brasileira no dia da Consciência Negra, as narrativas desses estudantes demonstram que não, e que existe um preconceito velado à figura do próprio Zumbi dos Palmares.

As intervenções dos(as) estudantes revelam que por mais que os professores e professoras de História trabalharam projetos ao longo de 2017, ainda não foi suficiente para a construção de uma História positiva do negro no Brasil. Mesmo em uma cidade que tem uma forte representação do movimento negro, tais ações ainda não adentraram “os muros da escola”. As vozes dos(as) estudantes ressaltaram a permanência do racismo e da subalternidade dos sujeitos negros. No próximo tópico aprofundaremos essa discussão.

5.3 Racismo e Preconceito

De acordo com Quijano (2005), o conceito de raça foi produto mental e social específico do processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a ideia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural.

McLaren (2000) chama a atenção para o conceito de “condição branca”. Segundo o autor, o conceito foi instalado no discurso da identidade no início dos anos de 1860. A condição branca tornou-se uma medida para raças superiores e inferiores. Ressalta três lógicas da supremacia branca: lógica judaico cristã, lógica racista científica e lógica

racista homossexual. Essa condição é fundamentalmente ocidental ou eurocêntrica. O autor reforça que ser branco constitui práticas (euroamericanas e masculinas) não estigmatizadas que têm efeitos negativos para aqueles que não participam delas.

No século XXI é praticamente consenso de que raça não existe. Mas, compreendemos que é um conceito fictício que tem relação direta com o poder e traz marcas para as pessoas não brancas. O racismo estrutural é construído cotidianamente, ao identificarmos o lugar ocupado pelas pessoas negras, que em sua maioria, estão em condições subalternas.

Com o intuito de refletir sobre como os(as) estudantes refletem sobre essas questões apresentamos a seguinte frase do Professor Paulo Freire:

Figura 21: Frase de Paulo Freire.

//

Os negros no Brasil nascem proibidos de
ser inteligentes.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff030517.htm> Acesso em: 12 out. 2017.

A imagem acima destaca uma frase de Paulo Freire. Mas quem foi Paulo Freire? Resposta fácil de responder! Educador, professor, intelectual, humano, pernambucano e idealista. Falar de Paulo Freire parece fácil, mas não é. Paulo Freire (1921-1997) foi o mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais. Conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, ele desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Paulo Freire foi

autor de muitas obras relevantes e de grande importância na área da educação, entre elas: Educação como prática da liberdade (1967), Pedagogia do oprimido (1968), Cartas à Guiné-Bissau (1975), Pedagogia da esperança (1992) e À sombra desta mangueira (1995).

A frase “Os negros nascem proibidos de serem inteligentes”, foi dita em uma entrevista feita ao Jornal Folha de São Paulo, em maio de 1990. Os estudantes, ao lerem a frase, não pensaram duas vezes em responder. Lucas afirma que o que está escrito e a pura verdade. Aline ressalta: “Na verdade eles nascem proibidos de serem tudo, porque tudo que eles fazem é errado! Tudo eles são julgados”. Ao dizer isso, além de concordar, ela ainda aponta que os negros são proibidos de tudo. Gabriel afirma: “Eles não podem ter uma formação! É só o branco que pode”!

Segundo Ribeiro (2017), existe o espaço do negro e o seu *locus* social, que muitas vezes não dialoga com os espaços das universidades, restrito a uma maioria branca e elitista. Esta muitas vezes não respeita o lugar de fala do negro, ou apenas limita o negro a falar só sobre racismo. Após esse diálogo devemos destacar as políticas de cotas raciais aqui no Brasil, que garantem ao negro um lugar nas universidades públicas. É um instrumento estratégico para alterarmos essa situação na sociedade racista em que vivemos. Percebemos o quanto a mesma ainda se faz necessária para além de uma ação afirmativa, uma afirmação de identidade racial.

Acho assim não pode ser medida a inteligência por conta do diploma na mão, porque a maioria que tem diploma é branco, porque eles têm mais oportunidade, mas não pode generalizar, acho que se ele lutar ele pode conseguir ser uma pessoa culta, existe um pastor negro que é inteligente! Então tem que pensar nos dois jeitos de serem inteligentes. (GUSTAVO, 2017).

A narrativa de Gustavo permite-nos identificar um discurso de meritocracia, e que se o negro quiser, consegue sim um diploma, mas que não podemos medir a inteligência de alguém apenas pelo grau de escolaridade. Gabriel destaca uma observação feita anteriormente: “Estava conversando com a Aline, que não tem negro no congresso do Brasil, os negros não têm cargos de comando, cargos de poder no Brasil e eu não gosto disso!” Maria Fernanda ainda pontua: “Nenhum presidente foi negro, o Temer não é negro o Lula não é negro”. Essas narrativas dos estudantes nos fazem relacionar com a entrevista da professora Dilma, quando ressalta como é importante trazer a Lei 10.639/03, pelo fato de vivermos em um país onde a maioria da população é negra e não termos muitos representantes políticos.

Sabemos que a população brasileira é formada predominantemente por brancos, pretos e pardos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, os brancos representavam 44,2% da população brasileira; os pardos representavam a maior parte da população 46,7%; e os pretos, 8,2%; e os indígenas 0,3% do total de brasileiros. De acordo com esses dados a população negra abrange pretos e pardos, totalizando 54% da população brasileira. Apesar de serem maioria, de acordo com o levantamento do Excelência a Serviço do Ensino Superior (SEMESP), em 2016, o total de ingressantes nas instituições de ensino superior brasileiras que se declararam da cor/raça preta/parda representava 44,3%, contra 52,6% da cor/raça branca.

De acordo com o PNAD de 2015, 85,9% da população negra ativa possui 11 anos ou menos de estudo, o que indica que essas pessoas ocupam posições que exigem menos qualificação profissional. Em relação à população branca, esse percentual cai para 69,1%.

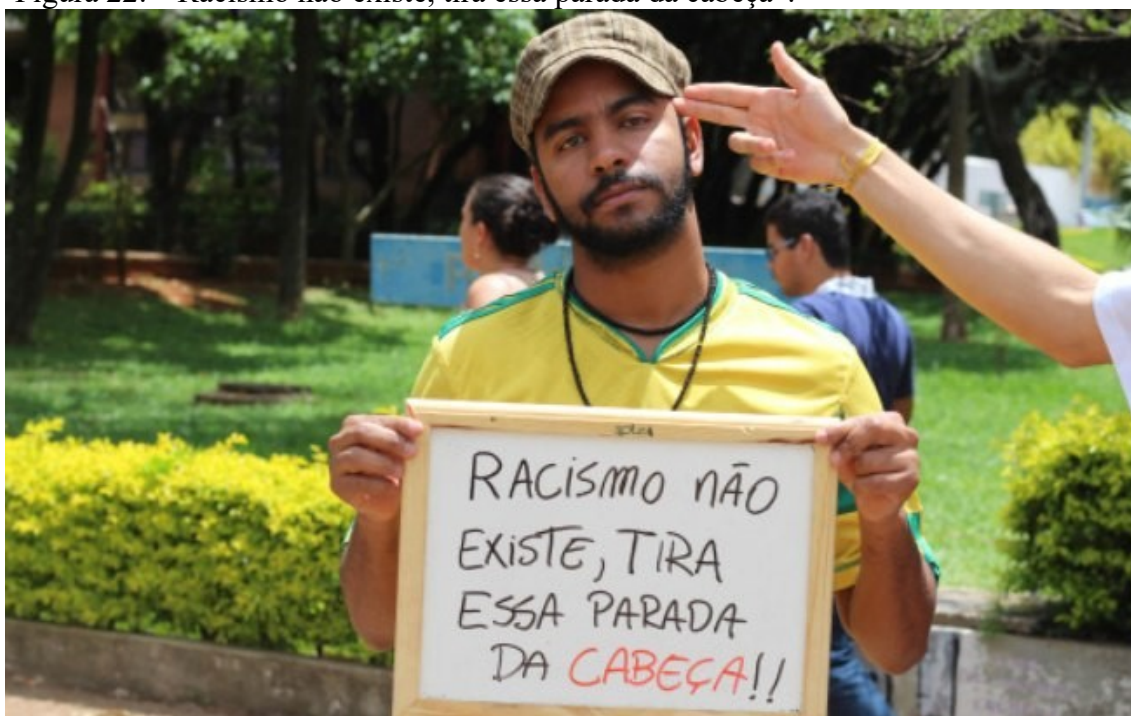
Segundo Torrecilha Ferreira (2017) a desigualdade racial perpassa todas as áreas da vida da população. Enquanto 34,9% da população branca possui plano de saúde, apenas 17,1% da população negra têm acesso a esses serviços. No que corresponde aos programas sociais, a população negra tem sido maioria. Tanto no Programa Bolsa Família, no Benefício de Prestação Continuada, quanto no Programa de erradicação do Trabalho Infantil, a população negra constitui mais de 60% dos domicílios beneficiados. Pensando ainda na desigualdade racial, segundo o Sistema Penitenciário de 2014, dos 607.731 presos custodiados, 67% eram negros e apenas 31% brancos.

Pensando na composição política brasileira o número de deputados cresceu quase 5% na eleição de 2018 na comparação com 2014, mas o grupo continua sub-representado na Câmara dos Deputados em relação ao total da população. Dos 513 deputados eleitos na eleição de 2018, 385 se autodeclararam brancos (75%); 104 se reconhecem como pardos (20,27%); 21 se declaram pretos (4,09%); 2 amarelos (0,389%); e 1 indígena (0,19%). Esta é a primeira vez que foi eleita uma mulher indígena, Joênia Wapichana do partido Rede Sustentabilidade (REDE), eleita deputada federal. A primeira vez que um indígena chegou ao posto foi em 1982, com a eleição do cacique xavante Mario Juruna, pelo PDT do Rio de Janeiro.

A imagem a seguir de um homem segurando o cartaz com os dizeres “Racismo não existe, tira essa parada da cabeça” é de um projeto da Universidade de Brasília (UnB) da estudante de Ciências Sociais, Lorena Monique. O projeto foi intitulado “Ah, branco, dá um tempo”, e tinha como principal objetivo demonstrar que o racismo no Brasil é

prática sutil, embora enraizada no comportamento da população, e conta com várias imagens de estudantes negros segurando quadros com frases que remetiam a um preconceito velado. Apresentamos a imagem para ouvir o que os(as) estudantes consideravam.

Figura 22: “Racismo não existe, tira essa parada da cabeça”.



Fonte: https://static.tudointeressante.com.br/uploads/2015/06/racismo_brasil1.jpg

Acesso em: 12 out. 2017.

Após a exibição da imagem e ao lerem a frase, todos os estudantes gritaram em só som: “Existe!”, João: “24 horas”, e a estudante Ana Carolina reitera: “O problema é que tem muita gente que aceita”. Aline ressaltou:

Porque é bobo, depois fica reclamando. Se me chama de preta com intenção de me inferiorizar eu não me calo. Nunca! Mas, vi muito isso aqui na escola, muito mesmo, de colegas e até de professor. (ALINE, 2017).

Aline traz para discussão o preconceito velado dentro da Escola Municipal Machado de Assis. Naquele momento os alunos ficaram em silêncio. Não sabemos se foi por não concordar com a colega ou se eles não queriam falar, confirmar o que acontecia dentro da escola. Maria Fernanda quebra o silêncio e diz que olha para o racismo como um julgamento, apenas da aparência física. Aline ressaltou: “A gente olha muitos os

defeitos das pessoas”. Ao dizer isso parece que ela entende o ser negro um defeito. Analisando ainda a imagem um estudante cita um exemplo:

Por exemplo, você pode ser negro, às vezes, estar malvestido ele te trata mal é entra um branco numa loja de terno e gravata ele ainda vai ser tratado diferente. Isso já aconteceu comigo dentro do supermercado. Ele trata mal, mesmo se vocês tiverem bem vestido porque vão achar que você é traficante. (GUILHERME, 2017).

Segundo Djamila Ribeiro (2017), mesmo as pessoas negras de classe média não estão alheias aos efeitos da discriminação racial. Porém, os negros que ocupam lugares de situação de vulnerabilidade, estão sujeitos a maior discriminação seja na esfera social, econômica ou política.

Posteriormente a estudante Aline, interrompe a fala do Guilherme com a seguinte colocação:

Porque negro na sociedade é isso é pobre ou ladrão! Porque se estiver bem vestido não é porque trabalha não! Tem uma amiga minha que foi entregar o currículo para trabalhar e a atendente que deveria só pegar e entregar para o chefe, rasgou o currículo na cara dela. (ALINE, 2017).

Depois desse relato, os estudantes ficaram indignados, a maioria dizia que não conseguia acreditar no que a colega estava dizendo e os outros não conseguiam se expressar diante da fala da colega.

De acordo com Lia Vaneur o racismo extrapola a questão da classe social. Segundo a psicóloga, o negro carrega a “raça” por bem ou por mal. Ao referir-se a uma pessoa negra são recorrentes as generalizações. Ao ver uma mulher branca e bonita as afirmações limitam-se em “Que mulher bonita!”. No caso de uma mulher negra e bonita é mais comum a afirmação “Que negra bonita!”. A psicóloga reforça que o racismo vai além da questão de classe. Podemos concordar com a autora ao destacarmos na figura 23, uma reportagem que denuncia o preconceito racial sofrido por um jogador de futebol. Trouxemos a imagem para provocar o debate entre os(as) estudantes.

Figura 23: Reportagem do Jornal Folha de São Paulo, racismo no esporte.



esporte

'Chorei de raiva', afirma brasileiro vítima de racismo no futebol sérvio

Everton Luiz é consolado por seu companheiro de equipe Filip Kijajic

ALEX SABINO
DE SÃO PAULO

21/02/2017 02h00

Logo nos primeiros minutos, Everton Luiz, 28, começou a ouvir barulhos estranhos. Como não fala sérvio, não os identificou. Quanto mais corria a partida de sua equipe, o Partizan Belgrado, mais ouvia os ruídos vindos da torcida do Rad Belgrado.

Depois de algum tempo, o volante brasileiro percebeu. Eram sons de macaco. E eram direcionados a ele.

"Quanto mais eu me aproximava da lateral do campo, mais forte ficava", afirmou, em entrevista à **Folha** por telefone, nesta segunda (20).

Ser **vítima de racismo** o consumiu por quase 90 minutos. Seus companheiros avisaram o árbitro, que parou a partida disputada no domingo (19). Pelos alto-falantes do estádio, um locutor pediu para o público parar com aquilo, sem sucesso.

Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/02/1860596-chorei-de-raiva-afirma-brasileiro-vitima-de-racismo-no-futebol-servio.shtml> Acesso em: 12 out. 2017.

Apresentamos uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo, do dia 21 de fevereiro de 2017, na sessão de esporte. Era uma notícia do caso de racismo sofrido pelo jogador Everton Luiz, do Partizan Belgrado, que durante 90 minutos sofreu com insultos racistas da torcida adversária do time Rad Belgrado, e acabou deixando o campo em lágrimas.

Após analisar a reportagem os estudantes colocaram sua opinião. Maria Fernanda fala: "Eu lembro quando aconteceu com o jogador do Santos o Arouca, acho que foi em 2014. Lembro de uma torcedora do grêmio também que chamou o jogador de macaco, qual o nome do jogador?" Gabriel completa: o "Aranha, do Internacional"

Maria Fernanda, falou de um crime de racismo, que aconteceu em 2014 no campeonato paulista do volante, Arouca do Santos, que foi chamado de "macaco" pela torcida do Mogi Mirim. O caso não foi levado para a justiça e ficou relatado como uma notícia. No mesmo ano aconteceu o caso do jogador Aranha no qual uma torcedora do grêmio em uma partida entre Grêmio e Santos foi flagrada chamando o goleiro Aranha de macaco. Ela foi acusada de injúria racial só que nada aconteceu à mesma. Já no caso do Grêmio, foi punido pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) com a eliminação da Copa do Brasil.

Eu achei sem sentido, eu entendo assim que se eu sou negra e vim do macaco, ele também é macaco, porque chamar o outro de macaco é como se chamasse de macaco também. Isso é impossível, impossível e eu que eu não entendo, porque todos nós somos iguais, e a cor da pele não define ninguém, então se eu xingo o outro de macaco estou me xingando também. (ANA CAROLINA, 2017).

O racismo, é sentido na pele, dói mais quando acontece com a gente não com o outro. No caso doeu muito porque aconteceu com a filha dele, e quando acontece com alguém que gostamos é assim também. (ALINE, 2017).

Cometemos atos de racismo, porque não reconhecemos que somos iguais, que ao ofender o outro, como chamar de macaco estamos ofendendo nós mesmos. Ficamos mal também ao comentar ato de racismo. Racismo não tem classe social, pode ser rico, pode ser pobre, se você for negro vai sofrer preconceito. Eu também já sofri racismo no supermercado, isso já aconteceu comigo. (GUILHERME, 2017).

A Ana Carolina achou a reportagem sem sentido por não entender o ato de racismo. Ao chamarmos o outro de “macaco”, estamos nos chamando de “macaco” pois somos todos iguais na visão da estudante. Aline, fez uma análise da reportagem quando o jogador narra que a filha sofreu racismo na Servia, que ato de racismo é sentido na pele ou quando acontece com pessoas que gostamos sentimos empatia e nos afeta significativamente. O estudante Guilherme destaca que já sofreu racismo no supermercado e que o racismo não tem classe social, se você for negro em algum momento da sua vida você vai sofrer algum tipo de preconceito racial. Ana Carolina termina a narrativa sobre a reportagem que já sofreu racismo de uma pessoa negra e como isso é impossível de acreditar.

De acordo com Almeida (2018) o racismo é sempre estrutural, ele transcende o âmbito individual, passa pela dimensão institucional de poder, e acaba por exercer poder de um grupo sobre outro. Pensando o futebol como instituição de poder, podemos perceber a manifestação do racismo como algo normal da nossa sociedade.

(...) Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema de desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e de gênero. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de micro agressões – piadas, silenciamento, isolamento, etc. (ALMEIDA, p. 37, 2018).

Dessa forma, não basta não ser racista para combater o racismo. É preciso que haja práticas antirracistas efetivas nas instituições, e para que isso aconteça é importante que pessoas negras estejam representadas em espaços de poder econômico, político e social.

Sabemos que a Lei 10.639/03 é, em si, um instrumento legal que define a obrigatoriedade do cumprimento daquilo que há muito tempo vinha sendo solicitado por militantes do movimento negro, educadores e antirracistas no Brasil: determina a construção de uma educação antirracista, por meio do combate a práticas discriminatórias contra negros e seus descendentes no meio escolar e, de forma mais ampla, no contexto educacional brasileiro. Também por meio do diálogo empreendido no grupo focal, que são alunos que têm consciência crítica, mas percebemos que ainda há muito que fazer para eliminar o preconceito racial.

Ao longo desta seção, evidenciamos a importância do estudo da História da África e cultura afro-brasileira. Percebemos que o ensino de história é fundamento na compreensão desse estudo. Dessa forma, percebemos a relação entre história e vida prática. As narrativas, registradas por meio do grupo focal, revelaram que os participantes conseguem se expressar sobre os diversos temas que envolveram a Lei 10.639/03, ou seja, as histórias dos estudantes possibilitaram um conhecimento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que uma escolha de uma temática ou a realização de uma investigação para almejar um tão sonhado título de mestre, esta pesquisa significa percorrer caminhos em busca de mudanças educacionais e sociais. Trata-se de uma contribuição para um mundo melhor. Pode ser um sonho ou utopia pensar que isso de fato venha acontecer. Porém, acreditamos na mudança e na luta, pois “ninguém solta a mão de ninguém”!

Esta pesquisa teve como objetivo identificar e refletir sobre as formas que os conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira foram trabalhados na Escola Municipal Machado de Assis, localizada no município de Ituiutaba-MG, Brasil. Para realizar a investigação foi necessário buscar categorias analíticas e ferramentas metodológicas variadas que se aproximam e se distanciam da historiografia profissional. Para isso, recorreremos a diferentes procedimentos metodológicos, tais como: estudo de documentos, a revisão bibliográfica, Grupo Focal e a História Oral Temática.

Por meio do estudo dos documentos, compreendemos as políticas públicas de valorização da História da África e cultura afro-brasileira. A análise possibilitou entender as aplicações da Lei 10.639/03 na prática em forma de projetos, e como foram desenvolvidos na Escola Municipal Machado de Assis, no ano de 2017. Analisamos o Projeto Político Pedagógico da instituição escolar, que apresenta a questão da História da África e cultura afro-brasileira, o que a princípio, demonstra a preocupação da equipe pedagógica com a inserção da temática. Observamos os espaços da cidade (espaços de representação da cultura negra Ituiutabana) e da escola (pátio, refeitório, biblioteca, secretária, sala dos professores e as salas de aula), enfatizando as atividades pedagógicas propostas aos alunos e as entrevistas semiestruturadas com os professores de História, com o intuito de conhecer como foram desenvolvidos na escola os conteúdos de valorização da História da África e cultura afro-brasileira e como a formação inicial e contínua colaboraram para essa valorização. Por meio do grupo focal com os estudantes do 9º ano do ensino fundamental, buscamos compreender como a temática História da África e cultura afro-brasileira marcaram a formação desses sujeitos.

Na seção II analisamos a cidade de Ituiutaba, no seu aspecto histórico, econômico e educacional. Buscamos identificar os lugares onde os sujeitos da nossa investigação vivem, os espaços e a relação que têm com a temática da pesquisa. Destacamos lugares de representação da cultura afro-brasileira na sociedade ituiutabana e como o movimento negro na cidade foi importante na criação desses espaços. Como a criação da Escola Municipal Machado de Assis - EMMA, foco da nossa investigação, criada na década de 1930, tinha como objetivo inicial atender a população negra de Ituiutaba, com princípios de afirmação e valorização da cultura negra. Ao longo dos anos a instituição foi sofrendo mudanças, tendo seu nome que inicialmente era “Escola 13 de Maio” alterado. Foram várias políticas públicas instituídas, pois a escola passou a ser administrada pela prefeitura. Atualmente a escola atende toda a população da cidade, independentemente da questão “cor ou raça”, que nunca foi algo declarada pela instituição desde o início de sua criação. Porém, acreditamos que esse era um ponto que deveria ser ressaltado, pois a necessidade era trazer para o âmbito educacional a população negra e carente da cidade. Foi criada por negros que se organizaram e mostraram-se preocupados com a aprendizagem como forma de se qualificarem para o mercado de trabalho ou como forma de resistência e de exercerem seu direito de cidadão, pois estavam excluídos de determinados direitos civis, políticos e sociais.

Na terceira seção buscamos, através das narrativas dos professores colaboradores, compreender se suas formações (inicial e contínua) os preparou para trabalhar com os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula. O grupo de colaboradores(as) foi composto por (4) professore(as) de História, sendo 3 deles formando pela Universidade Estadual de Minas Gerais- Campus de Ituiutaba, e (1) formados pela Universidade Federal de Uberlândia-Campus do Pontal. As narrativas possibilitaram identificar o perfil social dos docentes. Identificamos que três estão engajados em movimentos negros na cidade e se autodeclararam negros. Percebemos que os quatro trabalharam com a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na escola. Através das entrevistas, percebemos que apesar dos recursos e materiais que subsidiam a efetivação de um trabalho pedagógico voltado para temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana serem em número reduzido ou quase inexistente, os professores buscam outros recursos para que possam desenvolver a temática na prática. Mostraram-se conhecedores das diretrizes curriculares e outros documentos que conduzem à implementação da Lei 10. 639/03. Sobre a formação contínua destacaram a

participação e criações de cursos e projetos, nos quais eram coordenadores, o que confirma ainda maior interesse pela temática.

Ao longo da terceira seção buscamos conhecer as práticas efetivas dos professores, conhecendo os seus projetos realizados dentro e fora do espaço escolar. Através dos projetos e atividades realizados pelos professores da escola, ressaltada a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, observamos que é possível através da prática, desconstruir estereótipos sobre o negro, sobre a história africana no Brasil e dialogar com a proposta dos estudos descoloniais e as epistemologias do Sul, porque as mesmas rompem com a ideia de uma supremacia branca. Os estudantes, professores e servidores da escola puderam conhecer a história oficial da escola e ao mesmo tempo problematizar sobre as práticas discriminatórias nela existentes. Ao apresentar a história da África, juntamente com a história da escola, foram enfatizados pontos positivos, como a riqueza do continente, a cultura (dança, música, religiosidade, poesia, comidas, vestimentas - tecidos). Isso possibilitou momentos de questionamento sobre os mecanismos discriminatórios existentes no Brasil, a partir da escravidão dos negros africanos pelos europeus.

Concordamos com McLaren (2000), que traz para o diálogo o discurso do multiculturalismo revolucionário e destacamos que esse estudo, tem necessidade da luta para desacelerar as epistemologias eurocêntricas no âmbito educacional. Destacamos a importância da luta contra o racismo na sociedade brasileira, que além de um dever democrático, faz com que compreendamos a importância do antirracismo como forma também de luta e diálogo.

Os educadores críticos precisam lutar constantemente pela definição da maneira que desestabilize formas eurocêntricas e referenciadas na supremacia branca de cidadania formal, neutra para com a diferença e baseada no pacto liberal como o ponto teleológico e final da história da civilização. (MCLAREN p. 249, 2000).

A proposta de uma educação multicultural por McLaren (2000) alerta os educadores para a necessidade de incorporar e ir além da diversidade. Conforme o autor, o discurso da diversidade e da inclusão é, muitas vezes, prejudicado com afirmações dissimuladas de assimilação e consenso, que servem como apoio aos modelos democráticos neoliberais de identidade, buscando assimilar as diferenças, tornando a diferença semelhante.

Na tentativa de reconhecer que a escola tem desenvolvido um ensino multicultural, na quarta seção desta dissertação dialogamos com os estudantes do 9º ano do ensino fundamental sobre o fato de que através do ensino de História abordamos a História da África e cultura afro-brasileira em sala de aula. O grupo focal foi esclarecedor, tanto para compreender o que o ensino de História trouxe de discussão sobre a temática na escola, quanto no conhecimento da história da África, no contexto histórico da escravidão do negro no Brasil e na luta do negro no combate ao racismo. Certificamos que além do conhecimento, o senso crítico esteve presente no debate. Os estudantes souberam diagnosticar pontos da importância do multiculturalismo, relataram suas duras experiências em casos de racismo que sofreram e ainda sofrem, e ficaram com medo ou receio de relatar que sofreram racismo na escola. Porém, reconhecemos que o discurso eurocêntrico e colonizador ainda perpassa os conteúdos de ensino de História e na escola em geral. Lutar contra o racismo e exploração dos povos considerados inferiores aos euroamericanos, aliados históricos da supremacia branca, dos capitalistas [...] (MCLAREN p. 249, 2000) é um desafio. Os professores colaboradores de história trouxeram novas perspectivas para o espaço escolar da Escola Municipal Machado de Assis-EMMA. Sabemos que o processo é longo, porém estamos caminhando.

Segundo McLaren (2000) precisam reconhecer e aceitar as consequências pessoais e sociais de desligar-se de uma identidade branca. As pessoas brancas precisam superar os efeitos onipresentes da transparência e da naturalização da raça, para que possam reconhecer os vários aspectos raciais de sua identidade. Não se nasce branco, mas alguém se torna branco pelo contexto social no qual se encontra e, também, pelas escolhas que se faz. As práticas que aconteceram na Escola Municipal Machado de Assis-EMMA, foram fundamentais contra a condição branca, pois nosso papel como educadores críticos é desnaturalizar a condição branca.

A educação e o ensino de História em particular vêm sendo questionados sobre o caráter político e ideológico implicados nos processos de ensino e de aprendizagem. Torna-se bastante necessária uma reafirmação dos aspectos éticos e estéticos das narrativas e das formas de expressão do conhecimento utilizados pelos professores para criar e recriar conceitos históricos em sala de aula. Sobre as práticas dos colaboradores de História descobrimos como os conteúdos vêm sendo trabalhados sobre História da África e cultura afro-brasileira. A investigação realizada na Escola Municipal Machado de Assis na cidade de Ituiutaba demonstra que é possível romper as barreiras ideológicas

do retrocesso. É possível problematizar a produção “do conhecimento” e o silenciamento de outras formas de conhecimento. Faz-se necessário, no espaço escolar, construir outros olhares sobre a História, produzindo “outras histórias”.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de história e cultura afro-brasileira. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileira e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- APPLE, Michael W. A política do currículo oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. Revista. São Paulo: Cortez, 1995.
- BARROS, José D'Assunção. A Revisão Bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. Instrumento – **Revista de Estudo e Pesquisa em educação**. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Ano 13, n.1, jan/jun 2011.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Identidade e ensino da História do Brasil. In: CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLEZ, Maria Fernanda. (Orgs.) **Ensino de História e Memória Coletiva**. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1976.
- BOM MEIHY, J. C. S. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.
- BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, MEC, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 10.639. de 9 de janeiro de 2003**. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de

ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e dá outras providências. Disponível em:< <http://www.senado.gov.br/legislacao/> > Acesso em: 7 jul. 2017.

BRASIL. Proposta Curricular de História, Ensino Fundamental. Brasília, DF: 1998.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm > Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm> Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm> Acesso em: 10 set. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>> Acesso em: 12 abr. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Educação Intercultural: entre afirmações e desafios. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CANDAU, Vera Maria. **Didática Crítica Intercultural: aproximações.** Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Edson. “Capoeira”. **Cadernos de folclore I**. Rio de Janeiro. FNC, 1995.

CARVALHO, Gilmar Luiz da. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- FFLCH-USP, São Paulo, 2009.

CEREZER, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de História iniciantes (Mato Grosso, Brasil)**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia- UFU, Uberlândia, 2015. <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2015v21n2p125>

DELGADO, Lucília de Almeida N. **História Oral, Memória, Identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOMINGUES, Lucian Erlan Silva. **A Capoeira na Formação dos Jovens: Um Estudo na Cidade de Ituiutaba, MG, Brasil**. 2016. 237 f. Monografia (Curso de História) Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Ituiutaba, 2016.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. **O jogo da capoeira em jogo: A construção da práxis capoeirana**. 2004. 409 f. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal da Bahia-UFBA, Bahia, 2004.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, n. 79, agosto de 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

FONSECA JR, Eduardo. **Zumbi dos Palmares, A História do Brasil que não foi contada**. Rio de Janeiro: Soc. Yorubana Teológica de Cultura Afro-Brasileira, 1988.

FONSECA, R. G.; SANTOS, J. C. Os recentes processos migratórios em Ituiutaba (MG) e a inserção das agroindústrias canavieiras. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 33, v. 1. p. 24-49, jan/jul 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz E Terra, 1996. Ed. Especial.

GONÇALVES, C. R. T. **A diversidade étnico-racial em escolas privadas confessionais**: a propósito da lei nº10.639/03. 2014. 284f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs.).

Epistemologias do Sul. Edição Almedina S/A, Coimbra, 2009.

<https://doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>

GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GUIMARÃES, Selva; SILVA, Marcos A. **Ensinar história no século XXI**: em busca do tempo perdido. Campinas, SP: Papirus, 2007.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONZALEZ REY, Fernando Luís. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**. Os processos de construção da informação. Trad.: Marcel Aristides F. Silva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005, 205p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ITUIUTABA. **Projeto Político Pedagógico**. Ituiutaba, Escola Municipal Machado de Assis, 2016.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África, I**: Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

LESSA, Sandra Carvalho do Nascimento. **A diversidade étnico-racial e a lei 10.639/03: práticas, discursos e desafios** – um estudo de caso na Escola Municipal de Lavras Novas – MG. 2015. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.

MARQUES, Eugênia Portela Siqueira; CALDERONI, Valeria Aparecida Mendonça de Oliveira. **Os deslocamentos epistemológicos trazidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008:** possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar. OPSIS, Catalão - GO, v. 16, n. 2, p. 299-315, jul./dez. 2016.
<https://doi.org/10.5216/o.v16i2.37081>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social.** Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHINITMAN, Dora Fried (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Trad.: Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 274 -289.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Revolucionário:** Pedagogia do dissenso para o novo milênio. Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

MCLAREN, Peter. Terror branco e agência de oposição: por um multiculturalismo crítico. In: MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico.** São Paulo: Cortez, 1997. p. 105-157.

MEIHY José Carlos S. B; HOLANDA, Fabíola. **História Oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Viviane Pereira Ribeiro. **Uma história das práticas educacionais antirracistas em Ituiutaba no século XX:** culturas escolares ensinando o Brasil e a África/MG-2018. 165 f.: il. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

PAULA, Benjamin Xavier de. **A educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura da África e Cultura Afro-Brasileira:** formação, saberes e práticas educativas. 2013. 346 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Uberlândia, 2013.

PAULA, Benjamin Xavier de. O ensino de história e cultura da África e afro-Brasileira: da experiência e reflexão. In: GUIMARÃES, Selva (Org.). **Ensinar e aprender História:** formação saberes e práticas educativas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**. PUC-SP, São Paulo: EDUC, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>. Acesso em: mar. 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade, poder, globalização e democracia**. Novos rumos, n. 37, p. 4-28, 2002.

RAFAEL, Luana R. M. **Entre o ritmo, a cor e o movimento: as territorialidades na festa de congada da cidade de Ituiutaba/MG**. 2018. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Ituiutaba, 2018.

RIBEIRO, Betânia O. L.; SILVA, Elizabeth F. da. Educação e domínio: escola como ilusão de inclusão social do “negro” no Brasil da década de 1930. **Caderno de História da Educação**, Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, v. 9, n. 2 – jul. /Dez. 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento. Justificando, 2017. 112p.

ROCHA, L. F. R. da. **A implementação da Lei nº. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: _____ e MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, Lorena dos. Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira: dilemas e desafios da recepção à Lei 10.639/03. In: PEREIRA, Amílcar Araújo; MONTEIRO, Ana Maria. **Ensino de História e Culturas Afro-Brasileira e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.

SILVA, Gizelda Costa da. **O estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: currículos, formação e prática docente.** 2011. 212 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SZYMANSKI, Heloisa (Org.). **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva.** Brasília: Líber Livro Editora, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 8. ed. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2007.

TORRECILHA FERREIRA, Nara. **Desigualdade racial e educação: uma análise das políticas afirmativas no ensino superior.** Nara Torrecilha Ferreira, 2017.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em educação: a observação.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

VILELA, Cláudia Oliveira Cury. **Escola noturna Machado de Assis: primeira instituição municipal de ensino primário noturno da cidade de Ituiutaba, MG (1941-1960).** 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista com as professoras colaboradoras Elenice e Iza

1 - Identificação das professoras entrevistadas

Nome / idade / Religião / Etnia / Estado civil.

2 - Formação e atuação docente

Onde e quando você se formou?

Você considera que sua formação inicial o preparou para a carreira docente, particularmente para atuar no ensino fundamental?

Além da formação inicial você fez outras atividades de formação? Quais?

Participada de formação continuada na escola? O que você pensa sobre ela?

Qual o seu tempo de docência? Há quanto tempo você atua no ensino fundamental como professor?

Em quantas escolas você leciona e para quantas turmas do ___ ministra aulas atualmente?

O cargo que você ocupa como professora é efetivo, designado, outro?

Por que a opção de dar aulas para o segmento do ensino fundamental?

Quantas aulas você ministra semanalmente para cada turma ___?

O que pensa sobre o tempo que dispõe para dar aula(s) para a(s) turma(s) ___?

A carreira docente no ensino fundamental exige algo especial, diferente do professor? Justifique.

3 - A relação das professoras com a lei 10.639/03 e temática História da África da Cultura Afro-Brasileira

Você conhece a Lei Federal n. 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira?

Você considera a temática da História da África da Cultura Afro-Brasileira necessária no currículo escolar?

Você considera que a escola trata adequadamente as questões referentes à temática História da África da Cultura Afro-Brasileira?

Você trabalha os temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, nas turmas que você atua no ensino fundamental?

Você tem acesso a materiais didático-pedagógicos para trabalhar a História da África e a Cultura Afro-Brasileira?

Para você, trabalhar temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, em sua sala de aula, contribui para a formação desses jovens estudantes? Se sim, quais seriam essas contribuições?

Para você, trabalhar temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, em sua sala de aula, contribui para a sua formação profissional? E quais seriam essas contribuições?

4 - O ensino de História e Consciência Histórica

Destaque as dificuldades, necessidades, gostos e vantagens de ser professor de História do ensino fundamental.

Que significado tem a História para você e qual o seu principal objetivo ao ensinar História no ensino fundamental?

Em sua opinião que temas mais interessa a você no contexto da disciplina de História?

5 - Perfil socioeconômico, cultural e de lazer

Em quais espaços você busca a atualização de informações?

Qual a sua relação com as tecnologias computacionais e redes sociais?

Atualmente você lê algum livro? Qual o último livro que você leu? Qual a autoria?

Que gêneros de música você mais aprecia?

Como utiliza o seu tempo livre?

Qual o significado da religião para você?

Você se interessa por política? De que maneira?

Como você se posiciona politicamente?

Já atuou ou atua em algum movimento social?

Para você qual a importância do lazer?

A cidade de Ituiutaba oferece opções de lazer?

Roteiro de entrevista com o professor colaborador Eliezer

1 - Identificação do professor entrevistado

Nome / idade / Religião / Etnia / Estado civil.

2 - Formação e atuação docente

Onde e quando você se formou?

Você considera que sua formação inicial o preparou para a carreira docente, particularmente para atuar no ensino fundamental?

Além da formação inicial você fez outras atividades de formação? Quais?

Participa da formação continuada na escola? O que você pensa sobre ela?

Qual o seu tempo de docência? Há quanto tempo você atua no ensino fundamental como professor?

Em quantas escolas você leciona e para quantas turmas do ___ ministra aulas atualmente?

O cargo que você ocupa como professor é efetivo, designado, outro?

Por que a opção de dar aulas para o segmento do ensino fundamental?

Quantas aulas você ministra semanalmente para cada turma ___?

O que pensa sobre o tempo de que dispõe para dar aula(s) para a(s) turma(s) ___?

A carreira docente no ensino fundamental exige algo especial, diferente do professor? Justifique.

3 - A relação do professor com a lei 10.639/03 e temática História da África da Cultura Afro-Brasileira

Você conhece a Lei Federal n. 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira?

Você considera a temática da História da África da Cultura Afro-Brasileira necessária no currículo escolar?

Você considera que a escola trata adequadamente as questões referentes à temática História da África da Cultura Afro-Brasileira?

Você trabalha os temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, nas turmas que você atua no ensino fundamental?

Você tem acesso a materiais didático-pedagógicos para trabalhar a História da África e a Cultura Afro-Brasileira?

Para você, trabalhar temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, em sua de aula, contribui para a formação desses jovens estudantes? Se sim, quais seriam essas contribuições?

Para você, trabalhar temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, em sua de aula, contribui para sua formação profissional? E quais seriam essas contribuições?

4 - Conhecendo o curso

Qual o nome do curso de formação continuada? Foi o seu objetivo?

Quais os coordenadores do curso?

O curso atendeu quais professores?

Qual foi o intuito que o levou a escolher e desenvolver esse curso, aqui no CEMAP?

Quando aconteceu a culminância do curso?

Quais foram os pontos negativos e positivos da realização do curso? O mesmo terá continuidade?

Você acredita que de alguma forma o projeto contribuiu na formação desses professores?

Roteiro de entrevista com o professor colaborador Gilson

1 - Identificação do professor entrevistado

Nome / idade / Religião / Etnia / Estado civil.

2 - Formação e atuação docente

Onde e quando você se formou?

Você considera que sua formação inicial o preparou para carreira docente, particularmente para atuar no ensino fundamental?

Além da formação inicial você fez outras atividades de formação? Quais?

Participada de formação continuada na escola? O que você pensa sobre ela?

Qual o seu tempo de docência? Há quanto tempo você atua no ensino fundamental como professor?

Em quantas escolas você leciona e para quantas turmas do ___ ministra aulas atualmente?

O cargo que você ocupa como professor é efetivo, designado, outro?

Por que a opção de dar aulas para o segmento do ensino fundamental?

Quantas aulas você ministra semanalmente para cada turma ___?

O que pensa sobre o tempo que dispõe para dar aula(s) para a(s) turma(s) ___?

A carreira docente no ensino fundamental exige algo especial, diferente do professor? Justifique.

3 - A relação do professor com a lei 10.639/03 e temática História da África da Cultura Afro-Brasileira

Você conhece as Lei Federal n. 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais que estabelecem a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira?

Você considera a temática da História da África da Cultura Afro-Brasileira necessária no currículo escolar?

Você considera que a escola trata adequadamente as questões referentes à temática História da África da Cultura Afro-Brasileira?

Você trabalha os temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nas turmas que você atua no ensino fundamental?

Você tem acesso a materiais didático-pedagógicos para trabalhar a História da África e a Cultura Afro-Brasileira?

Para você, trabalhar temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, em sua de aula, contribui para a formação desses jovens estudantes? Se sim, quais seriam essas contribuições?

Para você, trabalhar temas da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, em sua de aula, contribui para a sua formação profissional? E quais seriam essas contribuições?

4 - Conhecendo o projeto

Qual o nome do projeto? Foi o seu objetivo?

Toda a escola esteve envolvida com o projeto, professores alunos, gestores etc.?

Quando aconteceu a culminância do projeto?

Qual o intuito como professor de história em realizar o projeto?

Você acredita que de alguma forma o projeto contribuiu na formação desses estudantes?

CARTA-CONVITE E TERMO LIVRE E ESCLARECIDO

Ituiutaba, outubro de 2017.

Caríssimo(a) Professor(a):

Eu, Camilla Aparecida Nogueira dos Santos, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestrado em Educação, na Linha de Pesquisa Saberes e Práticas Educativas, e meu orientador, Prof. Dr. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior, vimos convidá-lo a participar de uma pesquisa intitulada: O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: um estudo na Escola Municipal Machado de Assis, Ituiutaba-MG (2017). O projeto foi apresentado à Direção Geral da instituição na qual você está vinculado, e a mesma mostrou-se favorável à execução do estudo.

O objetivo geral do trabalho que consiste em identificar e refletir sobre as formas que conteúdos relacionados à História da África e cultura afro-brasileira vem sendo trabalhado na Escola Municipal Machado de Assis. Para atingirmos o objetivo proposto, a sua participação se configura através de uma entrevista gravada, primando pela confidencialidade, em que as informações coletadas para o estudo serão tratadas de forma ética e sigilosa e sua identidade será preservada, não sendo revelada em qualquer hipótese.

Salientamos que você poderá ter acesso a todos os dados e informações coletados, tanto no decorrer quanto no término da pesquisa. Ressaltamos também, que em qualquer momento, você terá a liberdade para interromper sua participação sem justificar a decisão e isso não lhe trará nenhum prejuízo e/ou à instituição.

Assim, reafirmamos, enquanto pesquisadores, o nosso compromisso em:

- 1- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
- 2- Assegurar a privacidade das pessoas contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não utilizaremos as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando desse modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N°

466/2012, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5º, incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Sua colaboração é muito importante para o levantamento dos dados para a pesquisa. Colocamo-nos à disposição para o esclarecimento de quaisquer dúvida, podendo contatar-nos através dos telefones (034) 99683-1107, bem como pelo e-mail camillasantos_ap@hotmail.com .

Agradecemos por sua colaboração.

Atenciosamente,

Camilla Aparecida Nogueira dos Santos e Astrogildo Fernandes da Silva Junior

CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIMENTO

Eu, _____
confirmando que a mestrande Camilla Aparecida Nogueira dos Santos explicou-me os objetivos da pesquisa intitulada: O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: um estudo na Escola Municipal Machado de Assis-Ituiutaba-MG (2017) e esclareceu como se dará a minha participação. Eu li e compreendi este termo de consentimento livre e esclarecido e, assim, concordo em consentir minha participação como voluntário(a) desta pesquisa. Este documento possui duas vias, que serão assinadas por mim e pela pesquisadora, e ambos terão posse de uma das vias.

Assinatura do professor participante

Camilla Aparecida Nogueira dos Santos

Ituiutaba, ____/____/____